

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CULTURA, FRONTEIRAS E IDENTIDADES

SÔNIA ORACILIO DUARTE

A PRESENÇA NEGRA NO OESTE DO PARANÁ

TOLEDO – PR
2015

SÔNIA ORACILIO DUARTE

A PRESENÇA NEGRA NO OESTE DO PARANÁ

Dissertação de Mestrado apresentada para o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu “Ciências Sociais” – nível de Mestrado, Linha de pesquisa “Cultura, Fronteiras e Identidades”, como requisito para à obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Azevedo.

TOLEDO – PR

2015

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

D812p Duarte, Sônia Oracilio
A presença negra no Oeste do Paraná / Sônia Oracilio Duarte.--
Toledo, PR : [s. n.], 2015.
x, 119 f. : il. (algumas color.), grafs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Azevedo
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade
Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências
Sociais e Humanas.

1. Ciências sociais - Dissertação 2. Etnologia 3. Negros - Oeste
Paranaense (PR ; Mesorregião) 4. Negros - Condições sociais -
Oeste Paranaense (Mesorregião ; PR) 5. Oeste Paranaense (PR ;
Mesorregião) - População 6. Brasil - Relações raciais I. Azevedo,
Paulo Roberto, orient. II. T

CDD 20. ed. 305.898162

SÔNIA ORACILIO DUARTE

A PRESENÇA NEGRA NO OESTE DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Azevedo (Orientador)
UNIOESTE - Toledo

Prof. Dr. Robson Laverdi
UEPG – Ponta Grossa

Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese
UNIOESTE - Toledo

Profa. Dra. Beatriz Anselmo Olinto (suplente)
UNICENTRO - Guarapuava

Prof. Dr. Paulo Henrique Barbosa Dias (suplente)
UNIOESTE - Toledo

Toledo, 14 de setembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus familiares, principalmente aos meus pais que me ensinaram a não desistir e sempre me apoiaram em todas as etapas; e às inúmeras pessoas que colaboraram para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, professor Dr. Paulo Roberto Azevedo, por acreditar que ainda era possível a obtenção dos dados apresentados nesta dissertação, quando já tinha perdido a esperança. Agradeço pela dedicação e pela paciência em transmitir os conhecimentos necessários para a realização da pesquisa e para o meu crescimento pessoal; por suas palavras de incentivo e pelas longas horas de orientação que possibilitaram a construção de um trabalho sólido, pensado, planejado e discutido parágrafo por parágrafo.

Ao professor Ernesto Friedrich de Lima Amaral pela inestimável ajuda com as informações referentes ao censo de 1960, caso contrário não teria sido possível resgatar as informações censitárias referentes a este período. Também sou grata à pesquisadora Samantha Haussmann pela importante ajuda no processamento das bases de dados utilizados.

Desejo, ainda, expressar meus agradecimentos aos professores que aceitaram compor a banca: Dr. Robson Laverdi e Dr. Silvio Antônio Colognese. Agradeço aos professores Drs. Beatriz Anselmo Olinto e Paulo Henrique Barbosa Dias, por aceitarem compor a suplência da banca.

Aos professores Paulo Henrique Barbosa Dias e Silvio Antônio Colognese pela participação na banca de qualificação e pelas sugestões que foram importantes para o aprimoramento da pesquisa. Aos professores Erneldo Schallenberger, Allan de Paula Oliveira, Geraldo Magella Neres, Eric Gustavo Cardin, Paulo Henrique Dias Barbosa, Silvio Antônio Colognese, todos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIOESTE, que, com seus cursos, contribuíram para minha formação e para elaboração da dissertação.

À Marilucy, assistente do mestrado, uma das pessoas mais competentes que me auxiliou nesse período e que, muitas vezes, ouviu minhas frustrações, ansiedades e expectativas com relação à pesquisa.

A todos os meus colegas de mestrado: Ana Carolina, Aline, Jackeline, Inajara, Conrado, Danilo, Elizangela, Liliane e Fabiana, os quais compartilharam comigo momentos de dúvidas, de receios e de aprendizado.

Aos meus colegas de trabalho que durante os últimos meses não me ouviram falar de outro assunto. Em especial à professora Vanessa Santana e Dineusa de Lima Lunkes pelas longas conversas; ao professor Pedro Schnorr por suas considerações e apontamentos sobre o tema de pesquisa; à diretora Rosane Cristina Bruno. Sem esquecer os colaboradores Viviane da Silva Santana e Adilson Oliveira, os quais colaboraram para a correção e para a formatação deste trabalho. À minha amiga Cássia que, apesar da distância, contribuiu com suas leituras e palavras de apoio. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e à Fundação Araucária, que contribuíram no decorrer da pesquisa.

Enfim, a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste projeto. A todos, os meus sinceros agradecimentos.

DUARTE, Sônia Oracilio. **A Presença Negra no Oeste do Paraná**. 2015. 116 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus de Toledo.

RESUMO

Este trabalho apresenta a participação da população preta e parda (conforme conceituação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) no Oeste do Paraná, buscando preencher uma lacuna pouco trabalhada pela literatura regional até então. A partir da revisão historiográfica será evidenciada a sub-representação desse grupo na composição demográfica local. Utilizando-se de informações estatísticas disponibilizadas pelo IBGE, será resgatada a presença dessa população no cenário local. O objetivo é ampliar o conhecimento sobre a composição populacional do Oeste do Paraná (apresentado como preponderantemente “eurobrasileira” - GREGORY, 2002) resgatando sua multietnicidade (pelo menos no que diz respeito aos grupos étnicos que serão abordados).

PALAVRAS-CHAVE: Negro; Invisibilidade; Oeste do Paraná.

DUARTE, Sonia Oracilio. **The Black Presence in West Paraná.** 2015. 116 p. Dissertation (Master's in Social Sciences) - Center for Humanities and Social Sciences, University of West of Paraná - UNIOESTE / Campus of Toledo.

ABSTRACT

This work presents the participation of black and mulatto population (according to the concept of the Brazilian Institute of Geography and Statistics _ IBGE) in West Paraná seeking to fill a gap little crafted by regional literature só far. From the historiographical review will be evidenced sub representation of this group in the local demographic composition. Using statistical information provided by IBGE, will be redeemed the presence of the study population in the local scene. A iming to increase knowledge about the population composition of the Paranaense West (presented as mainly “eurobrasileira” - GREGORY, 2002) rescuing his multi ethnicity (at least with respect to ethnic groups that will be covered).

KEY-WORDS: Black; Invisibility; Western Paraná.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	População Negra nos Três Últimos Censos.....	30
GRÁFICO 2	População Preta e Parda nos Três Últimos Censos	31
GRÁFICO 3	São José das Palmeiras Comparado ao Brasil.....	32
GRÁFICO 4	População Branca, Preta e Parda do Oeste do Paraná.....	78
GRÁFICO 5	População Branca, Preta e Parda nos Municípios da Região.....	79
GRÁFICO 6	Naturalidade da População Negra e Branca.....	80
GRÁFICO 7	Tempo de Migração.....	81
GRÁFICO 8	Composição por Sexo na Região Oeste do Paraná	82
GRÁFICO 9	Curso Completo Terminado	83
GRÁFICO 10	Situação do Domicílio	84
GRÁFICO 11	Rendimento da População Negra e Branca.....	87
GRÁFICO 12	Tempo de Residência no Paraná	89
GRÁFICO 13	Municípios e População Negra Residente	90
GRÁFICO 14	Estado de Nascimento da População Negra e Branca	91
GRÁFICO 15	Proporção de Homens e Mulheres do Oeste do Paraná Em 1980	92
GRÁFICO 16	Última Série Concluída por Negros e Brancos.....	93
GRÁFICO 17	Situação de Domicílio de Negros e Brancos.....	94
GRÁFICO 18	Funções Desempenhadas por Negros E Brancos	97
GRÁFICO 19	Ocupação da População Negra e Branca na Semana de Referência ..	98
GRÁFICO 20	Quantidade de Salários Mínimos	99
GRÁFICO 21	Horas Trabalhadas da População Negra e Branca.....	99
GRÁFICO 22	População Negra por Federação, U.F., Mesorregião e Município.....	100
GRÁFICO 23	Municípios de Maior Concentração da População Negra	101
GRÁFICO 24	Municípios de Menor Concentração da População Negra	102
GRÁFICO 25	Percentual de Mulheres e Homens da Mesorregião	103
GRÁFICO 26	População Negra e Branca com Frequência à Rede Pública de Ensino	104
GRÁFICO 27	População Negra e Branca com Frequência à Rede Particular de Ensino	105

GRÁFICO 28	Nível de Instrução da População Negra e Branca	106
GRÁFICO 29	Moradores Negros/Branco da Área Urbana e Rural	107
GRÁFICO 30	Rendimento de Pessoas Economicamente Ativas	108
GRÁFICO 31	Ocupação na Semana de Referência	109
GRÁFICO 32	Seção de Atividade do Trabalho Principal da População Negra e Branca	110
GRÁFICO 33	Classe de Rendimentos da População Negra e Branca 2010	111

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Classificação por cor/raça e sexo.....	103
---	-----

SUMÁRIO

RESUMO	XII
ABSTRACT	XIII
LISTA DE GRÁFICOS	XIV
LISTA DE TABELA	XVI
INTRODUÇÃO	19
1. FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS E CONCEITUAIS DESTA PESQUISA	22
1.1 A REGIÃO OESTE DO PARANÁ	22
1.2 PROBLEMAS DE PESQUISA E HIPÓTESE: A PARTICIPAÇÃO DE PRETOS E PARDOS (NEGROS) NO PARANÁ E OESTE DO PARANÁ	27
1.3 A INVISIBILIDADE	32
1.4 HIPÓTESE	33
1.5 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IMAGEM SULISTA DO OESTE DO PARANÁ	34
1.6 OBJETIVO	37
1.7 METODOLOGIA	38
1.7.1 A integração de análise quantitativas e qualitativas.....	38
1.7.2 A análise da abordagem historiográfica regional	40
2 DISCUSSÕES SOBRE RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL	42
2.1 OS INTELLECTUAIS E A POPULAÇÃO NEGRA	43
2.2 O IDEÁRIO DE BRANQUEAMENTO	46
2.3 CLASSIFICAÇÃO RACIAL NOS RECENTES CENSOSES	47
2.4 A CULTURA E IDENTIDADE	49
2.5 A POPULAÇÃO NEGRA NO SUL DO BRASIL	51
2.6 POPULAÇÃO NEGRA NO PARANÁ	53

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A FORMAÇÃO DEMOGRÁFICA REGIONAL	56
3.1 CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS EXTRATIVISTAS (ERVAMATE E MADEIRA).....	56
3.2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MENÇÕES AOS ATUAIS PRETOS E PARDOS	62
3.3 A NOVA HISTORIOGRAFIA REGIONAL	63
4 A PRESENÇA NEGRA NO OESTE DO PARANÁ	75
4.1 PRETOS E PARDOS NO OESTE DO PARANÁ EM 1960	77
4.1.1 População residente e migração	77
4.1.2 Sexo e educação	82
4.1.3 Situação do domicílio	83
4.1.4 Trabalho e rendimento	86
4.2 Pretos e pardos no oeste do paraná em 1980	88
4.2.1 População residente e migração	89
4.2.2 Sexo e educação	91
4.2.3 Situação do domicílio	93
4.2.4 Trabalho e rendimento	96
4.3 PRETOS E PARDOS NO OESTE DO PARANÁ EM 2010	100
4.3.1 População residente e migração	101
4.3.2 Sexo e educação	102
4.3.3 Situação do domicílio	106
4.3.4 Trabalho e rendimento	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	117

INTRODUÇÃO

Parafraseando Karl Marx, em seu terceiro manuscrito econômico filosófico, este trabalho partiu de um “fato contemporâneo”, ou seja: conforme dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no recenseamento de 2010, no oeste do Paraná, a população autodeclarada “preta” e “parda” representa 29,79%, o que descaracteriza uma composição racial apresentada comumente como “eurobrasileira” (GREGORY, 2002).

Partindo de um “fato contemporâneo” e da omissão da literatura sobre o tema, algumas perguntas surgem: qual a importância desse grupo na composição populacional da região? Qual foi a trajetória dessas pessoas até este local, (considerando que a região foi palco de um imenso movimento migratório que reconfigurou suas características demográficas)? Como eles se distribuíram e se distribuem dentro do espaço regional? Quais suas características socioeconômicas como, por exemplo, escolaridade, renda, gênero, ocupação econômica entre outras? Outra questão pertinente, abordada profundamente, é o aspecto temporal da presença desse grupo que poderia ser expressa na forma: desde quando eles estão presentes vida social regional? Para tratar dessa questão, foram utilizados os microdados do censo IBGE de 1960, cujas informações referem-se à década 50-60, período em que a colonização da região se consolidou. Da mesma forma, também se utilizou os microdados de 1980 e o censo demográfico de 2010.

Sobre o aspecto metodológico, são necessárias algumas ponderações. A escolha por 1960 se deve ao fato de que retrata o período de maior intensificação da colonização na região Oeste do Paraná, apresentando as condições socioeconômicas da população negra; também por ser um dos primeiros censos que traz informação sobre a região, pelo fato de que a criação, da maioria dos municípios, foi depois de 1950. Já a opção pelo censo de 1980 ocorreu por ser importante representar as transformações regionais, decorrentes da modernização econômica (inserção de maquinários, insumos agrícolas e a construção da Usina de ITAIPU). Por sua vez, a utilização do censo de 2010 teve como intuito apresentar e analisar a situação atual desse grupo racial. No decorrer deste texto, a preocupação não foi realizar uma análise de séries históricas dos censos (1960, 1970, 1980, 1991,

2000, 2010) em relação às condições socioeconômicas do grupo em questão, mas sim apresentar as condições socioeconômicas da população negra na região.

Cabe esclarecer também que, neste trabalho, são denominadas de negras pessoas classificadas como pretas e pardas nos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estatisticamente falando, sua agregação (pretos + pardos) justifica-se pelas semelhanças socioeconômicas e pelas potenciais, ou afetivas, discriminações que ambos sofrem (OSÓRIO, 2003). Argumentando sempre que possível, o termo utilizado será negra, mas, em alguns momentos, poderão aparecer pretas ou pardas em decorrência dos dados analisados.

Para realizar essa tarefa, o trabalho distribuiu-se em quatro capítulos que serão apresentados adiante.

Primeiro capítulo intitulado: “Fundamentos metodológicos e conceituais desta pesquisa”. Contextualiza o objeto da pesquisa, o Oeste do Paraná, em relação à sua formação histórica. Nesse sentido, busca apresentar os objetivos gerais e específicos da pesquisa, as hipóteses e a metodologia empregada na realização da presente dissertação.

Segundo capítulo intitulado: “Discussões sobre as relações raciais no Brasil”. Apresenta algumas discussões referentes aos estudos sobre a presença negra no território brasileiro.

Terceiro capítulo: “Revisão bibliográfica sobre a formação demográfica regional”. Apresenta as características das atividades econômicas no Oeste do Paraná, assim como a mão de obra empregada. Recorrendo à literatura houve o relato, ainda que brevemente, das várias denominações associadas a pretos e pardos na região. Apresentando, em seguida, uma nova historiografia regional que investiga uma pretensa alternativa mais “plural”, que tateia, portanto, uma abordagem multiétnica.

Capítulo quatro: “A presença negra no Oeste do Paraná”. Serão analisados dados sobre a população negra num viés temporal, utilizando informações referentes à década de 1960 e de 1980, fazendo um paralelo com as condições socioeconômicas da população branca. Nessa etapa também serão analisadas informações contemporâneas, buscando delinear como vive essa população, verificando, sobretudo, seu perfil socioeconômico.

Nas Considerações Finais, quando possível (considerando os microdados disponibilizados pelo IBGE), buscou-se traçar paralelos com as informações contemporâneas, levantadas pelo censo demográfico de 2010, com as informações dos censos anteriores.

1 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS E CONCEITUAIS DESTA PESQUISA

Quando se propôs a discussão acerca da presença negra no Oeste do Paraná, em nenhum momento objetivou-se retratar o negro como vítima no processo de ocupação, bem como não se ocultou o fato de que os negros não compõem o único grupo que se tornou invisível na história regional. No entanto, para melhor limitar a pesquisa, optou-se por discutir apenas os fatos relacionados à população que se autodeclara negra, mesmo reconhecendo a invisibilidade relacionada, por exemplo, à população indígena e aos demais que não tiveram ascensão econômica independente do pertencimento étnico.

1.1 A REGIÃO OESTE DO PARANÁ

O recorte analítico desta pesquisa é a região Oeste do Paraná. Este território é classificado pelo IBGE como Mesorregião, a qual se constitui de cinquenta municípios. Limita-se, ao Norte, com o rio Piquiri; ao Sul, com o rio Iguaçu; a Oeste, com o rio Paraná e, a Leste, limita-se com o município de Guarapuava.

A configuração atual da região nem sempre foi assim. Em 1960, o oeste do Paraná era formado por apenas cinco municípios: Foz do Iguaçu, Guaíra, Toledo, Guaraniaçu e Cascavel. Porém, no decorrer dos anos, modificava-se com o desmembramento e com a criação de novos municípios, sendo que as maiores frequências de emancipações ocorreram entre as décadas de 80 e 90.

O Oeste do Paraná, além de ser conhecido por sua ocupação planejada, também é reconhecido por ser um espaço ocupado por um forte movimento migratório, local em que inúmeros grupos migraram em busca de novas oportunidades. Conforme dados apresentados por Rippel (2005), até 1950 o Oeste do Paraná tinha por característica principal uma economia de subsistência. Entretanto, a partir de 1956, a expansão da fronteira agrícola brasileira fez com que a migração para a região se intensificasse drasticamente. Este processo, que acarretou em grandes modificações no cenário regional, tem seu auge nas décadas de 60 e 70, e, na maior parte dos casos, foi organizada por empresas colonizadoras.

Dentre as colonizadoras que se estabeleceram no Oeste do Paraná, tiveram maior representação: a Companhia Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. –

Maripá –, a Colonizadora Norte do Paraná, a Colonizadora Pinhos e Terras Ltda., a Imobiliária Agrícola Madalozzo, a Agrícola Bento Gonçalves e a Colonizadora Matelândia. Houve, ainda, outras colonizadoras, porém, não tiveram tanto reconhecimento como, por exemplo, a Bentheim e a Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural – CODAL.

As ações dessas empresas são reflexos das políticas econômicas nacionais de incentivo à ocupação de vazios demográficos que, pode ser entendido como uma “[...] ocupação de espaços considerados ‘desabitados’, a fim de torná-los economicamente aproveitáveis a partir de uma ocupação intensiva” (SCHNEIDER, 2001, p. 90). Tais políticas influenciaram diretamente na colonização da região oeste, particularmente atrativa devido à excelente qualidade do solo, bem como aos preços acessíveis das terras. Esse processo, no entanto, não se deu sem revezes, resultado do processo de transformação da atividade agrícola (carro chefe da economia regional), além de questões relacionadas ao desenvolvimento da infraestrutura regional.

O processo migratório, nesse sentido, foi fundamental para a consolidação da economia do Oeste do Paraná que, primeiramente, apresentou “[...] um perfil absorvedor de imigrantes. Isto, porém detém um papel ambíguo, pois num primeiro momento, atuou como elemento atrator de pessoas e, num segundo momento, como elemento repulsor” (RIPPEL, 2005, p. 94). A segunda fase mencionada tem início no final da década de 1970 e foi resultado imediato do forte processo de mecanização da produção agrícola. Esse processo ocorreu em consonância com o fim da construção da usina de ITAIPU, que, em seu auge, ocupou cerca de 40 mil trabalhadores. O fim dessa frente de ocupação de mão de obra, associado às transformações já citadas na atividade econômica, consolidou uma fase de repulsão demográfica.

Conforme o referido autor, a região Oeste do Paraná se integra à economia nacional a partir do momento em que passa a fornecer “matérias primas e mercadorias agroindustrializadas” (RIPPEL, 2005, p. 97). Tornando-se, assim, um dos grandes polos agrícola do estado, assumindo posições de destaque na produção de milho, bem como na criação de suínos.

Desse modo, as terras do oeste do Estado passaram a não representar mais a mera e simples perspectiva de expansão cafeeira

própria do período anterior e puderam assim receber um destino mais afinado com os interesses do capital urbano-industrial nacional, para quem o custo monetário, e o custo real da força de trabalho, tanto em seu aspecto de gerador de matéria-prima para a indústria, como o seu aspecto de consumo de produtos manufaturados era naquele momento muito mais importante, [...] (RIPPEL, 2005, p. 100).

Nesse contexto de modernização da produção agrícola ocorre, também, a priorização de culturas mecanizáveis e industrializáveis o que fez com que a produção de soja, de trigo e de milho ocupasse o lugar das formas de produção econômicas tradicionais na região como a exploração da madeira, a extração de erva-mate, de feijão, de algodão, de café, de cana de açúcar e de mandioca. A consequência imediata desse processo foi a expulsão em massa de trabalhadores rurais afetando, principalmente, alguns setores específicos:

[...] um movimento de exclusão de pequenos proprietários, de arrendatários e de parceiros do campo da área, porque estes não têm condições econômicas de acompanharem os investimentos que o novo perfil e os novos produtos demandados na região exigem [...] (RIPPEL, 2005, p. 119).

É importante mencionar que as alterações nos processos produtivos não se dão automaticamente, mas são desenvolvidas por seres humanos. Essas novas atividades (como quaisquer outras) demandam conhecimentos e habilidades fundamentais para que essa modernização se efetivasse. No caso da região oeste do Paraná este *know-how* foi encontrado entre imigrantes da região sul, particularmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina já inseridos nessas formas de cultivo. Eram, então, os chamados “sulistas”.

Outra questão a ser considerada é a vastidão da região, com 22.851,003 km², e, embora esforços fossem feitos por parte de empresas colonizadoras, os espaços que compõem a região foram ocupados de maneira diversificada, tanto em razão de políticas específicas de cada empresa como em função da incapacidade de coordenar hegemonicamente todo o processo de ocupação.

Assim, o processo de mecanização e de utilização de insumos no plantio, no cultivo e na colheita, a partir de 1970, focado basicamente na produção de soja e de milho é protagonizado, prioritariamente pelos “sulistas”, em regiões onde a ocupação foi organizada por algumas colonizadoras, em outros casos, isso não ocorreu da

mesma forma. A partir da segunda metade da década de 70, ocorre uma intensificação na migração provinda de outras regiões do país: segundo Rippel (2005), é possível observar que, entre os anos de 1975 e 1991, houve um número elevado de migrantes vindos dos estados de São Paulo e de Minas Gerais. Precisamente entre esta população de migrantes que se concentrou os microdados do IBGE, Censo 1980, ou seja, a maior parte é a população alvo desta pesquisa.

Todas estas alterações na estrutura produtiva do setor rural definem, também, a constituição dos setores urbanos regionais. As inovações tecnológicas que foram aplicadas na produção agrícola, focadas em culturas industrializáveis como soja, milho, trigo, bem como na pecuária de suínos e de aves, fez com que funções que eram realizadas por grande contingente de trabalhadores, aos poucos fossem realizadas pelos maquinários. Dessa transformação decorre a transferência de trabalhadores rurais para centros urbanos locais.

O mesmo não ocorre nas lavouras de café, de algodão e de hortelã. Havendo, então, um excessivo uso de mão de obra itinerante. Essas culturas exigiam um grande número de trabalhadores durante os períodos específicos da colheita, do plantio, da limpeza, entre outros. Essa estrutura produtiva, além de fazer uma ocupação de mão de obra com características específicas, define, inclusive, uma relação diferente em relação à posse da terra. Esses trabalhadores, como não tinham um vínculo maior que os obrigassem a permanecer nas lavouras – como propriedade de terra ou contrato de trabalho –, operavam de modo itinerante, ou seja, se moviam pelas cidades da região conforme a oferta de trabalho existente.

Tais culturas acima mencionadas acarretam necessariamente nas relações de trabalho específicas, nas quais elas se desenvolvem. As culturas de soja, de milho e de trigo, desenvolvidos pelos “sulistas”, também exigiam um contingente humano dotado de um *know-how apropriado*. É compreensível então que as terras, dentro da região que foram ocupadas com esse tipo de cultura, concomitantemente foram também ocupadas por uma mão de obra especificamente relacionada a esse tipo de trabalho, e de relação de trabalho. Assim, foram nessas terras que se concentraram os chamados de “nortistas”, uma vez que esses locais receberam os migrantes provindos das regiões norte do Estado e de outros Estados principalmente de São Paulo e de Minas Gerais.

Ao pesquisar o histórico dos municípios nos quais este tipo de agricultura predominava (algodão, café, hortelã), verificou-se que são hoje os que registram o maior percentual dos que se declararam negros. Esses modelos agrícolas diferenciados acabaram por gerar desenvolvimentos econômicos também diferenciados. No caso da cultura de hortelã, o desgaste do solo, ocasionado pela sua forma específica de cultivo¹, levou ao fim o seu cultivo. Na produção do café, houve uma forte geada, em 1975, queimando grande parte da lavoura permanente. Com relação ao cultivo de algodão, ainda que tenha permanecido por mais tempo, o elevado custo de produção e o preço baixo para venda também levou muitos agricultores a abandonarem o seu cultivo.

Tendo em vista que as lavouras, que necessitavam de grandes contingentes de mão de obra, entraram em decadência, e que houve a ausência da propriedade fundiária por parte desses trabalhadores (em sua grande parte representada por meeiros, agregados ou diarista – este último sendo em maior número), ocorreu o deslocamento dessas populações para centros urbanos próximos.

A falta de qualificação desses indivíduos para as atividades disponíveis nos centros urbanos relegou essas populações a atividades demandantes de menor qualificação, portanto, de menor remuneração. Concluindo, as atividades agrícolas preponderantemente desenvolvidas pelos nortistas que, predominantemente, concentravam as populações preta e parda, entraram em decadência. Essa população acabou por deslocar-se para centros urbanos, ocupando postos de trabalho no qual exigiam menos qualificação e menor remuneração. A situação mencionada pode ser observada nos dados do IBGE, sendo que, segundo o censo de 1960 e de 1980, a população negra tinha menor nível de escolaridade, assumindo, então, mais horas trabalhadas com menor remuneração. Os dados serão apresentados de forma mais detalhada no terceiro capítulo deste trabalho.

¹ Ou seja, “após quatro ou cinco anos de exploração, o terreno já considerado improdutivo, era abandonado e, seguindo a mesma sistemática, nova cultura era formada em outras áreas recém-formadas. Acreditavam erradamente que a menta não poderia se permanecer produtiva por mais que um período de 4 a 5 anos. Esta ideia deve-se ao fato de que, sendo uma cultura com sistema radicular bastante superficial, aliada a diminuição da matéria orgânica e nutrientes do solo, devido à exploração predatória, em poucos anos a lavoura tornava-se inviável, uma vez que, os agricultores não se preocupavam em repor os nutrientes retirados pela planta, nem mesmo devolviam ao solo os resíduos da destilação (queijo)” (BUENO, 2010, p.20).

Outro fator que se coloca na origem das diferentes trajetórias dos grupos humanos, aqui em análise, relaciona-se com o papel desempenhado pelas colonizadoras, já mencionadas acima, que organizaram a ocupação dos diferentes territórios. Considerando as diferenças entre as empresas colonizadoras (Maripá e outras – responsável, em maior parte, pela vinda dos “sulistas”- e Benthein e outras – responsável pela vinda dos “nortistas”), observa-se que os espaços ocupados pelos respectivos grupos assumiram feições muito diferenciadas em relação à arquitetura e aos hábitos alimentares e de plantio. Tais feições tornaram-se uma fronteira humana distinta até mesmo em relação à cor dos indivíduos. Os dados referentes a essas diferenças também são aprofundados no capítulo III.

1.2 PROBLEMAS DE PESQUISA E HIPÓTESE: A PARTICIPAÇÃO DE PRETOS E PARDOS (NEGROS) NO PARANÁ E NO OESTE DO PARANÁ

Ao revisar a bibliografia histórica sobre o oeste do Paraná, nota-se que grande parte dos estudos narra o desenvolvimento econômico regional relacionando, quase que exclusivamente, com a contribuição realizada pelos descendentes de alemães e de italianos, os sulistas.

Os estudos clássicos sobre a região Oeste do Paraná reproduzem, em sua maioria, o discurso de uma das empresas de colonização, a qual obteve muito sucesso (Maripá). Como mencionado, a empresa em questão centrou seu projeto de colonização em populações de origem “sulista”, ou seja, descendentes de italianos e de alemães. Por mais que mencionem outros grupos raciais que fizeram parte desta empreitada, não os descrevem mais detalhadamente, uma vez que não especificam, por exemplo: quem são, quais suas proporções dentro da população e quais suas características socioeconômicas.

Dentre esses clássicos, pode-se citar a obra *Toledo: um município da fronteira Oeste do Paraná* (1960), de Kalervo Oberg e Thomas B. Jabine; a obra do historiador Ruy Christovam Wachowicz, intitulada *Obrageros, Mensus e Colonos: História do Oeste do Paraná* (1982); e a obra do historiador José Augusto Colodel, intitulada *Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste do Paraná até 1960*, publicada em 1988. Tais pesquisas se reportam a um determinado contexto e a municípios específicos, sendo assim, não poderiam ser tomadas exclusivamente como narrativas da história regional. Entretanto, o que se

pode observar é que as análises locais se generalizaram, “naturalizando” esses estudos como, por exemplo, a história da região Oeste do Paraná. O fato dessas obras não terem detalhado a presença e a participação de outros grupos, não sulistas, na colonização do oeste do Paraná, deixa espaço aberto para que seja realizada esta investigação.

Retomando os referenciais históricos que abordam a formação da territorialidade do Oeste do Paraná, como já mencionado, um dos autores mais citados é Wachowicz (1987). Segundo Wachowicz (1987) foram três as frentes de colonização no Oeste do Paraná: a primeira, composta por moradores das antigas colônias de imigrantes europeus que se concentravam no terceiro planalto, e que “irão aproveitar-se da abertura da estrada carroçável para Foz do Iguaçu e fixar-se-ão nas terras baratas de Guaraniaçu, Catanduvas, Cascavel, Foz do Iguaçu etc.” (WACHOWICZ, 1987, p. 100). A segunda frente de colonização consiste na frente sulista formada por gaúchos e por catarinenses que eram “[...] notadamente descendentes de italianos, alemães e poloneses. Destaca-se sua presença em Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena, Toledo, Marechal Cândido Rondon etc.” (WACHOWICZ, 1987, p. 100). Já a terceira frente consiste na frente nortista, a qual foi:

Originada e estimulada pela economia cafeeira depois de ocupar o norte do Paraná, atravessou o talvegue do rio Piquiri e penetrou no oeste. Na composição desta frente continuava existindo ainda elementos naturais de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, nordeste, etc. Mas, já é bem elevada a participação de populações já nascida no norte do Paraná. Esta frente ocupou os municípios de Guaíra, Terra Roxa, Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Nova Aurora, o distrito de Ouro Verde no município de Toledo, Vera Cruz do Oeste etc. (WACHOWICZ, 1987, p. 101).

A partir de então, tem-se elementos humanos com hábitos culturais, relações sociais e habilidades de sobrevivência diferenciadas. Derivou daí organizações específicas em cada uma das frentes colonizadoras, gerando, por sua vez, formas diferenciadas de apropriação do espaço e de desenvolvimento.

Acredita-se que a participação dos outros grupos, que não são “sulistas”, foi negligenciada, ou pelo menos, sub-retratada. Assim, buscaremos averiguar esse referencial historiográfico que apresenta o Paraná, e a região em questão, marcadas por uma política imigratória que privilegiou um determinado elemento humano.

Como ponto de partida, foram utilizados dados censitários mais recentes (2010) que contêm informações sobre a representação da população negra.

Segundo o censo demográfico IBGE (2010), o número de autodeclarados pretos e pardos no território nacional tem crescido. No Brasil, atualmente, representam 50,94% da população. No Paraná, esses grupos tem a maior representação na região sul, compondo 28,50% da população. Já a região Oeste do Paraná conta com 29,79% dos que assim se declararam, ou seja, proporção maior que o Estado e, conseqüentemente, de toda a região Sul. Esses dados por si só contrariam a percepção comumente apresentada (até mesmo em alguns estudos acadêmicos) de que o estado do Paraná tem uma composição étnica formada com a participação preponderante de descendentes europeus, alemães e italianos, considerando essa população tem a maior representação entre os Estados da Região Sul. É procedente afirmar que o referido estado possui múltiplas dimensões culturais, formadas por eurodescendentes, afrodescendentes e indígenas, sendo que os modos de preservação dessas manifestações, são reconhecidas ou não, são diversos em seu verdadeiro significado no contexto regional.

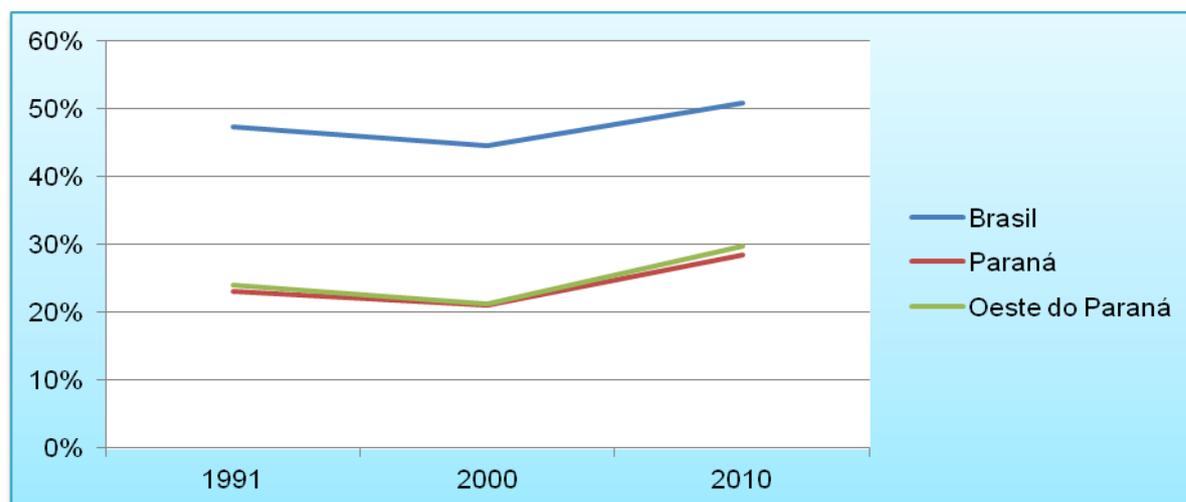
Em relação à mesorregião oeste do Paraná são escassos os estudos produzidos que se referem às características da população negra, apesar da disponibilização de dados sobre o tema por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Conforme as informações coletadas pelo IBGE, o número de autodeclarados preto e pardo na mesorregião teve um acréscimo considerável nos últimos 30 anos. O censo de 1991 apresenta uma população de 243.632 (23,98%) mil habitantes negros. No ano 2000 essa população revela uma queda, contando 242.907 (21,33%) mil habitantes. Já em 2010, essa população na mesorregião Oeste do Paraná cresce, passando a contar 363.280 (29,79%) mil habitantes.

Quando se compara a Mesorregião Oeste com o Estado do Paraná, observa-se que, durante os últimos três censos demográficos, a população negra na mesorregião é, de fato, maior que a do próprio Estado. Sendo assim, é difícil entender a relativa “invisibilidade”² dessa população na historiografia regional.

² A discussão sobre o conceito de invisibilidade referente à questão racial é discutida por Ilka Boaventura Leite (1991) Iris Germano (2009) e será discutida adiante.

Gráfico 1 – População negra nos três últimos censos.



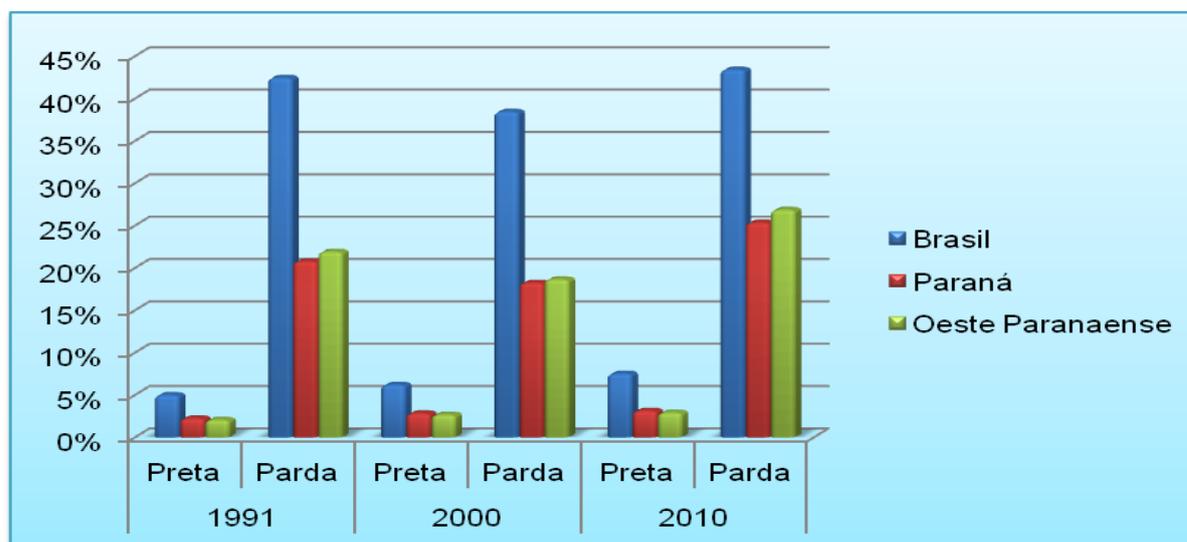
FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 2010.

O gráfico acima ilustra a queda da população que se declara negra no Brasil, no Paraná e no oeste do Estado entre 1991 e 2000. Edward Telles (2012) apontou para o mesmo fato ao afirmar que, no Brasil, ocorre um decréscimo dos que se declaravam pardos, e um acréscimo dos autodeclarados preto e branco. Entre esse período, “a população preta passou de 5,0% em 1991 para 6,1% em 2000, enquanto a população branca cresceu de 52,1% em 1991 para 53,4%. Já a população parda decresceu de 42,1% para 38,9% [...]” (TELLES, 2012, p.41).

Considerando que nesta pesquisa são classificados como negros os que se declaram pretos e pardos, a explicação para o decréscimo se encontra na redução dos que se declaravam pardos. Segundo o referido autor “tais mudanças podem ser reflexo de alterações na qualidade de coleta de dados ou de fatores demográficos, [...], mas é mais provável que resultem de mudanças na classificação racial, onde cresce a preferência pela polarização preto e branco [...]” (TELLES, 2012, p.41).

Quando esses mesmos dados são observados desagregando as categorias de pretos e pardos, é notável que a porcentagem de pessoas que se declaram pardas é bem maior. Mas, diferente dos que se declaram pardos, os autodeclarados pretos, nos censos de 1991 a 2010, não sofrem nenhuma redução, ou seja, é uma série em ascensão. Esses dados que vão de encontro à pesquisa realizada por Talles (2012).

Gráfico 2 – População preta e parda nos três últimos censos.

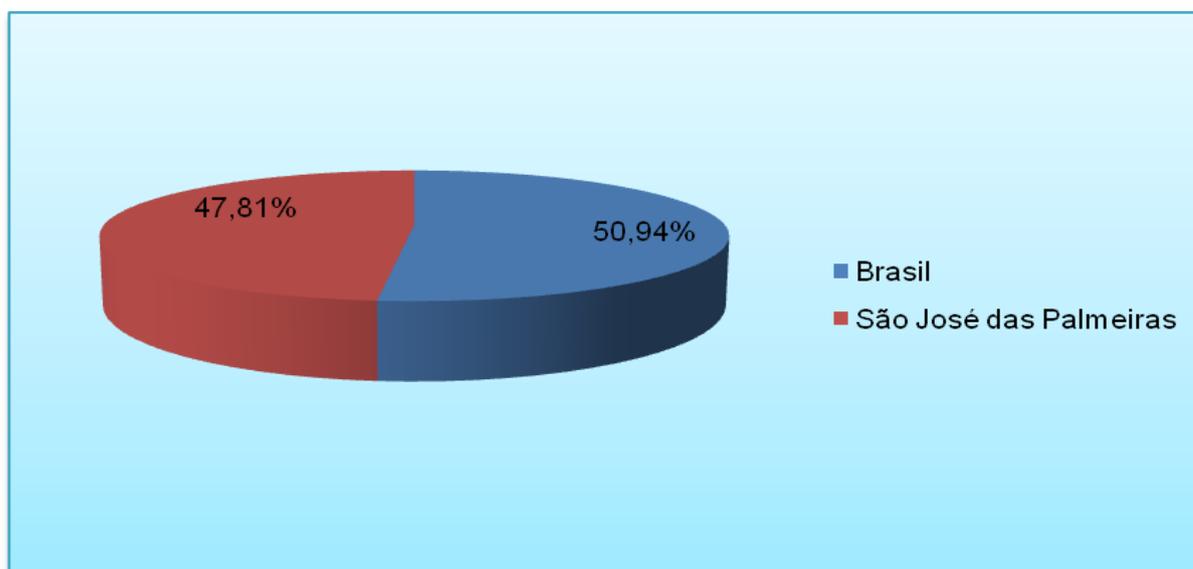


FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 2010.

A região Oeste do Paraná, conforme já mencionado, ressaltamos que é uma região que comporta uma proporção maior de pretos e pardos que o próprio Estado, como mostra a figura acima. Esse fato sustenta a contestação da preponderância branca étnica regional, tornando-se mais forte quando observamos territórios específicos. Em alguns municípios, a participação de negros, pretos e pardos, na distribuição da população quase se iguala a do território nacional. Em São José das Palmeiras esse grupo representa 47,81% dos habitantes; em Iguatu são 45,75%; em Lindoeste, 41,86%; em São Pedro do Iguçu, 41,10%; em Diamante D'Oeste, 41%; em Guáira, 40,78%; em Ouro Verde do Oeste, 40,72%; e, em Anahy, 40,64%. Isto somente citando os oito municípios cuja proporção de negros ultrapassa 40% da população.

A figura abaixo procura apresentar a similaridade entre o Brasil e o município da região que apresenta a maior proporção de negros, São José das Palmeiras, conforme o censo de 2010.

Gráfico 3 – São José das Palmeiras comparado ao Brasil.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 2010.

Fundamentado nessas informações é que conforma-se o problema deste estudo. Buscaremos contestar a versão “eurogênica” da colonização regional, tentando preencher a lacuna deixada pela “invisibilidade” relegada às populações pretas e pardas na historiografia regional. Tentaremos esboçar algumas explicações sobre a natureza desta invisibilidade, considerando que, aproximadamente 30% da população, não deveria ser difícil de ser percebida.

1.3 A INVISIBILIDADE

As pesquisas historiográficas, por muito tempo, estiveram intimamente ligadas às grandes narrativas e a seus principais personagens³. Com a entrada da micro-história, essa concepção foi alterada. Esse novo movimento passa a perceber a participação de grupos, até então excluídos, ou seja, a modificação que ocorre no cenário das pesquisas historiográficas se torna visível na história da região em estudo. Se até determinado momento é perceptível a narração pelo viés de um único grupo (exaltando a participação dos sulistas), atualmente já se encontram pesquisas sobre grupos com menor sucesso e com menor ascensão econômica.

³ O modelo historiográfico “grandes narrativas” e “principais personagens” aqui refere-se à uma narrativa assemelhada às sagas ou às odisséias, exaltando o heroísmo e a coragem dos colonizadores e seus principais (leia-se melhores sucedidos) representantes.

Este trabalho prende-se a esse movimento, propondo resgatar a participação negra na região no qual nos deparamos com a história dos excluídos, daqueles que não foram foco de relatos nos registros históricos e na documentação oficial. O estudo em questão mostrará que, apesar da ausência de menções, a população negra se fez e faz presente na composição étnica do Oeste do Paraná.

Para compreender a situação em que o negro, apesar de presente, é ignorado nos relatos e nas narrativas da história regional, esta pesquisa utiliza o seguinte conceito de invisibilidade: “[...] não é que o negro não seja visto, mas sim que ele é visto como não existente” (LEITE, 1991, p.15), ou seja, sabe-se que eles estavam na região, mas não eram vistos como um grupo relevante enquanto agentes históricos.

Desse modo, essa invisibilidade resulta de situações de negação “[...] num contexto de desprivilegiamento, não apenas através do silêncio da história oficial, mas também através de representações que alimentam práticas de discriminação no imaginário social” (GERMANO, 2009, p. 101-102). Concordando com essas definições, relatamos que a ausência de narrativas sobre a participação do negro na constituição do Oeste do Paraná, pode ser compreendida como invisibilidade.

1.4 HIPÓTESE

Esta pesquisa se debruçará sobre bibliografia e dados, buscando questionar algumas ideias que, até então, predominam sobre a história regional:

- a) A presença de pretos e pardos na constituição demográfica regional é realmente irrelevante?
- b) Qual é a importância deste grupo na constituição demográfica regional?
- c) Qual é a posição que estas pessoas ocupam na configuração econômica social?
- d) A invisibilidade negra está relacionada à hegemonia sulista?

É comum afirmar que, muitas vezes, a história apresentada nos livros é escrita pelos vencedores. Na região Oeste do Paraná este fato não ocorreu de forma diferente, dentre as várias empresas colonizadoras da região, a que obteve mais evidência foi a Companhia Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. (Maripá). Esta companhia, baseada em técnicas adquiridas por meio de experiências

anteriores, conseguiu, nos locais por ela colonizados, que ocorresse maior desenvolvimento econômico. Baseada em outras experiências de colonização, a empresa preocupou-se (diferentemente de outras) com as vendas de lotes e que fossem realizadas construções de casas, de hotéis e de estradas. Enfim, ofereceu um projeto mais completo de infraestrutura. Tais fatores permitiram que os acionistas residissem no local, trazendo para perto do empreendimento toda uma estrutura administrativa em que cargos importantes eram, além dos próprios acionistas, ocupados por pessoas residentes do local. Essa situação, além de criar “personagens importantes” que ocupavam funções políticas relevantes, deixou também documentos e registros que permitiram que sua trajetória fosse amplamente reconhecida.

Considerando que o projeto colonizador da Maripá orientava-se para migrantes do sul do País, os sulistas foram, praticamente de forma “natural”, nesse caso, a ter a sua história abundantemente registrada e melhor documentada. Além disso, também foram ocupando cargos importantes conforme o seu desenvolvimento. Assim sendo, estes se constituíram de uma documentação mais acentuada e suas narrativas mais pertinentes foram as “sagas” e as “odisseias”, portanto, foram os mais comumente exaltados como protagonistas e heróis. Frente a essa situação, a hipótese levantada para a invisibilidade da população negra no Oeste do Paraná está vinculada ao processo de colonização, o qual privilegiou o sulista como grupo racial formador regional, silenciando os demais, seja por sua inexpressividade ou por ocuparem papéis subalternos.

1.5 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IMAGEM SULISTA DO OESTE DO PARANÁ

Para compreender a dinâmica da construção da historiografia referente ao Oeste do Paraná, e à sua formação étnica, esta pesquisa buscou fundamentos nos estudos de Pierre Bourdieu (1998). De acordo com o autor, a linguagem é um elemento simbólico eficaz na construção da realidade, sendo até mesmo mais eficaz que o uso da força explícita. Essa situação pode ser observada na representação da identidade regional, e, como um exemplo disso, podemos mencionar as estratégias de colonização utilizadas por empresas que atuaram na região, mais propriamente a

Companhia Maripá. Essas empresas quando se propuseram a vender seus lotes a grupos específicos, por eles determinados, tinham o intuito de construir um espaço geográfico constituído pelas características mencionadas.

Essa perspectiva referiu-se também à questão étnica, ficando visível, por exemplo, o caso da Companhia Maripá que, depois de realizadas as primeiras vendas de terras a “famílias de sulistas”, utilizou, em suas campanhas publicitárias, os sobrenomes das referidas famílias como forma de atrair mais migrantes daquela região. O que decorre da trajetória desse empreendimento comercial é que o seu sucesso passa a ser associado à participação de um determinado grupo étnico.

A narrativa construída em torno da ideia de um personagem desbravador afeito ao trabalho, e com espírito empreendedor, emanou de estratégias comerciais adotadas por essas empresas. Considerando que o desenvolvimento regional ficou associado com a trajetória dessas empresas decorreu uma fusão, se não falaciosa, pelo menos simplista, da historiografia regional com a narrativa empresarial. Nessa perspectiva, prevalece a noção de que a região só alcançou desenvolvimento em decorrência da forma de organização das empresas e dos trabalhadores por elas escolhidos.

Dessa maneira, tanto as empresas como as pessoas modelaram um discurso que, de acordo com Hall (2000), pode ser considerado mítico sobre si mesmo. Ao construírem esse discurso, ocorre uma produção de imagens e de territórios vinculados à supremacia das manifestações culturais de alguns grupos. Imagens que desautorizam qualquer outro tipo de representação desses territórios, no caso do Oeste do Paraná. Configurou-se um discurso que dá autenticidade à colonização por imigrantes europeus, e, essa capacidade de deter força para construir um discurso entendido por muitos como verdadeiro e “oficial”, constitui-se como uma forma e poder simbólico.

Retomando a noção de poder simbólico, ou seja, como “[...] poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem [...]” (BOURDIEU, 1998, p. 8), culminou na incorporação de referenciais e de valores, divulgados pelos acionistas das empresas, no qual acabaram por representar a cultura e as crenças de um contingente populacional que arregimentaram.

Como os executivos dessas colonizadoras tinham o controle sobre uma extensa área de colonização, somado ao fato de residirem nessas áreas, foi praticamente consequência que acabassem também por ocupar setores de poder político e acumularem capital simbólico, ou seja, “crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelos quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que lhes reconhecem” (BOURDIEU, 1998, p. 117-118).

Acerca da representação política, Bourdieu (1998) afirma que, quem possui o domínio sobre esse campo do capital político, acaba também por exercer influência sobre a narrativa, ainda que essa não seja a representação mais apropriada do mundo empírico. Tais narrativas podem até mesmo construir “verdades” melhores aceitas que as próprias verdades reveladas pela ciência. Isso porque “a força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que a reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência de desmentido, e que ele pode manifestar recolhendo as suas vozes ou reunindo-as num espaço com força maior” (BOURDIEU, 1998, p. 185).

O processo de descrição do espaço do Oeste do Paraná feito por essas empresas de colonização, entre outras características, se ateve à tentativa de fundar uma identidade das pessoas que participaram do povoamento desse ambiente. Tal identidade foi construída a partir da ideia feita sobre a identidade do grupo por eles escolhidos, acabando por gerar um sentimento de pertença muito maior entre os considerados sulistas do que em qualquer outro grupo. Esse foi o grupo saudado como pioneiro, carregando, por consequência, todos os louros e méritos que, tradicionalmente, são reservados a esses nas sagas e nas odisséias de heróis. Juntos com os executivos dessas colonizadoras, esses “pioneiros” (por fazerem parte do grupo dominante monopolizado, no momento, pelos acionistas – com as mesmas características dos migrantes sulistas) legitimaram um poder de representação de identidade e de cultura, em que se viam incluídos e, portanto, representados.

Evidencia a partir dessa exposição que, por meio do discurso que ia ao encontro do discurso de desenvolvimento e de progresso nacionalmente disseminado, as colonizadoras que tinham maiores poderes construíram um território com muitas singularidades. Nesse território, privilegiou-se a presença de um

determinado tipo de elemento humano que, por sua vez, compartilhava as origens de seus acionistas. Nessa situação, elaborou-se a imagem de autoexaltação, gerando um discurso de inferioridade em relação aos demais grupos. A consequência foi a invisibilidade de outros grupos, considerados em sua minoria, e que

[...] não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante de sua identidade ou da busca da assimilação, a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar do estigma [...] (BOURDIEU 1998, p. 124).

Assim, “[...], no trabalho de invenção da comunidade do extremo-Oeste do Paraná, muitas táticas foram utilizadas e realimentadas pelos sujeitos. Aspectos de ordem política, econômica e cultural estiveram envolvidos em tal processo” (FREITAG, 2007^a, p. 114), e disso resultou a invisibilidade de outros grupos como, por exemplo, da população negra, a qual se torna objeto deste estudo.

1.6 OBJETIVO

Tendo em vista que a região Oeste do Paraná é constituída por várias etnias, e que algumas delas foram silenciadas, essa pesquisa tem como objetivo geral discutir assuntos referentes à presença negra no Oeste do Paraná, assim como o local social ocupado por essa população no processo de povoamento na região. Utilizando-se, para tanto, de dados históricos regionais e de dados estatísticos produzidos ao longo dos anos.

Os objetivos específicos são:

- a) Analisar a relação existente entre o discurso do processo de colonização e a invisibilidade da população negra;
- b) Identificar quem é o nortista que, por tantas vezes, é mencionado na historiografia regional, e se esse grupo é o que concentra a população negra;
- c) Verificar a importância da presença desses nortistas (e negros, neste caso) dentro da constituição demográfica regional, bem como sua atual situação socioeconômica.

1.7 METODOLOGIA

1.7.1 A integração de análises quantitativas e qualitativas

Para executar essa tarefa foram utilizadas análises históricas e coleta de dados estatísticos junto a fontes de dados secundários⁴. A associação entre narrativas históricas e informações estatísticas é feita seguindo a orientação de Max Weber (1970) que entende que é papel das ciências sociais estabelecer as conexões de sentido entre eventos de causa e efeito.

O método histórico se torna importante por estar relacionado a processos que ocorreram no passado, facilitando a compreensão de suas raízes e de sua análise. Dessa forma, “o método histórico preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos” (MARCONI; LAKATOS, 1992, p. 82).

Os processos estatísticos por sua vez irão permitir obter “[...] de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si” (MARCONI; LAKATOS, 1992, p. 83) de modo a poupar tempo do pesquisador. Sendo assim, para analisar a configuração populacional negra da mesorregião Oeste do Paraná, tornou-se fundamental a utilização da estatística descritiva, a qual aplica várias técnicas para descrever e sumarizar determinados conjuntos de dados. Esta pesquisa buscará nos censos do IBGE identificar:

- a) Qual era a proporção de negros no Oeste do Paraná em 1960 e 1980;
- b) De que regiões vieram;
- c) Quais as cidades da região em que houve a maior concentração de migrantes negros.

Para melhor compreender e analisar os dados estatísticos referentes ao Oeste do Paraná, o conhecimento de alguns conceitos sobre indicadores sociais se tornam valiosos. Nesse sentido, a obra *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações* (JANUZZI, 2006) além de apresentar essas definições, expõe formas de trabalhar com análises de dados já existentes.

⁴ Dados secundários são os coletados primariamente por agências estatísticas como o IBGE, por exemplo e disponibilizados posteriormente para uso em pesquisa.

Jannuzzi (2006) descreve e analisa várias fontes de dados quantitativos que são de extrema importância também para a pesquisa qualitativa. O autor foca este estudo na construção de indicadores sociais que, segundo ele, “é um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre o aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma” (JANNUZZI, 2006, p. 15). Outro conceito tratado pelo autor é o de estatística pública, a qual consiste no “[...] dado social na sua forma bruta, não inteiramente contextualizada de uma teoria social ou uma finalidade pragmática, só parcialmente preparada para o uso na interpretação empírica da realidade” (JANNUZZI, 2006, p. 16).

Considerando o que foi dito, os dados sobre a população negra no oeste do Paraná já estão coletados, porém, descontextualizados de uma teoria. O que este trabalho pretende fazer é contextualizar esses dados tentando resgatar aspectos da realidade regional, no qual foi apenas parcamente e parcialmente narrada, permanecendo, em alguns aspectos, desconhecida.

A integração de abordagens qualitativas e quantitativas não é algo novo. Essa metodologia de trabalho já vem sendo utilizada nas ciências sociais há muito tempo. De acordo com Babbie (1992) desde suas origens, o autor lembra que Durkheim na obra *O suicídio*, publicado em 1897, já defendia a utilização de ambas as abordagens, quantitativa e qualitativa, como forma de atingir o objetivo de investigação. Na obra supracitada, Durkheim (2000) utiliza a análise de dados secundários para buscar a compreensão do ato de suicídio, buscando correlações entre conjuntos de variáveis e a incidência de suicídio, tais como: gênero, raça, idade, estado civil, localização geográfica, clima, mês, dias da semana, horários, entre outros. O objetivo final é demonstrar que o motivo do suicídio está intimamente relacionado à quebra dos laços sociais.

Propondo analisar a população negra no Oeste do Paraná, tem-se como referencial metodológico o trabalho realizado por Durkheim (2000) uma vez que o autor utiliza, entre outros métodos, a integração entre relatos históricos e dados estatísticos. Tendo como ponto de partida as pesquisas realizadas pelos censos desde a década de 1960 e buscando analisar a variável cor/raça a partir de outras informações como, por exemplo, ocupação, nível econômico, área de habitação, município de residência e gênero. O objetivo é trazer informações sobre a população

negra relegada a situações de invisibilidade, como descrito anteriormente, para, então, reavaliar seu papel na construção do Oeste do Paraná.

Recorremos a esses dados para evidenciar que a história local subestimou a presença da população negra, privilegiando preponderantemente apenas um grupo em seus documentos históricos oficiais como representante legítimo da identidade e da cultura do oeste do Paraná. Além disso, busca evidenciar que a invisibilidade da população negra, na história regional, não é dada por sua inexpressividade demográfica, mas sim por sua situação na hierarquia econômica e social.

1.7.2 A análise da abordagem historiográfica regional

A análise da história regional também é uma abordagem central na busca dos objetivos deste trabalho, tendo em vista que “corresponde a um domínio ou uma abordagem historiográfica que foi se construindo em torno da ideia de construir um espaço de observação sobre o qual se torna possível perceber determinadas articulações e homogeneidades sociais” (BARROS, 2007, p. 169). No entanto, essa abordagem não se faz sem riscos, já que “[...] designar esta espacialidade de ‘região’ e a história dos homens que vivem nela de ‘história regional’ é assumir riscos e vantagens aparentes decorrentes” (TOMAZI 1997, p.118). Quando tal autor assume essa perspectiva, tem ele conhecimento de que a história regional, por mais crítica que seja, está inteiramente ligada:

Ao discurso regionalista e aos regionalismos. Ao assumir a idéia de ‘região’, no caso específico do espaço situado ao norte do estado do Paraná, creio que se define um referencial fixo, ahistórico, instituindo um saber e um discurso consubstanciado na ‘história regional do norte do Paraná’. Primeiro cria-se a ‘região norte do Paraná’, com limites fixos e estáticos, depois cria-se uma cronologia, isto é, tem uma origem e um transcurso histórico, mais tarde define-se a identidade com base numa homogeneidade pretendida. A ‘história regional do norte do Paraná’ assim é mais um discurso que legitima a construção ‘Norte do Paraná’ e as relações de poder que a instituiu. [...] (TOMAZZI, 1997, p.118-119).

Este trabalho incide justamente sobre esses riscos. Procura, em sua reflexão, mostrar a artificialidade inerente à historiografia regional, bem como a parcialidade e particularidade que assumida, buscando questionar sua pretensão generalista e os limites de sua abrangência ao construir o que chama de Oeste do Paraná.

Enfim, este trabalho procurará mostrar que: cria-se o Oeste do Paraná com limites fixos e estáticos, ou seja, subestimando a participação de subconjuntos de área específica; segue-se com uma cronologia, isto é feito com base na linha histórica de grupos privilegiados específicos; por fim, quando forma-se uma identidade homogênea, essa identidade é criada a partir de histórias selecionadas, reconstituídas e narradas a partir de um viés particular.

Ao encontro dessa questão, Barros (2007) argumenta que quando um pesquisador se propõe a estudar a história regional, o seu interesse central é “estudar especificamente este espaço, e as relações sociais dentro deste espaço” (BARROS, 2007, p. 168). Futuramente, caso se tenha interesse, poderá comparar com situações parecidas, ou inseri-las em um universo maior, ou seja, ela não se torna limitada como muitos estudiosos afirmam. Então, para melhor compreender o contexto regional delimitado neste trabalho, convém apresentar algumas discussões referentes à presença negra no território brasileiro, quem é classificado como negro e as sutilezas que permeiam essas discussões. Nesse sentido, apresentam-se algumas discussões referentes às relações raciais no Brasil; às classificações raciais; à ideologia de branqueamento, bem como às definições dos conceitos de identidade e cultura. Esses temas são discutidos com a intenção de contextualizar o interesse político que, de certa forma, se intensificou no Oeste do Paraná.

2 DISCUSSÕES SOBRE RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

O Brasil é o país que concentra a maior população negra fora do continente africano. Foi o último país a abolir a escravidão e, historicamente, a presença negra, no cenário nacional, se fez em grande escala, entretanto, a convivência não foi pacífica, situação que pode ser evidenciada por meio das discriminações que os negros sofrem diariamente.

O trabalho do escravo negro no Brasil, e em outros países, foi utilizado em várias frentes, e teve grande importância para o desenvolvimento econômico do país. Os ciclos de produção que utilizaram da mão de obra escrava e que são mencionados por Silva (1999) foram o ciclo da cana-de-açúcar, entre os séculos XVII e XVIII, e o ciclo sertanejo no século XIX. Segundo o autor, no sul do país foram encontrados registros históricos de um número significativo de migração de negros forros, e uma minoria em condição escrava. Esses grupos, em sua maior parte, operavam no transporte de gado, eram chamados “de tropeiros, estes crioulos no século XIX contribuem para uma nova e complexa relação interétnica” (SILVA, 1999, p. 51).

O negro também esteve presente no ciclo amazônico, ou aldeamentos, no fim do século XIX e início do século XX, por fim, no ciclo paulista, em que o trabalho escravo iria ser intenso nas grandes fazendas de café. Observando, então, a presença negra desempenhando as mais diversas funções em todo o país. No ano de 1850, quando se instituem a Lei da Terra⁵ e a proibição do tráfico negreiro, observa-se o surgimento de novos temas concernentes à questão racial no Brasil. Essa preocupação não atenta exclusivamente para a necessidade da presença da mão de obra negra, dessa vez volta-se, também, para a situação desse grupo dentro do território nacional.

Preocupam-se:

[...] senhores de engenho e a nova oligarquia que começa a surgir nos sertões nordestinos (coronéis), no interior paulista (fazendeiros de café) e no sul (os criadores de gados e os primeiros imigrantes europeus) com esta massa populacional negra, e gesta-se toda uma

⁵ Com a criação dessa lei, a terra só poderia ser adquirida por meio da compra. Antes da formulação dessa lei a terra era concedida por “sesmarias”, ou ocupação por posse.

ideologia de que era necessário fazer uma 'limpeza populacional'(SILVA 1999, p. 52).

Nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, ocorreu o desenvolvimento de uma ideologia que irá atingir a toda população brasileira, principalmente a afro-brasileira (SILVA, 1999). O Brasil era visto por intelectuais e por viajantes estrangeiros como um país fadado ao fracasso. Apresentavam o país como um exemplo de atraso econômico e político, devido, principalmente, à “mistura das raças”. Na versão de parte da intelectualidade brasileira, no entanto, a mistura de raças não foi entendida apenas como a causa do fracasso nacional e da degeneração, mas sim como uma maneira de clarear a população.

Essa ideologia passa a ser conhecida como “ideologia do branqueamento”⁶, de modo que é “colocada a questão: Quem é o brasileiro? Quem é o civilizador capaz de integrar a elite nacional?” (SILVA, 1999, p. 54). Esses questionamentos levaram os pesquisadores a buscarem teorias que pudessem dar conta da realidade brasileira.

2.1 OS INTELECTUAIS E A POPULAÇÃO NEGRA

Em uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais, econômicas e, principalmente, étnico racial, há uma diversidade de estudos e de pesquisas para explicar tamanhas variações. No Brasil, quando o debate se dava no âmbito da identidade racial negra, Skidmore (1976) afirma que, em certos momentos, a ênfase desses estudos, em determinados momentos, centralizava-se no conceito de raça, em outros, a cultura sobrepujava-se como determinante. Por fim, o negro apresentava-se como expressão da sociedade.

Nos estudos em que o conceito de raça se destacava, os aspectos biológicos passaram a influenciar de forma negativa. Pesquisas baseadas no evolucionismo de Darwin, conhecido como determinismo racial ou racismo científico, tentavam provar cientificamente a inferioridade da “etnia/raça negra” com o auxílio dos fundamentos biológicos. Ressaltava-se, portanto, os aspectos físicos como, por exemplo, a superioridade intelectual dos brancos, que era provada por meio da diferença do

⁶ Esse tema será desenvolvido na sequência do presente trabalho.

tamanho entre crânios de indivíduos negros e brancos. Essa teoria afirmava que brancos, por possuírem o crânio maior, deteriam, por consequência, maior capacidade intelectual. O pensamento que melhor representa esse período e que teve grande aceitação entre os intelectuais brasileiros e boa parte da população, tem como expoente Joseph Arthur de Gobinea, para o qual a superioridade racial encontra-se entre os arianos.

O racismo científico fundamenta-se no pressuposto de que o negro é um ser inferior por determinação de suas características físicas, e é esse pensamento que influenciará os estudos sobre os negros no Brasil, os quais iniciaram a partir de 1900, tendo como expoente, e pioneiro dessa teoria, o autor brasileiro Nina Rodrigues, considerado o pai da antropologia física no Brasil.

Para Nina Rodrigues (apud SKIDMORE, 1976) os atributos raciais dos negros eram um problema social, pois suas heranças étnicas inferiores podiam interferir de forma negativa na formação do povo brasileiro, além de ressaltar o mau caráter patológico na etnia/raça negra. Outro aspecto preocupante era a mestiçagem, vista, por alguns autores, como um fator de desequilíbrio mental instável, o que explicaria certas formas de criminalidade crioula, ou seja, “[...] a inferioridade do africano fora estabelecido fora de qualquer dúvida científica” (SKIDMORE, 1976, p. 75). Essa vertente de estudos sobre os negros, considerando os atributos físicos da raça como determinante da intelectualidade, causou muitos males à sociedade brasileira, dando origem a estereótipos e preconceitos. Não obstante, em meio a tantos males, esses estudos contribuíram para o conhecimento empírico da população negra, principalmente a respeito das línguas africanas, da religiosidade, das manifestações culturais (danças, lendas e manifestações artísticas) e das origens dos diversos grupos negros que se estabeleceram no Brasil.

Os estudos que partem de uma vertente culturalista, aparecem nas décadas de 1920 e 1930, e têm como expoente Arthur Ramos que, embora fosse evolucionista, já não considerava o negro como pertencente a uma "raça inferior". Seu pressuposto baseia-se na afirmação de que existe uma diferença cultural entre as raças.

Nessa perspectiva, o negro passa a ser visto como o diferente, o exótico. Apesar das repercussões das teorias mencionadas acerca da formação da sociedade brasileira, as quais criaram muitos estereótipos e preconceitos, por volta

da década de 1940 surge um novo enfoque compreendendo a população negra como expressão social. Cabe citar a importância para esse momento histórico da obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, publicada em 1933, que destaca o papel do negro e do índio como sujeito na sociedade escravista.

Nas décadas de 1950 e 1960, os estudos sobre o negro ganham grandes repercussões em função de um fenômeno mundial ligado à Segunda Guerra Mundial⁷. Houve um movimento de revisão dos problemas sociais, políticos e econômicos, principalmente dos problemas provenientes das teorias que se embasavam nas diferenças fenotípicas dos seres humanos. A questão racial era algo importante a ser esclarecida, uma vez que todas as sociedades foram profundamente afetadas por movimentos nos quais as diferenças étnicas avalizaram profunda barbárie contra a vida humana.

Pesquisas financiadas pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura) para investigar as relações raciais no Brasil, país tido inicialmente como modelo de democracia racial, permitiram uma nova abordagem ao tema. Esses estudos atribuem ao negro uma nova categoria no panorama social, tornando minoria não do ponto de vista populacional, porém, do ponto de vista sociológico⁸. Essa visão de convívio harmonioso entre as raças foi desconstruída por vários estudiosos, tais como: Roger Bastide (1957), Florestan Fernandes (1965), Otávio Ianni (1962) e Fernando Henrique Cardoso (1962).

Nessas pesquisas houve uma preocupação em compreender como os negros se situam e quais espaços estão ocupando na sociedade brasileira. A partir de então, desvelam o tratamento desigual baseado em preconceitos, desmascarando a convivência harmoniosa entre as raças. Assim, constata-se que o negro não usufrui de modo pleno dos direitos sociais disponíveis a toda a população brasileira, ou seja, as mesmas liberdades sociais, oportunidades e chances.

O que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante do 'preconceito de cor' é a tendência a considerá-lo algo ultrajante (para quem sofre) e degradante (para quem o pratique). Essa polarização de atitudes parece ser uma consequência do ethos católico, e o fato

⁷ Descoberta dos horrores gerados durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) como: Campos de Concentração e eliminação de Judeus, ciganos e doentes.

⁸ Entende-se por minoria sociológica um contexto em que a população negra passa a ter menor representação no mercado de trabalho, na política, ou seja, nos setores de poder da sociedade.

dela se manifestar com maior intensidade no presente se prende à desagregação da ordem tradicionalista, vinculada a escravidão e à dominação senhorial. [...]. A liberdade de preservar os antigos ajustamentos discriminatórios e preconceituosos, porém, é tido como intocável, desde que se mantenha o decoro e suas manifestações possam ser encobertas ou dissimuladas (FERNANDES, 2007, p. 41).

A partir de então, os estudos comprovaram que, em uma sociedade historicamente construída pelo branco e para o branco, os negros e os mulatos encontram-se em uma situação de desigualdade racial (FERNANDES, 2007). A desconstrução desse mito demonstrou que, na sociedade brasileira, o término da escravidão e a inserção da “população de cor” na sociedade livre, em nada modificaram as relações raciais. Assim, “organização da sociedade impele o negro e o mulato para a pobreza, o desemprego ou o subemprego, e para o ‘trabalho de negro’” (FERNANDES, 2007, p. 90).

Foram, portanto, estudos baseados em concepções mais naturalizadas em cor e em raça que possibilitaram um primeiro questionamento acerca da chamada “democracia racial”. Esses debates trouxeram em cena questões que, até então, se encontravam escondidas para que o país mantivesse a imagem de harmonia entre as raças, sem o racismo e o preconceito. Um país que era reconhecido internacionalmente pela “democracia racial” provou ser um celeiro de intolerância racial e de marginalização sociocultural.

2.2 O IDEÁRIO DE BRANQUEAMENTO

Outro aspecto importante nos estudos sobre as relações raciais é o conceito de branqueamento, o qual aparece em muitos trabalhos como um explicativo inserido em reflexões relacionadas à “questão do negro”. A ideologia do branqueamento partia da premissa de que, quanto mais branca fosse a sociedade, melhor seria o seu desenvolvimento.

Esse processo se daria em longo prazo e ocorreria por duas vias: pela redução da entrada da população negra e pela miscigenação entre negros e

brancos⁹. A ideia era de que o branqueamento populacional brasileiro melhoraria não somente o aspecto físico, mas também aspectos culturais. Essa ideologia encontrou respaldo em vários autores, dentre eles, João Batista Lacerda.

De acordo com Skidmore (1976) estipulou-se até mesmo um tempo para que a população viesse a embranquecer, essa consolidação ocorreria entre os anos de 1920 e 1930:

[...] curiosamente, os escritores não se arriscavam mais a afirmar sem subterfúgios que a raça não fazia diferença e que se podia deixar de lado a questão. Diziam ao invés que o Brasil branqueava a olhos vistos – e que em consequência, o problema caminhava para a solução (SKIDMORE, 1976, p. 192).

Nos anos que se seguem houve uma redefinição da identidade nacional brasileira, iniciando com os trabalhos de Arthur Ramos, exaltando as contribuições da população negra e mulata em vários setores da sociedade, ou seja, o que anteriormente se buscava ocultar passa a assumir, então, papel de destaque. Além de Arthur Ramos (1939), Gilberto Freyre (1933), Mário de Andrade (1937) entre outros focaram seus trabalhos na população negra.

Contudo, a política imigratória ainda ganhava grandes adeptos e “[...] o ideal de branqueamento continuou firmemente entrincheirado no seio da elite” (SKIDMORE, 1976, p. 212), emergindo uma forte propaganda para atrair imigrantes brancos, com o interesse de branquear a população.

2.3 CLASSIFICAÇÃO RACIAL NOS RECENTES CENSOSES

Essas ações descritas pelo autor como busca do branqueamento populacional brasileiro tiveram forte influência no sistema de identificação racial. Skidmore (1976), ao fazer uma comparação do sistema racial da América do Norte com o sistema racial do Brasil do século XX, afirma que o Brasil desenvolveu um complexo sistema de classificação diferentemente da classificação birracial Norte Americana. O Brasil considerava-se como pluralista ou multirracial, e essa tendência foi assumida pelos institutos de pesquisa demográfica como, por exemplo, pelo

⁹ Esses teóricos acreditavam que o processo de miscigenação que ocorria no Brasil se tornaria mais eficaz por dois motivos: 1) O gene branco era mais forte; 2) A tendência das pessoas eram procurar parceiros mais claros que elas (SKIDMORE, 1976).

IBGE. Nas classificações utilizadas nos recenseamentos, as respostas dependeriam da região na qual a pessoa se encontrava, assim como as suas condições econômicas e a avaliação do próprio observador no momento do recenseamento.

A cor da pele, a textura do cabelo, e outros sinais físicos visíveis determinavam a categoria racial em que a pessoa era posta por aqueles que ficavam conhecendo. A reação do observador podia ser também influenciada pela aparente riqueza ou provável status social da pessoa julgada, então pelas suas roupas e pelos seus amigos. [...]. O Brasil não teve nunca, pelo menos desde o fim da Colônia, um sistema birracial rígido. Havia sempre uma categoria mediaría (os chamados mulatos ou mestiços) (SKIDMORE, 1976, p. 55-56).

O autor ainda menciona o fato de que, em decorrência de as origens serem levadas em consideração no momento do recenseador classificar sua pertença racial, muitas pessoas, consideradas mestiças, talvez buscassem esconder algum fenótipo negro.

Portanto, no Brasil, o sistema de classificação racial ao se ater às condições econômicas, às regionais e ao “status” social, corroborou para um modelo pluralista. Esse modelo tinha como base uma sociedade racista, em busca de um tipo ideal que não era o negro. Ao buscar esse branqueamento populacional, matiza-se o sistema de classificação racial brasileiro, em que o “[...] O ‘caucásico’ era considerado o pináculo natural e inevitável da pirâmide social [...]” (SKIDMORE, 1976, p. 60).

Essas sutilezas que marcaram as discussões raciais no Brasil resultaram na apoderação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos três principais termos decorrentes da época: preto, pardo e branco¹⁰ (OSÓRIO, 2003). Percebe-se, com isso, a flexibilidade do sistema de classificação racial e a complexidade em se eleger a caracterização sociocultural em uma sociedade marcada pela diluição dos fenótipos étnicos. Levando em conta que, para o IBGE, a partir de 1960, a identificação racial ocorre por meio da autoatribuição e da heteroatribuição¹¹. Cabe, portanto, à pessoa recenseada optar por se declarar preta, parda ou qualquer outra categoria.

¹⁰ O IBGE possui cinco categorias: branco, preto, pardo, amarela, indígena. Nesse momento da discussão menciona-se somente as três primeiras devido ao interesse da pesquisa.

¹¹ O primeiro é o próprio indivíduo, que escolhe o grupo que considera fazer parte, e o último é quando alguém lhe atribui. Nos censos isso ocorre quando alguém da família fala em nome de todos (OSÓRIO 2003).

É importante mencionar que no sistema de classificação racial brasileiro desenvolvido pelo IBGE, a categoria negra é inexistente. Portanto, para formar esse grupo recorre-se à somatória de duas categorias: preta e parda. O que justifica essa agregação é o fato de suas semelhanças socioeconômicas: “pretos e pardos distinguem-se bastante dos brancos, mas virtualmente diferem pouco entre si em qualquer indicador de situação ou posição social que se possa imaginar” (OSÓRIO, 2003, p.23).

2.4 CULTURA E IDENTIDADE

Muito se tem discutido acerca dos conceitos de identidade e de cultura. Para fins desta pesquisa, ainda que de forma superficial, apresenta-se a discussão realizada por Gimenez (2009) no artigo “Cultura, identidad y memória: Materiales para una sociología de los procesos culturales en las franjas fronterizas”, no qual o autor faz uma articulação entre os conceitos de cultura, de identidade e de memória, a fim de compreender como esses elementos se articulam em regiões de fronteiras. Gimenez (2009) argumenta que o conceito de cultura, por ele utilizado, é o que foi proposto por Geertz em 1973, a partir do qual a cultura passa a ser entendida como algo socialmente estabelecido.

A cultura de uma sociedade compreende tanto aspectos intangíveis como, por exemplo, crenças, ideias e valores quanto aspectos tangíveis que irão formar um contexto comum em que os indivíduos vivem em uma sociedade. Os valores e as normas de uma sociedade podem variar muito de acordo com suas culturas, e mesmo dentro de uma sociedade, ou de uma comunidade, esses valores podem ser contraditórios. Dessa forma, alguns grupos, ou indivíduos, podem valorizar crenças religiosas tradicionais, enquanto outros podem enfatizar o progresso e a ciência, por exemplo.

Nesse sentido, a cultura “nunca deve ser entendida como um repertório homogêneo, estático e imodificável de significados. Pelo contrário, pode ter algumas vezes ‘zonas de estabilidade e persistência’ e ‘zonas de mobilidade’ e cambio” (GIMENEZ, 2009, p. 10). Para o autor, devido à complexidade do conceito de cultura, é necessário, para sua compreensão, a sua fragmentação, delimitando-se muito bem o contexto do qual se identifica dada cultura.

Outro conceito analisado pelo autor é o de identidade, o qual também é multifacetado e pode ser abordado de inúmeras formas. De modo geral, a identidade se relaciona ao conjunto de compreensão que as pessoas mantêm sobre quem elas são, e sobre o que é significativo para elas. A identidade pode ser abordada em relação ao gênero; pode ser definida a partir da religião que se professa; pode ser construída, e geralmente é, com a contribuição da atividade profissional que uma pessoa exerce; e está intimamente ligada ao grupo étnico ao qual pertencemos, o que inclui outras categorias como língua, costumes etc.

Há dois tipos de identidade frequentemente mencionados: a identidade pessoal (individual) e a coletiva. Essas formas de identidade são analiticamente distintas, mas estão intimamente relacionadas. Enquanto a identidade individual refere-se ao processo de negociação constante do indivíduo com o mundo exterior, ajudando a criar e a moldar o sentido de si mesmo, a identidade coletiva refere-se às características que são atribuídas a um indivíduo pelos outros, pode ser vista como marcadores que indicam, num sentido estrito, quem essa pessoa é. Ao mesmo tempo, em que relação aos outros indivíduos que compartilham do mesmo atributo.

Portanto, a identidade contém elementos que é 'socialmente compartilhado' resultante de sua pertença ao grupo e outros coletivos, e os que são 'individuais'. Os primeiros destacam as semelhanças, enquanto os últimos enfatizam a diferença, porém ambos se relacionam estritamente para constituir uma identidade única, ainda que multidimensional, do sujeito individual (GIMENEZ, 2009, p. 13).

Acerca da memória, Gimenez (2009) pontua que essa também pode ser individual e coletiva, e que a ligação entre memória e identidade é tão profunda que o imaginário histórico-cultural se alimenta desses elementos para se autossustentar e se reconhecer como expressão particular de um determinado povo. A partir da memória coletiva é que a cultura poderá manter-se em oposição aos outros grupos. Por fim, o autor pontua, ainda, que em lugares de fronteira a identidade cultural não será menos coesa como alguns teóricos pensam, pelo contrário, a necessidade de se afirmarem frente aos outros grupos os coloca em constante manutenção e afirmação cultural.

Nesse sentido, as festas funcionam como motivadoras da perpetuidade cultural, uma vez que, assegurando o seu espaço de influência e ação "delimitam fronteiras", fronteiras essas que são, muitas vezes, suplantadas pela relação intra e

interespecífica que cada manifestação cultural tem; enfim, são meios de integração com a ambiência social. No entanto, a maior contribuição das festividades está alicerçada no tripé conservação, preservação e proteção, ou seja, a conservação da cultura, a preservação dos valores étnicos e a proteção do território por meio da afirmação da identidade social.

A partir dessas exposições, ainda que superficiais, pode-se traçar um panorama contextual para compreender a inserção do negro na sociedade brasileira. Ao entender que a identidade é acionada em oposição ao outro, e pelo olhar do outro, bem como a partir do momento que esse outro olha, é atributo do olhar que contribui para o grau de autoestima de qualquer indivíduo, seja ele branco ou negro.

Historicamente, no Brasil, percebe-se vários mecanismos de exclusão, como, por exemplo, a negação da cultura e da identidade negra. Desde o século XIX, com teorias de orientação racistas, a construção identitária negra sofreu alguns impactos. Assim, a afirmação da identidade negra não se deu de forma tranquila e fácil, de modo que ainda hoje está em processo de construção. Esse processo é permeado por debates via movimentos sociais, controversas e ações afirmativas, tendo como exemplo as políticas de cotas raciais que não encontram consenso, inclusive entre setores de movimentos de afirmação racial negra.

O intuito das discussões realizadas neste capítulo é contextualizar os debates sobre a presença da inserção social e da situação dos negros na região oeste do Paraná, tendo em vista que é imprescindível para compreender o contexto da região em questão. Como se argumentou anteriormente, o regional não está desvinculado do nacional, então, teorias de orientação racistas podem ter tido influências na colonização da região oeste, como na formação de uma ideia de hegemonia sulista, que permanece no imaginário social e na historiografia regional até a atualidade.

2.5 POPULAÇÃO NEGRA NO SUL DO BRASIL

Existe ainda nos três Estados da região sul toda uma historiografia, uma ensaística, uma literatura posta a sustentar a imagem do sul dos imigrantes. Em outra direção existe toda uma produção acadêmica – artigos, monografias, dissertações e teses – dedicada a questionar esta visão do sul dos imigrantes. Porém, a visão do sul dos imigrantes é a socialmente predominante tanto dentro quanto fora da região, ou seja, fora do circuito acadêmico ou do ativismo negro e

indígena, a imagem do sul dos imigrantes é hegemônica (COSTA, 2001, p. 5)¹².

Por mais que se tente apresentar outras versões históricas da formação populacional da região sul, ainda prevalece a versão do “sul dos imigrantes”. Mesmo reconhecendo que houve maior concentração da população branca nessa região, não significa que a população negra não se fez presente. Nesse sentido, “[...] na literatura científica, o negro é invisibilizado, seja porque não intencionam revelar a efetiva contribuição destes, seja porque os textos vão se deter na sua ausência, na reafirmação de uma suposta inexpressividade” (LEITE, 1991, p. 14). Fato que resulta na permanência do discurso estabelecido de sua não presença.

De com a autora mencionada, os grupos étnicos que se estabeleceram no sul do Brasil encontraram sua relevância pela aquisição de terras, o que não aconteceu com os descendentes de africanos concentrados em fornecimento de obra. Leite (1991) destaca ainda que a região sul, inversamente ao que ocorria no país (a proposição de uma formação de identidade, inclusiva, miscigenada - principalmente a partir da década de 30, tomando-se como referência a publicação de Casa Grande e Senzala¹³), se construiu pela negação do outro. Essa política de branqueamento teve início no século XIX e fecha seu ciclo no século XX, mais especificamente entre os anos de 1904 e 1950, período marcado pelo auge da imigração europeia.

Essa situação demonstra, segundo Leite (1991), que a política de branqueamento populacional, por meio da imigração, atingiu seu principal objetivo. Para a autora, a cultura segregacionista ainda perpassa à sociedade brasileira com comentários, críticas e piadas sobre a população negra, o que ela denomina como “reatualização do racismo”.

Mais do que propriamente extinta o que ocorre é que a população descendente de africano vai diminuindo, insisto, proporcionalmente, o que não significa, em hipótese alguma, uma diminuição de termos absolutos. Mesmo que tenha continuado a se reproduzir, mesmo que tenha permanecido constante ou até crescido em porcentagens, através dos fluxos migratórios recentes, que são significativos, o embranquecimento passou de representação a fato estatisticamente comprovado (LEITE, 1991, p. 35-36).

¹² Ilusão de ótica: presença negra e imigração para o sul do Brasil nas análises de Raymundo Nina Rodrigues e Sílvio Romero.

¹³ A primeira edição foi em 1933.

Esse elemento, segundo Leite (1991), pode ser considerado um fator motivador do que é chamado de invisibilidade da população negra. Porém, o que se torna relevante questionar é o desconhecimento da efetiva participação da população negra nesse território. Apesar de todos esses mecanismos, a autora pondera que várias são as estratégias da população negra para driblarem esta invisibilidade, sendo a demarcação do território quilombola, umas delas.

2.6 POPULAÇÃO NEGRA NO PARANÁ

Pesquisadores relatam que “o início da presença africana no atual território paranaense ocorreu na procura de ouro de aluvião posto que estes eram práticos na mineração” (CRUZ, SILVA, SALLES E OLIVEIRA, 2006, p. 61). Entre o final do século XVI e início do século XVII, quando chega ao fim essa prática, os negros se envolvem com outras atividades, tornando-se, por exemplo, tropeiros, roçadores, marceneiros, areeiros além de trabalharem como operadores de implementos agrícolas no pastoreio de animais, nos engenhos, entre outros.

Portanto, o Paraná tem uma longa história de participação da população negra na geração de riquezas, inclusive a região sul, bem como na construção da identidade regional, participação que é ignorada, em boa parte, pelas versões que descrevem o sul eurobrasileiro. Nesse sentido, o discurso segundo o qual a pujança econômica do sul do país deve preponderantemente ao espírito de empreendedorismo, elemento de descendência europeia, deve ser questionado. Assim como a ideia de que a região é formada preponderantemente por descendente de europeus.

Gutierrez (2006) argumenta que:

O afluxo ao Paraná dos primeiros escravos de origem africana deve coincidir com a fundação em 1648 de Paranaguá, no litoral, o primeiro núcleo populacional português instalado na região, em decorrência da descoberta de ouro nas redondezas. Não tardou muito e o metal precioso foi também descoberto serra acima, nos campos de Curitiba. Os novos colonos, vindos principalmente de núcleos setentrionais da capitania de São Paulo, trouxeram possivelmente os primeiros escravos negros para trabalhar na extração e lavagem do metal (GUTIERREZ, 2006, p. 101).

Nessa leitura torna-se explícito que a presença negra no Paraná não é algo recente, sendo possível registrá-la desde 1648 ou até mesmo antes. Ocorre, no entanto, uma ênfase por parte da historiografia paranaense, a partir da imigração europeia e de seus descendentes. Conclui-se, então, que a historiografia regional foi matizada de ideologia do branqueamento explicando sobre valorização da identidade e sobre a participação europeia no sul do Brasil.

Como exemplo da negligência, no que diz respeito a uma narrativa histórica plurirracial, no caso do Paraná, Costa (2001) menciona que a história da capital do Estado – Curitiba – passa a ser valorizada somente a partir da imigração, apesar de constar algumas informações sobre a população negra, essa não é utilizada como sinônimo de desenvolvimento.

O texto de apresentação oficial da cidade denota bastante importância ao período pré-imigração, contudo ao versar sobre o processo imigratório a frase curta, sucinta em destaque na citação tem um peso inversamente proporcional ao seu tamanho, pois ela afirma esse processo, a imigração, mudou tudo. E mudou tudo para melhor! Isto pode ser inferido pelo teor da apresentação autoglorificante que segue. Não que essa função não se faça presente nos textos dos sítios das demais cidades aqui citadas, mas crê-se que o de Curitiba é entre os três, o mais enfático (COSTA 2011, p. 4).

Pesquisadores integrantes do grupo de trabalho Clóvis Moura¹⁴ fizeram o levantamento e a identificação de comunidades negras rurais e urbanas no Estado do Paraná. Esses dados conseguiram desmistificar a ideia de um Estado eminentemente euro-descendente, pois foram identificadas 86 comunidades de afrodescendentes sendo que, dentre elas, 36 são consideradas Comunidades Remanescentes de Quilombo.

Essas comunidades são autorreconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Além das comunidades remanescentes de quilombos, são identificadas, ainda, oito Comunidades Negras Tradicionais¹⁵, dentre elas a

¹⁴ O Grupo de Trabalho Clóvis Moura foi criado com o objetivo de integrar as comunidades quilombolas com o Governo do Estado do Paraná. O Grupo faz o levantamento da população quilombola, verifica as necessidades e as encaminha para as secretarias estaduais.

¹⁵ De acordo com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e

Comunidade Manoel Ciriaco dos Santos, localizada no município de Guaíra, no Oeste do Paraná.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A FORMAÇÃO DEMOGRÁFICA REGIONAL

Ao contrário do que popularmente se pode pensar, o Oeste do Paraná, no período anterior da atuação das empresas colonizadoras, não era um vazio demográfico. Vários autores, Colodel (2008); Wachovichs & Gregory(2008); Yokoo (2011), relatam a presença populacional anterior à colonização, como, por exemplo, a população indígena, que já habitava todo esse espaço, as reduções jesuíticas e os bandeirantes, que participavam da captura de escravos indígenas, até o século XVIII, na região. Mais recentemente, no século XIX e XX, há a menção do sistema obrages, com a exploração extrativista da erva-mate e da madeira (COLODEL, 2008).

3.1 CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS EXTRATIVISTAS (ERVA-MATE E MADEIRA)

A atividade econômica extrativista envolveu uma grande quantidade de mão de obra. Nesse processo, no que diz respeito à erva-mate estavam envolvidas pessoas que adentravam nas florestas extraindo a matéria-prima. Presume-se, então, que esse tipo de atividade exigia, além da atividade de extração em si, a abertura de picadas em meio à mata para o escoamento do produto, que ocorria por meio de pequenas tropas de mulas ou de mão de obra humana.

Em relação à extração de madeira estão envolvidos os “localizadores” de árvores consideradas nobres, tais como: pinheiros, cedro e ipê. Posteriormente, chegaram os grupos responsáveis pela derrubada das árvores. A parte mais complicada desse trabalho é o transporte das toras pela mata, ou seja, se essa extração fosse realizada por tração de animal, envolveria criadores de animais, se fosse por mão de obra mecanizada, envolveria mecânicos e combustíveis, envolvendo, independente da forma escolhida, uma quantidade considerável de pessoas.

Na região Oeste do Paraná quem muito atuou neste processo foram as empresas estrangeiras, dentre elas: Domingos Barthe; Nuñez y Gibaya; Julio

Thomáz Alica; Compañia de Madeiras Del Alto Paraná e Petry, Meyer & Azambuja (YOKOO, 2011).

Todas essas empresas tiveram como carro chefe a extração da erva mate, seguido pela retirada da madeira, ocupando, dessa forma, grandes extensões de terras. Nesses locais foram realizadas construções de “[...] cabanas, plantadas roças de subsistência e cultivadas pastagens para alimentação de animais. Utilizavam-se os locais como pernoites e descansos para os muares que transportavam os fardos de folhas da erva-mates [...]” (YOKOO, 2011, p. 8-9). O referido autor afirma que, até 1940, a região em questão possuía poucos brasileiros nativos, portanto, sua ligação econômica com o restante do estado, e com o território brasileiro, era praticamente nula.

Como resultado desse abandono a formação populacional contou com “[...] estrangeiros, sobretudo, de argentinos e paraguaios e alguns europeus que adentravam na região para coletar e transportar as folhas de erva-mate e das madeiras de lei [...]” (YOKOO, 2011, p.16).

Outro autor que também confirma a versão de um território brasileiro ocupado, em sua maior parte, por nativos estrangeiros é Colodel (2008), o qual afirma que “durante os mais de cinquenta anos em que essas companhias estrangeiras ficaram no Oeste do Paraná, explorando suas riquezas vegetais, sua mão-de-obra era, na sua quase totalidade, composta por trabalhadores vindos de terras paraguaias [...]” (COLODEL, 2008, p.50). Encontra-se, nesse ciclo econômico, uma intensa movimentação populacional que contradiz a ideia de vazio demográfico.

O produto dessa extração (erva-mate e madeira) era rentável e encontrava um mercado consumidor em expansão, ou seja, “a erva-mate era consumida em larga escala em todo o mercado platino, e a madeira era bastante procurada na própria Argentina, sendo facilmente exportada para os Estados Unidos e para o Canadá, por ótimos preços” (COLODEL, 2008, p. 91). Logo, o lucro para essas empresas era garantido gerando uma economia em plena atividade, o que, certamente, exigiria uma mão de obra abundante. Esse sistema de produção gerou “[...] uma classe de proprietários e comerciantes poderosos, verdadeiros senhores, montados em impérios agrários imensos. [...]” (COLODEL, 2008, p.59). Não é necessário muito esforço para concluir que esses impérios foram sustentados por um enorme contingente de mão de obra (considerando, além de tudo, a fraca

mecanização dessa atividade), encarregada de girar as engrenagens dessa economia.

A troca do ciclo econômico do modelo extrativo para o modelo colonizador foi definido por vários fatores, dentre eles: a passagem das tropas Revolucionárias entre os anos de 1924 e 1925 (Coluna Prestes), que “[...] fez os obrageros e seus homens de confiança abandonassem, às pressas, a Região” (COLODEL 2008, p.63); a Revolução de 30 e o movimento denominado “Marcha para o Oeste” (COLODEL, 2008, p. 63). Além desses elementos, Colodel (2008) acredita que a ação que teve maior efeito, para retirada do capital estrangeiro da região Oeste, foi o decreto nº 300, instituído pelo governo do Estado. Nesse decreto “[...] eram devolvidas ao patrimônio do Estado imensas extensões de terras, anteriormente concedidas e tituladas a grupos econômicos nacionais e estrangeiros” (COLODEL 2008, p.66).

Ainda,

Salienta-se que o governo argentino, também, contribuiu para a decadência das obras no Oeste do Paraná e mato-grossense, a partir do momento em que incentivou e até subsidiou o plantio científico de ervais no território de Misiones. Assim o fez para diminuir sua dependência da erva-mate brasileira. A partir da década de 1930, o governo argentino dobrou a carga tributária para a importação da erva-mate. Assim, quando se iniciou a nacionalização da Região pelas autoridades brasileiras, as obras já mostravam claros sinais de inviabilidade econômica (COLODEL, 2008, p. 71)

Ao encontro dessa questão, ressalta-se que

[...] a conjuntura mundial em crise e as incertezas das companhias estrangeiras que operavam no Oeste do Paraná fizeram com que fosse desativado seus empreendimentos ou entrassem em falência, abrindo fabulosos espaços para investimentos de capitais nacionais no pós-Segunda Guerra Mundial [...] (GREGORY, 2002, p. 91).

Outro fator que também pode ser considerado é o esgotamento da madeira, principalmente a qual detinha maior valor no mercado.

É razoável supor que os protagonistas, grandes proprietários e comerciantes, do ciclo anterior pudessem se reestabelecer em outros locais, mas não se pode dizer o mesmo sobre a mão de obra de mais baixo rendimento como, por exemplo: remanescentes indígenas, trabalhadores anteriormente ocupados no sistema de

obrages, soldados desertores, bandidos foragidos, colonos miseráveis, entre outros. Surge, então, a questão: qual o papel desempenhado por essa população remanescente da atividade econômica anterior e de baixo poder aquisitivo frente ao novo ciclo iniciado pelas colonizadoras?

Sabe-se que o foco das atividades colonizadoras era, prioritariamente, a venda de terras. Claro que, aliado a isso, qualquer atividade de venda depende do grau de infraestrutura produtiva, capaz de viabilizar a vida econômica de quem compra, ou seja, as atividades das colonizadoras acabam por ir além da mera venda de propriedade, passando a assumir, também, a geração e a gestão da infraestrutura de ocupação (estradas, casas, escolas, hospitais etc.).

Retomando a questão sobre a população remanescente da atividade anterior, é possível perguntar: Por que essa população não foi preponderante na compra dos lotes oferecidos pelas colonizadoras? Três respostas podem ser possíveis: Eles não tinham conhecimento para desenvolvê-la; não tinham interesse em aderir a essa nova atividade econômica em ascensão; ou simplesmente não tinham dinheiro para comprar os lotes ofertados por tais empresas.

Como é comumente mencionada na literatura, a venda de lotes, principalmente no caso da colonizadora Maripá, deu-se preponderantemente a pequenos agricultores vindos do sul do país, habituados ao trabalho em pequenas propriedades. Essa escolha não foi aleatória.

Nessa perspectiva, predomina a crença de ser o grupo sulista quem possuía uma cultura mais evoluída, diferente dos denominados nortistas ou “pelo duro”¹⁶ (COLODEL, 1994). Por outro lado, sabemos que, para desempenhar uma pequena atividade agrícola familiar, é necessário um pequeno pedaço de terra e algumas benfeitorias que possibilitem essa atividade. Porém, nesse período, no extremo sul do país, a atividade agrícola estava consideravelmente mais desenvolvida, o que, conseqüentemente, tornava a terra muito mais cara nas novas regiões do oeste do Paraná. Esse processo também é descrito pela literatura, tendo em vista que:

[...] As velhas colônias de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina já tinham excedentes populacionais suficientes

¹⁶ Modo como eram denominados os mineiros, os paulistas, os paranaenses entre outros grupos que não migraram da região sul do país. A partir do momento em que a literatura utiliza o termo moreno, passa-se a considerá-lo preto e pardo.

dispostos a tentar reproduzir suas condições de colonos. Nos primeiros anos da década de 1930, num processo de ocupação de terras, aqui chegaram os primeiros colonos desse período intermediário entre a ocupação esporádica e a colonização propriamente dita [...] (GREGORY, 2002, p.93).

O que fica visível a partir dessa análise é que a migração do extremo sul para o Oeste do Paraná fazia parte de um sonho de crescimento, em que a venda de pequenas propriedades no extremo sul do país tornasse possível comprar maiores extensões de terras na região oeste do Paraná. Portanto, esses novos colonizadores, além do sonho, possuíam um capital financeiro, ainda que mínimo, para dar suporte a esse sonho.

Mas, voltando à pergunta sobre os remanescentes do ciclo anterior que, possivelmente, não tinham um capital acumulado para a compra de lotes (novo sonho), o que aconteceu com eles? A historiografia regional também irá responder a essa pergunta. Segundo a literatura, essas pessoas trabalharam intensamente nas atividades de desmate, de preparação da terra, de construções de casas, de estradas, entre outras obras de infraestrutura básica. É nesse ponto que as versões sobre a formação demográfica regional começam a divergir. Por um lado, constrói-se uma história de heróis e de pioneiros baseada numa espécie de “autobiografia” das empresas colonizadoras, para a qual um vazio demográfico era profundamente pertinente. Segundo Finger (2003), as empresas colonizadoras, dentre elas, a Maripá, produziram:

[...] uma espécie de ‘vazio social’ em suas terras para poder explorar e colonizar de acordo com seus interesses. A memória dos primeiros tempos da colônia não mais considerava os de outra origem e atribuiu o pioneirismo apenas aos colonos sulistas. Ela admitiu a presença do caboclo como fonte de trabalho braçal barato, e para mantê-lo como assalariado controlou o acesso à compra de terras (FINGER, 2003, p. 10).

Refletindo um pouco mais sobre essa questão, é pertinente questionar: o que significa desmatar e preparar uma área de, aproximadamente, 25 hectares (250.000 mil metros quadrados – cerca de 250 campos de futebol)? Significa um trabalho imenso e intenso, trabalho humano realizado quase que, em sua totalidade, de forma manual, dado a precária mecanização. A partir dessas condições é fácil concluir que esse trabalho demandou muita mão de obra, e, segundo Finger (2003),

era constituído por caboclos possivelmente remanescentes do ciclo anterior, enfim, deveriam ser muitos caboclos.

Nesse ramo de atividade, é razoável pensar que sempre existiram mais trabalhadores do que patrões, ou seja, o número de trabalhadores responsáveis pela abertura de picadas, pela derrubada da mata e pela limpeza da área era maior que o de pequenos proprietários de terras. Assim, concordando com alguns autores que afirmam o alto fluxo de migrantes da região sul para as terras virgens do Oeste do Paraná, nas décadas de 1940-1950, é fácil imaginar também que nesse mesmo período houve mais caboclos “desmatadores” e preparadores de terras do que colonos proprietários recém-chegados.

Frente a esse raciocínio, torna-se muito plausível duvidar da literatura regional que apresentam características demográficas dessa região, sendo composta, em sua maioria, por colonos sulistas. A questão é: para onde foram os remanescentes do ciclo anterior citados pela própria literatura que destaca a predominância dos sulistas na constituição demográfica regional?

Uma alternativa de resposta é que essa vertente historiográfica equivocadamente assumiu a “autobiografia”, produzida pelas empresas colonizadoras como a história regional. Como consequência dessa opção (como é comum em autobiografias), tais versões podem ser contaminadas pelo fetiche da autoexaltação baseada numa história mítica protagonizada por sagas de heróis pioneiros. Muitas vezes podem não refletir a complexidade multifacetada da realidade e ser omissa com outros personagens importantes da história, no caso do Oeste do Paraná, com os caboclos. A percepção desse processo já foi demonstrada por Robson Laverdi, o qual afirma que:

Na literatura mais ampla dessa produção acadêmica, pude constatar uma dualidade estratificadora do tecido social profundamente enraizada. Esta questão era sustentada pela existência de uma relação desigual entre a maioria de sujeitos sociais visto como tipos ideais e de uma pequena minoria de ‘outros’, esporadicamente lembrados pelos seus papéis pitorescos e/ou exóticos exercidos no interior dessa composição (LAVERDI, 2005, p. 20-21).

A questão que surge, então, é como aceitar que existiam outras pessoas nessa região além dos sulistas, que foram parte ativa no novo ciclo econômico. Quem eram essas outras pessoas? Uma ideia que será defendida nesse trabalho é que essas outras pessoas vieram a constituir o grupo que, segundo o IBGE,

retomando o capítulo anterior, classificadas como pretas ou pardas, e que serão entendidas aqui como negras.

3.2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MENÇÕES AOS ATUAIS PRETOS E PARDOS

Esse pequeno tópico dedica-se apenas a relatar como foram denominados e descritos, mesmo que brevemente, a população não sulista, o qual ocupou a região Oeste do Paraná no ciclo das colonizadoras. Observamos na produção historiográfica relacionada a esse período, o predomínio de algumas denominações como “caboclo”, “nortista”, “pelo duro”, “sem origem”, “outros” etc. Essas várias denominações apresentam resumem, no que se pode compreender como uma negação do outro, ou como afirmam Colognese; Gregory e Schallenberger (1999) e Gregory (2002), que não recebem uma identidade simplesmente pelo fato de serem os “outros”.

Ao buscar, na literatura, a definição de caboclo, encontra-se que: “[...] o caboclo é uma categoria de classificação social complexa que inclui dimensões geográficas, raciais e de classe [...]” (LIMA, 2009, p. 6). Ressaltando que essa denominação (caboclo) não pode ser compreendida como uma identidade e sim como uma representação. Ao discutir-se sobre o papel e o lugar do caboclo no sudoeste do Paraná, ressalta-se: “[...] de pele escura, mulata, trigueira. Alguns negros, escravos fugidos das fazendas no passado, e descendentes deles [...]” (PASSOS, 2011, p. 50).

Ao apontar essas características, Passos (2011) afirma que, na região Oeste do Paraná, o caboclo não era apenas a mistura do índio com o branco, como se encontra em algumas regiões, era o outro, diferente do branco, por possuir pele escura. Segundo Lima (2009), quando se compreende que essa classificação social envolve também as dimensões geográficas, a descrição de “caboclo” proposta por Passos (2011) pode ser aplicada a região Oeste do Paraná.

Outra categoria empregada na região em relação aos outros grupos que não são sulistas é a “nortista”. Mais uma vez, ao recorrer-se à produção historiográfica, ressalta-se que esse grupo é originário da “[...] expansão cafeeira, que se deslocava pelo norte do Paraná em direção a oeste do Paraná e ao Piquiri, oriundo

fundamental de Minas Gerais, São Paulo e do nordeste brasileiro, produto de uma miscigenação secular entre o português, índio e o negro africano [...]” (WACHOWICZ, 1987, p. 175).

Além de serem chamados de nortistas, de acordo com o referido autor, eles receberam mais uma nomenclatura que era falada pelos imigrantes sulistas, “pelo duro”, denominação que “[...] no Rio Grande do Sul significava gado sem raça, decadente” (WACHOWICZ, 1987, p. 175). Assim, a terminologia “pelo duro” pode assim ser compreendida: “indivíduo moreno procedente de São Paulo, Minas Gerais ou nordeste brasileiro” (WACHOWICZ, 1987, p. 183). É interessante observar a carga pejorativa que está embutida nessas denominações relacionadas ao nortista, descrita pela historiografia regional e reproduzida no imaginário social.

3.3 A NOVA HISTORIOGRAFIA REGIONAL

Como já demonstrado em outros momentos dessa pesquisa, ocorre, na produção historiográfica sobre o Oeste do Paraná, uma “exaltação da frente sulista”. O grupo que migrou de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul foi exaltado frente aos outros grupos que também ocuparam essa região. A partir de buscas nas mais variadas fontes de pesquisas relacionadas à participação demográfica negra no Oeste do Paraná, são inexistentes artigos, teses ou dissertações que discutam sobre essa temática. No entanto, foi possível encontrar materiais (monografias, dissertações e teses) que retratam esse “outro” invisibilizado, o que denota uma diversificação da historiografia até então produzida.

Para representar essa fase, serão citados três trabalhos realizados entre os anos de 2005 e 2011. Vários outros poderiam ter sido selecionados, mas estes se tornam importantes porque trazem perspectivas diferentes de modo que o primeiro a ser citado é de LAVERDI (2005), *Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná*, obra que destaca-se por sua abrangência temporal ao fazer uma revisão historiográfica do que foi produzido até então sobre o oeste do Paraná. Ao realizar esse trabalho, o autor tinha o interesse de “[...] historicizar os processos sociais da afirmação de um ‘outro’ ou ‘de fora’ [...]” (LAVERDI, 2005, p. 1), no município de Marechal Cândido Rondon/Pr., entre as décadas de 1970 e 1990. Esse “outro” por ele pesquisado

eram os trabalhadores classificados como itinerantes, em decorrência do processo de várias imigrações a que foram submetidos. Estando incluído no grupo dos “outros”, algumas situações lhe chamaram a atenção ao observar a realidade social em que se encontrava: a insistência por vias públicas e privadas do município em se declarar predominantemente composto por uma identidade alemã; o estilo arquitetônico germânico espalhado pela cidade; a própria realização da Oktoberfest, propagada como forma de criação de uma memória hegemônica (LAVERDI, 2005).

Essas situações descritas se tornam ambíguas e contraditórias, pois “[...] além do esquecimento das tensões havidas no passado e vividas no presente, este tom buscava garantir o prolongamento da conquista pelas forças dominantes, travestido de um ufanismo regional” (LAVERDI, 2005, p.2). Ao fazer isso, ocorre a sobrevalorização dos migrantes que alcançaram sucesso econômico e político.

No decorrer dessa pesquisa, Laverdi (2005) se depara com cenas totalmente diferentes do que, até então, se tinha apresentado. Mesmo que houvesse grande número de trabalhadores de descendência europeia, esse cenário também foi palco para imigrantes trabalhadores de outros estados brasileiros, como Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, São Paulo, entre outras, que deram novas perspectivas sobre a configuração populacional.

Embora pretendesse estudar o período pós-1970, as narrativas conduziram-me a um tempo bem anterior ao da colonização planejada. Surpreso, pude interceptar trajetórias de trabalhadores chegados à região nas décadas anteriores não como pequenos proprietários, mas na condição de meeiros, parceiros, arrendatários, agregados e assalariados, o que contrariava uma das bases da memória oficial, segundo a qual os migrantes que havia imigrado para o trabalho como colonos, tornando-se mais tarde proprietários de terras (LAVERDI, 2005, p.6).

Apresentado esse contexto de diversidade presente no município, não tem como não tê-lo como base para a compreensão da própria região Oeste do Paraná, principalmente quando se reconhece o interesse, por motivos já demonstrados, de constituir uma identidade hegemônica regional pautada em migrantes sulistas, descendentes, em sua maioria, de alemães e de italianos. Diante dessa realidade, o autor argumenta que, na produção acadêmica, passa a existir uma “dualidade estratificadora”, a qual se sustenta, de forma desigual, “[...] entre uma maioria de sujeitos sociais vistos como tipos ideais e de uma pequena minoria de ‘outros’,

esporadicamente lembrados pelos seus papéis pitoresco e/ou exóticos exercidos no interior dessa composição” (LAVERDI 2005, p. 20-21). Como exemplo dessa dicotomia, o autor apresenta os termos de “luso-brasileiro” e “caboclo” citado por Kalervo Oberg e Thomas Jabine (1960) e que irão persistir ao longo da historiografia associados à classe baixa e em grupos populacionais reduzidos.

O autor afirma que, ao se propor fazer esse trabalho, em um primeiro momento, objetivou discutir sobre um grupo que, em sua percepção, poderia ser considerado o grupo dos “outros”, os quais seriam os negros e nordestinos. No entanto, ao passo em que aprofundava os conhecimentos acerca da diversidade regional, descobriu que negros e nordestinos não seriam os únicos, optando, assim, por trabalhar com a história oral dos negros e também dos “[...] trabalhadores migrantes vindos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do próprio Paraná, cujas trajetórias de lutas eram tão significativas quanto às dos primeiros selecionados e igualmente tendo a trajetória pouco contemplada pela versão oficial” (LAVERDI, 2005, p. 23). De acordo com Laverdi (2005), esses sulistas, não mencionados pela historiografia oficial, são os que migraram no mesmo período daqueles que foram reconhecidos oficialmente, ou logo após, mas que não tiveram acesso à compra de terras e, conseqüentemente, não tiveram ascensão econômica.

Quando o autor assume essa outra perspectiva em relação aos seus pesquisados, olha o “outro” não por diferenças fisionômicas, mas sim por fatores econômicos, e afirma que, “independente de cor ou origem, dois fatores identitários, a questão de classe é que os afasta da memória oficial” (LAVERDI, 2005, p. 23). Nesse ponto é preciso discordar do autor, uma vez que a população negra, além de não possuir poder econômico, de não ter um sobrenome considerado de “origem”, possui, ainda, mais um estigma: a cor de sua pele. Situação que o próprio autor se depara durante o processo da pesquisa. Laverdi (2005), sobre esse fato, menciona que sempre que questionava seus entrevistados sobre um determinado local reconhecido pela população como “Planeta dos Macacos”¹⁷, era unânime o silêncio que se instaurava. As vezes era possível perceber desconforto entre os entrevistados. Entre eles, apenas dois teceram alguns comentários, e um desses

¹⁷ O nome real desse bairro é Alvorada, mas passou a ser chamado de Planeta dos Macacos pela população que residia no município devido à quantidade de moradores negros que ali residiam. Nesse bairro habitavam, a partir de 1970, os primeiros trabalhadores da Cooperativa Coopagril (LAVERDI, 2005).

ainda questionou, de forma “acanhada”, como ele sabia dessa denominação (Planeta dos Macacos).

Uma outra questão importante emergiu do esforço de se Chico para mostrar a sua exceção em relação aos outros migrantes, principalmente aos trabalhadores negros. Ao narrar sua distinção entre os demais, tendo em vista o bom tratamento obtido pelas autoridades locais, atribuiu grande dignidade e significado de realização pessoal. De algum modo, seu Chico fez notar que as discriminações enfrentadas pelos trabalhadores negros foram um problema de maior espectro no processo social de constituição dessa paisagem (LAVERDI, 2005, p. 176).

Outro depoente menciona o fato de que nessa empresa o trabalho braçal era desenvolvido por pessoas que vinham de fora e, eram, em sua maioria, negras, uma vez que a tarefa de saqueiro o homem branco não aguentava (LAVERDI, 2005). A valorização do negro estava pautada em sua força física, principalmente para exercer atividades braçais, fora isso, eles não se moldavam aos interesses sociais. Encontra-se nesses relatos evidências de que a discriminação não estava pautada somente em relação à classe social, como propunha o autor, mas também em relação à raça.

Para o autor, o não dito está presente na memória. Quando questionado em relação a esse determinado grupo, pode ser compreendido como um mecanismo que não se limita apenas a interesses políticos dominantes “mas foi usado e compartilhado, estrategicamente ou não, entre os trabalhadores” (LAVERDI, 2005, p.180). Tal fato não se restringiu apenas ao município em questão (Marechal Cândido Rondon), mas em grande parte dos municípios que compõem a região Oeste do Paraná, tornando-se invisíveis, ocupando espaços periféricos.

Outro autor que também segue essa mesma linha de pesquisa, e que, igualmente se depara com a questão regional de instituição de uma memória única, baseada na imagem do pioneiro desbravador e laborioso, é Jiani Fernando Langaro (2006). No trabalho *Para além de pioneiros e forasteiros: outras histórias do Oeste do Paraná* o que constata é a atenção dada aos excluídos da história oficial. Da mesma forma que Laverdi (2005), esse autor também aborda a negação do “outro” na região, tendo como parâmetro a questão de classe. Um fator que se torna interessante observar, nesse trabalho, é decorrente do fato de esses excluídos terem acesso ao poder local e, por meio dos seus benefícios assumem como sua, a

história dita oficial. Essa memória fundamenta-se na história de vida de um seletivo grupo, os que tiveram poder de compra e, conseqüentemente, ascensão econômica.

O município em que se concentra essa pesquisa é Santa Helena e o autor, Langaro (2006), aponta que a memória produzida na esfera pública se torna tendenciosa, ou seja, as versões dos projetos de colonização ainda permanecem sendo exaltadas. Essas situações irão decorrer por meio de “[...] nomeação de locais públicos, com a intenção de fazê-los render homenagem a determinados sujeitos e eventos, e da transformação de certos locais em pontos de visitação turísticas. [...]” (LANGARO, 2006, p.39).

Nesse processo de criação de uma memória pública, observa-se a reestruturação de praças, de monumentos, de painéis, de estátuas e de publicações de livros, de reportagens em jornais e sites, com um único intuito: sobrevalorizar a história de pioneiros. Pioneirismo apresentado de forma hegemônica, sem demonstrar as tensões existentes e muito menos os fracassos econômicos.

Analisando alguns trabalhos realizados por José Augusto Colodel em relação ao município de Santa Helena, Langaro (2006) aponta que o autor comete uma sobreposição de interesses “[...] as pessoas acabam sendo colocadas em um plano secundário, em detrimento de certos eventos que, por sua vez tornam-se elementos principais de sua análise” (LANGARO, 2006, p. 52). Na reprodução desses espaços, de acordo com o autor, o interesse era especificamente apresentar o período de colonização como ponto inicial da história do município. O que, de certa forma, acaba por apagar resíduos históricos anteriores a esse processo. Seriam esses pioneiros:

[...] os iniciadores da ‘construção do progresso contínuo’ de Santa Helena, fazendo-se referência, agora a crença no desenvolvimento. Reafirma-se, então, por meio dessas memórias, o projeto que estava sendo colocado em prática, tendo como base o ideal de um município rico e em contínuo desenvolvimento, possuindo um futuro promissor em virtude de sua riqueza do presente (LANGARO, 2006, p. 52).

Portanto, ao constituir a memória pública voltada para o pioneiro que realizou o desenvolvimento econômico do município, a historiografia regional silenciou, entre vários outros aspectos, as desigualdades socioeconômicas e políticas assim como as memórias anteriores a esse processo, instituído como tipo ideal a ser lembrado. A

partir do momento em que o autor se volta para as várias memórias existentes no município, sem ser as “memórias fundadoras”, irá se deparar com histórias que “[...] não apresentam, portanto, uma outra memória, homogênea, que seja oposta àquela da esfera pública, mas trazem o intercruzamento de diferentes versões do passado, ordenadas, porém, a partir dos sentidos por elas conferidas por tais sujeitos [...]” (LANGARO, 2006, p.104-105). Sentidos esses de pobreza, de sofrimento e de enganos vivenciados.

Cabe lembrar, neste momento, que essas memórias, trabalhadas pelo autor, eram, em maioria, de imigrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que vieram no mesmo período em que vieram os “escolhidos” pela história dita oficial. Atentando para o fato de que, em seus relatos, os “outros” não vieram das mesmas regiões que eles, ou seja, não eram bem vistos. Se os não escolhidos pela historiografia decorre do fato de não terem ascensão econômica, imagina aqueles que, além da ascensão econômica, ainda não eram dos mesmos estados. Para exemplificar essa situação menciona-se o seguinte relato: “[...] ao lembrar do vendedor, Ernesto o faz a partir de seu estado de origem, tratando-o como ‘paulista’. O aponta como uma espécie de ‘suspeito’, ao contrario das ‘famílias boa do sul’ [...]” (LANGARO, 2006, p.114).

Entre os seus entrevistados dois merecem destaque: um pernambucano e outro catarinense. Essas duas histórias de vida são aqui mencionadas por suas peculiaridades em relação às outras histórias. A primeira é o relato de Ernesto Albuquerque, aposentado, que, no momento da pesquisa, tinha 70 anos. Deixou o estado na década de 1950 em busca de uma vida melhor, residiu em vários lugares antes de chegar ao Oeste do Paraná. E, ao chegar à região, atuou na lavoura de hortelã, que ocupava, na época, muita mão de obra. O depoente:

[...] busca afastar-se do estereótipo de ‘pernambucano’ ou ‘nordestino’ violento, que ele mesmo apresentou em outro momento de seu depoimento. Possivelmente, ele pode estar dialogando aqui com o preconceito de uma sociedade que se funda em uma memória pública construída a partir da presença de migrantes gaúchos e catarinenses e não da diversidade (LANGARO, 2006, p.128).

Outro fator que também chama a atenção do autor em relação a esse senhor é o fato de ele não se ver como “de fora”, apesar de seu estado de origem. Essa imagem “do outro” ele associa aos paulistas, aos mineiros, aos pernambucanos e

aos alagoanos que se mudaram da localidade devido ao fim de algumas lavouras. Situação que, mais uma vez, comprova o fato de que ele, ao ficar, assume como sua a história projetada como oficial. Para Langaro (2006), o silenciamento das tensões que ocorrem, assim como o fato de o entrevistado se afastar da identificação de “nortista”, pode ter alguns significados subliminares, como, por exemplo, o de ser aceito e de fazer parte da sociedade por meio da partilha de sentimento sulista.

Outro relato é de Antonio, 51 anos, catarinense e funcionário público. Esse depoente também retrata a diversidade dos moradores do município que vieram de várias regiões do Brasil. Situação que lhe causou certo estranhamento já que essa diversidade não era algo muito comum em Santa Catarina.

De acordo com Langaro (2006) a escolha por essa pessoa se deu pelo fato de ser negro, que ele acreditou ter migrado de outros estados, sem ser Santa Catarina e Rio Grande do sul. Porém, para sua surpresa, ele era catarinense, fato que apresenta uma realidade ainda não discutida de populações negras que vieram dos estados sulistas. Ao entrevistá-lo o autor buscou questionar se, em algum momento, ele sentiu algum tipo de preconceito, e se surpreendeu quando este disse que não, pois, de acordo com ele, na sociedade brasileira, em que o preconceito ainda é algo muito arraigado, é difícil encontrar alguém que não tenha passado por tal situação. Ao encontro dessa questão, o autor acredita que “[...] Antônio também pode estar relegando o preconceito ao silêncio em nome de um convívio mais harmonioso com a sociedade local [...]” (LANGARO, 2006, p. 134).

Entre as outras histórias de vida apresentadas pelo autor, buscamos representar a diversidade regional que foi sacrificada em nome de uma identidade homogênea, fundamentada na figura do pioneiro, vindo do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Essas memórias apresentadas pelo autor também se distinguem pelo fato de buscarem suporte na história oficial, o que, segundo o autor, levou a perceber que:

Eles utilizavam suas lembranças para afirmar seu direito ao lugar. Nesse processo, eles constantemente afirmam elementos dessa memória pública local. No entanto, o fazem a partir de referências que possuem sentidos em sua vida, ‘subvertendo’ as intencionalidades dessas versões do passado que passam a dar sustentação aos planos traçados pelos próprios trabalhadores (LANGARO, 2006, p. 230).

As observações dessas memórias apontam para um caminho diferente do que o pesquisador imaginou que, ao fazer o trabalho buscava compreender as tensões existentes, mas o que os depoentes lhe apresentaram foram fatos novos relacionados à sua vida cotidiana, e que estavam interligadas à produção historiográfica local. História que suprimiu a diversidade populacional, os conflitos diários em favor de um pioneiro afeito ao trabalho e ao progresso, e que vivia de forma harmoniosa.

Por fim, mas não menos importante, o trabalho *Cidade 'morada amiga' no oeste do Paraná: memórias das tensões em Assis Chateaubriand/PR (1960/2010)*, de Márcia Cristina R. da Silva (2011). Essa pesquisa é importante de ser retratada por apresentar uma versão da história que compõem o Oeste do Paraná, oposta ao que se tem observado até então – produção pautada no sulista. Encontra-se, nessa produção historiográfica, a população nordestina como protagonista da história oficial, reconhecendo o fato de que esse pioneiro também foi escolhido por apresentar uma história “bonita” e heroica, que não revelasse as contradições existentes no período anterior e após a ocupação das empresas de colonização. Este não diferente do pioneiro sulista, também é representado por pessoas que obtiveram ascensão política e econômica.

Nesse trabalho a autora se propõe a discutir as ressignificações da memória do município entre os anos de 1960 a 2010. Do mesmo modo que os dois trabalhos anteriores, Silva (2011) se propõe a analisar o processo de construção de uma história homogênea, fundamentada na memória de grupos que tiveram, de forma lícita ou ilícita, determinado poder na cidade. Relegando ao esquecimento as outras memórias que não iam de encontro aos interesses vigentes.

O que torna esse trabalho diferente dos demais é que, nesse município, foram definidos como “pioneiros” “[...] os migrantes oriundos da região Norte do estado, na grande maioria nordestinos, mas também de paulistas e mineiros” (SILVA, 2011, p.13). O “outro”, nesse momento, passa a ser o “sulista”, já que são as minorias. Para a autora, quando a história não dá conta dos conflitos e das diversidades da memória, conclui-se que:

[...] o silenciamento está relacionado à negação das diferenças, dos conflitos e das divergências, apresentando o processo como fruto de consensos, valores e visões do mundo estabelecidos por meios de

relações de poder. Coube aos produtores dessa memória pública buscar harmonizar divergências e apagar diferenças, negando conflitos entre os diferentes sujeitos sociais que neste espaço se constituem historicamente (SILVA, 2011, p.16).

Assim, Assis Chateaubriand se apresenta, entre as outras cidades vizinhas, como a “cidade cabocla”, fugindo das características eurobrasileiras tanto exaltadas. Sendo que, na cidade pesquisada, como todas as outras que compõem a região, o que se observa é a invisibilidade dos outros, do diferente. Do mesmo modo que ocorreu no município de Santa Helena – a construção de uma identidade por vias públicas homogênea -, pode-se observar também no cenário de Assis Chateaubriand. A construção dessa memória se pautou na construção de monumentos, nas remodelações de avenidas, de espaços culturais, de praças e de publicações. Desse modo, “estas obras marcariam a constituição de uma memória pública, bem como a demarcação dos ‘espaços de memória’ construídos para a cidade” (SILVA, 2011, p. 27).

Nesse processo de reinvenção do município buscou-se até mesmo modificar a base econômica que, até então, era baseada na produção de cereais e de outros grãos, para uma economia que tinha como base a piscicultura. Para tanto, o município passa a investir:

[...] na construção de açudes, indústrias e fábricas de produtos a base do couro do peixe, festas para incentivar o consumo e artigo a base de pescado. Além de investimentos em propagandas para incentivar pequenos proprietários a trocar os grãos pelo peixe (SILVA, 2011, p.27).

A partir desse momento, monta-se toda uma rede de conexões que possibilite o aprendizado desse agricultor, habituado no trabalho com grãos, para o desenvolvimento da pesca, tendo, para tanto, cursos e palestras. Contam, também, com eventos de grande porte que atraíam pessoas, de renome no cenário político, com o intuito de divulgar a cidade como um exemplo a ser seguido.

Outro aspecto que a autora ressalta nesse trabalho é o modo, nada convencional, utilizado para a escolha dos pioneiros locais. A prefeitura, por meio de vários mecanismos, convocou as pessoas que estivessem residindo no município até 1966 para comparecer e preencher uma ficha cadastral. Realizada essa primeira fase, em outro momento algumas equipes entraram em contato, realizaram as

entrevistas e tiravam as fotos. Ao todo foram selecionados 291 pioneiros, ou seja, as pessoas passaram a se intitular como merecedores dessa homenagem.

Silva (2011) também ressalta o fato de que a pessoa responsável por escrever essa história, entre várias outras atribuições, era o secretário do planejamento do município. Portanto, se faz importante reconhecer que, ao produzir esse material, Souto Maior não estava isento do contexto, resultando em “[...] um processo de seleção reduzido não apenas pelo autor, mas apresentando, acima de tudo, o lugar de onde esteve falando, o grupo do qual pertencia” (SILVA, 2011, p.42).

As memórias relatadas nessa produção historiográfica (encomendada pela prefeitura) se detêm, portanto, nas histórias que retratam o personagem pioneiro desbravador e heroico em busca de novas oportunidades. Em nenhum momento se preocupou em relatar os fracassos e as histórias que não deram certo, “apenas aquelas memórias, que não ‘ofendiam as reputações’, é que puderam participar desta memória” (SILVA, 2011, p.43). Pautar a historiografia nessas escolhas teve como resultado o abandono de outras memórias, que relatam o local muito antes das empresas colonizadoras chegarem. Assim como relegam ao esquecimento as violências contra posseiros, grilagem de terras entre outros eventos que manchariam a reputação de uma cidade ordeira e de paz.

Quando a autora passa a relatar as memórias “marginais”, as quais não foram escolhidas por não se encaixarem ao quadro pintado para o município, desvela situações que não foram apresentadas pelo livro escrito por Souto Maior. Situações essas da ocupação por alguns moradores, que ocorreram em um período anterior ao processo das colonizadoras. Argumentos de que o município, a princípio, não era muito atrativo devido às dificuldades de locomoção e de acesso a produtos de alimentação e de saúde, o que fez com que muitos moradores fossem embora. Ações de grilagem e de posseiros, a partir do momento que colonizadoras passam a atuar, iniciam as ações de despejos e, conseqüentemente, há a interferência de jagunços para adiantar o processo. Assim,

Antônio nos relata que havia uma prática de contratar pessoas para trabalhar na derrubada das árvores e limpeza dos terrenos para a construção da cidade, e que, em alguns casos, quando terminava o contrato, ou o contratado resolvia ‘acertar as contas’ para ir embora, os jagunços encaminhavam o trabalhador para o local mais afastado

e o pagamento era feito a tiros. Relata ainda que alguns trabalhadores acabavam indo embora sem receber o pagamento combinado, com medo do que poderia lhe acontecer (SILVA, 2011, p. 55).

Entre várias outras memórias apresentadas pela autora, fica claro que, ao buscar construir uma memória pública para o município de Assis Chateaubriand, a prefeitura municipal atentou para não trazer em cena as disputas por terra que foram frequentes. Ao eleger como pioneiro o “nortista”, silenciou outros grupos que também estiveram envolvidos na ocupação e no desenvolvimento municipal. O que ocorreu nesse município e que pode ser observado em vários outros, é a seleção dos detentores da memória pública e da identidade, sem existir a preocupação com a diversidade, optando por construir uma história homogênea marcada pelo desenvolvimento econômico e social.

Segundo Silva (2011) essa pesquisa, em nenhum momento, esteve voltada para apontar quem realmente foi, ou não, pioneiro, mas afirmar que “[...] ao negar a existência dos posseiros há o objetivo maior que uma disputa pela memória ‘pioneira’, que é tentar silenciar a violência que se iniciava com a tentativa de expulsão das terras para a atuação da empresa Colonizadora” (SILVA, 2011, p.67). Em relação à violência praticada, mesmo não aparecendo na história oficial, é um tema recorrente em todas as histórias de vida, podendo afirmar que essas histórias não são tão fantasiosas como Souto Maior deu a entender (SILVA 2011). Desse modo, o objetivo principal foi demonstrar “[...] a cidade ‘Morada Amiga’ é uma cidade que busca e apresenta-se como uma cidade acolhedora, calma e tranquila, mas esconde em seu passado um período pouco ‘amigável’, [...]” (SILVA, 2011, p.104).

A apresentação desse trabalho demonstrou, independentemente do elemento humano escolhido na colonização dos municípios da região Oeste do Paraná - sulista ou nortista -, o controle sobre a escrita da história sempre está nas mãos de quem detém o poder, ou seja, ela é escrita pelos vencedores. Os trabalhos aqui citados, mesmo não se atendo às questões propostas por esta pesquisa, permitiram a compreensão dos atuais rumos que a história regional vem assumindo, expondo novos cenários de discussões que, por um longo tempo, foram negligenciados. Nesta nova fase questiona-se essa identidade hegemônica sulista, que se fez por muito tempo presente, possibilitando um maior conhecimento da diversidade regional.

A invisibilidade negra, até o momento, ainda não foi questionada. Menciona-se muito sobre os nordestinos, mas a categoria cor se torna um tema delicado para ser tratado, o que pode estar relacionado à quase inexistência de fontes que possibilitem o desenvolvimento das pesquisas. Em relação às fontes, um dos maiores problemas para o desenvolvimento de estudos sobre a presença negra, é o silêncio a respeito desta presença, o qual se torna um obstáculo difícil de superar.

Mais uma vez salienta-se, ao fazer essa revisão da historiografia do Oeste do Paraná, que, em nenhum momento, se tem o interesse de desmerecer esses trabalhos, tampouco o interesse de questionar sua veracidade, mas sim de evidenciar a invisibilidade histórica e numérica da população negra.

4 A PRESENÇA NEGRA NO OESTE DO PARANÁ

Este capítulo é dedicado a relatar a participação de pretos e pardos na colonização do Oeste do Paraná. Como grande parte dos municípios foi fundada depois de 1950, o censo demográfico de referência é o censo de 1960, o qual apresenta algumas particularidades. Em entrevista cedida a BARBOSA *et al*, (2013) Elza Berquó e Nelson Valle Silva apresentam essas dificuldades e particularidades que cercam o censo de 1960.

Dessa forma,

Ele foi realizado antes do golpe militar de 1964. Acontece que os dados sumiram. Durante aquela confusão de 1964, uma parte do governo achava que o IBGE não tinha capacidade para processar aquilo tudo dentro do tempo planejado. Então parece que parte desses dados viajou do Brasil para os Estados Unidos, para que pudessem ser processados lá. Esta é a explicação que chegou até nós, que justifica o fato de que nós só pudemos ter acesso aos dados do Censo de 1960 em 1978. Foram dezoito anos sem informação censitária. Essa é também uma das explicações para o fato de até hoje não termos acesso aos microdados completos do censo: faltam alguns estados do Norte e Nordeste. Teriam se perdido durante o transporte, um processo de desmagnetização da informação durante o voo. Há um mistério cercando isso tudo. Essa era a história contada para nós (BERQUÓ apud BARBOSA *et al*, 2013, p.150).

Por sua vez, Nelson do Valle Silva apresenta uma versão diferente da citada por Elza Berquó. Segundo ele, o IBGE possuía um computador de última geração que daria conta do processamento dos dados, mas devido a um processo contra o então presidente da instituição, a justiça embargou o computador. As atividades de digitalização, que já estavam ocorrendo, foram paralisadas, resultando na falta de dados de algumas regiões (SILVA apud BARBOSA *et al*, 2013).

Então colocaram tudo lá, em um armazém do IBGE, onde eu o encontrei dez anos depois, coberto de poeira, de terra. Tinha uma camada de terra mesmo! Fisicamente, o censo estava armazenado naquelas pastas. Então o Albert Fishlow veio para o Brasil fazer um estudo sobre distribuição de renda e, por alguma razão, não sei exatamente por que, ele foi o primeiro a usar. Para isso, resolveram tirar uma amostra desse censo, com uma proporção de 1,25%. Isso foi feito fisicamente mesmo: pegaram os questionários, fizeram o sorteio aleatório. Agora atenção: a minha tese não foi a única que usou essa versão não. [...] (SILVA apud BARBOSA *et al*, 2013, p.152).

Nelson Valle Silva, ainda menciona o fato de que essa amostra de 1,25% encontra-se em várias universidades dos Estados Unidos (Michigan, Flórida e Texas). A Universidade do Texas, segundo ele, provavelmente tenha sido a que teve, primeiramente, acesso a essas informações. Destaca-se aqui o fato de que o banco de dados do censo de 1960 não se encontra disponível no site de vendas do IBGE, e segundo Barbosa (2013, p. 52) “[...] a circulação do banco, em boa medida, se fazia entre os pesquisadores”. Prática que possibilitou a realização da presente pesquisa.

Diferentes formas de tratamento desses dados foram adotadas, uma delas, que também será adotada por essa pesquisa, que é considerar as informações restantes como uma amostra aleatória e, assim, fazer uso das frequências relativas. Nesta pesquisa de posse de dados agregados pelo IBGE nos volumes de boletins censitários, tem-se acesso às frequências populacionais absolutas, desagregadas, no entanto, em variáveis não propriamente focadas neste estudo, ou seja, sexo e situação de domicílio. Assim, a tentativa de apresentar frequências absolutas para a distribuição racial e migrações não se faz sem incorrer a margens de erros, possíveis erros amostrais e até mesmo vieses de coleta de dados. Não obstante, as informações do IBGE, se não as únicas de caráter quantitativo, são, pelo menos, as melhores encontradas até o momento.

Em relação aos microdados de 1970, esses não serão utilizados. Como já mencionado, o interesse deste trabalho está nas informações referentes à cor e à raça, dentre vários outros motivos “[...] a ditadura tirou a informação de cor/raça do censo de 1970, afirmando que ao fazer essa pergunta era, na verdade racismo [...]” (BERGUÓ apud BARBOSA, 2013, p. 151). Piza; Rosemberg (1998-99) e Osório (2003) apontam que a retirada dessa informação se deve à dificuldade que as pessoas encontravam para se classificarem em uma das categorias propostas.

Os microdados do censo de 1980 se tornaram necessários primeiro pelo retorno do quesito cor/raça ao questionário, após um período de dez anos sem nenhuma informação, segundo por demonstrar os impactos na demografia regional e das transformações que ocorreram com a modernização da agricultura, como a construção da Usina Hidrelétrica de ITAIPU. Já os censos demográficos dos anos de 1991 e 2000 não foram abordados por esta pesquisa. Frente a esse contexto optou-

se por trabalhar com dados do censo demográfico de 2010, que retrata as condições atuais da população em questão. Com relação ao uso dos dados do censo demográfico de 2010, as informações foram retiradas do banco de dados agregados disponibilizado pelo IBGE no Sistema de Recuperação Automática (SIDRA). O SIDRA reúne milhões de informações que possibilitam a geração de tabelas e de gráficos, desagregando por Grandes Regiões, Unidades da Federação (UF), mesorregiões, microrregiões, municípios, bairros, distritos e subdistritos.

Para a melhor organização deste trabalho, buscou-se, primeiro, retratar a população negra para o ano de 1960; seguido pelo censo demográfico de 1980 e, por fim, do último recenseamento que ocorreu em 2010. Em algumas situações, a realidade da população negra na região é comparada com a da população branca. Vale lembrar que, quando utilizada, a categoria negra é a somatória da população que se autodeclara preta e parda.

Em algumas situações, os dados apresentados serão a somatória dos dois grupos, e em outros, se optou por apresentá-los de forma desagregada, principalmente em questões relacionadas à economia e à educação, em todas as ocasiões esses procedimentos serão mencionados. Ao focarmos na população negra comparando-a, em algumas situações, com a população branca, buscaremos abordar os dois grupos que acirram o maior debate no que se refere à questão racial no Brasil.

4.1 PRETOS E PARDOS NO OESTE DO PARANÁ EM 1960

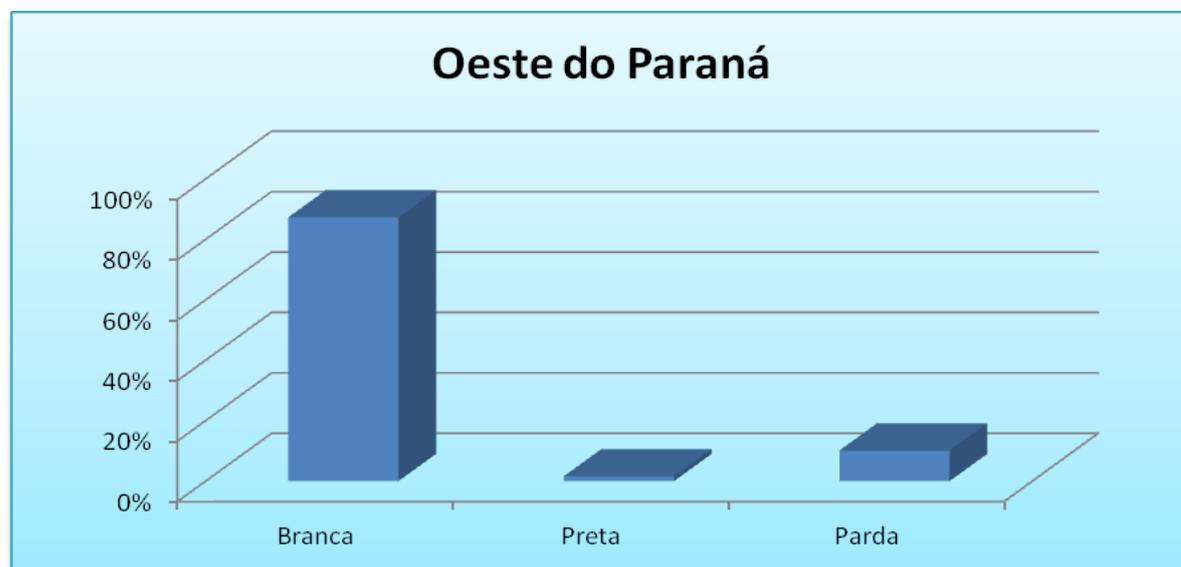
O uso do censo demográfico de 1960 deve ser realizado compreendendo suas limitações. Esta pesquisa, ciente das particularidades, apresenta essas informações referentes à cor/raça para a região Oeste do Paraná, por esses dados serem uma das principais fontes de informação para o ano de 1960.

4.1.1 População residente e migração

A configuração territorial do Oeste do Paraná, em 1960, era totalmente diferente da atual (2010). Era constituída por cinco municípios: Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu e Toledo. Sua população total era de oitenta e quatro

mil e duzentos e oitenta e oito habitantes (84.288), e sua constituição demográfica era de 87,3% de brancos, 1,6% de pretos, 10,1% de pardos e 0,9% de amarelos¹⁸.

Gráfico 4 – População branca, preta e parda do oeste do Paraná.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 1960.

Nos municípios que compunham a região observa-se que todos, sem exceção, tinham um maior percentual de população branca. Ao passo que o município de Guaraniaçu é o que concentrava a maior população negra, como demonstrada no gráfico nº 5.

¹⁸É importante mencionar que na conceituação sobre cor e raça utilizada pelo IBGE, no censo de 1960, indígenas eram incluídos na categoria pardo.

Gráfico 5 – População branca, preta e parda nos municípios da região.

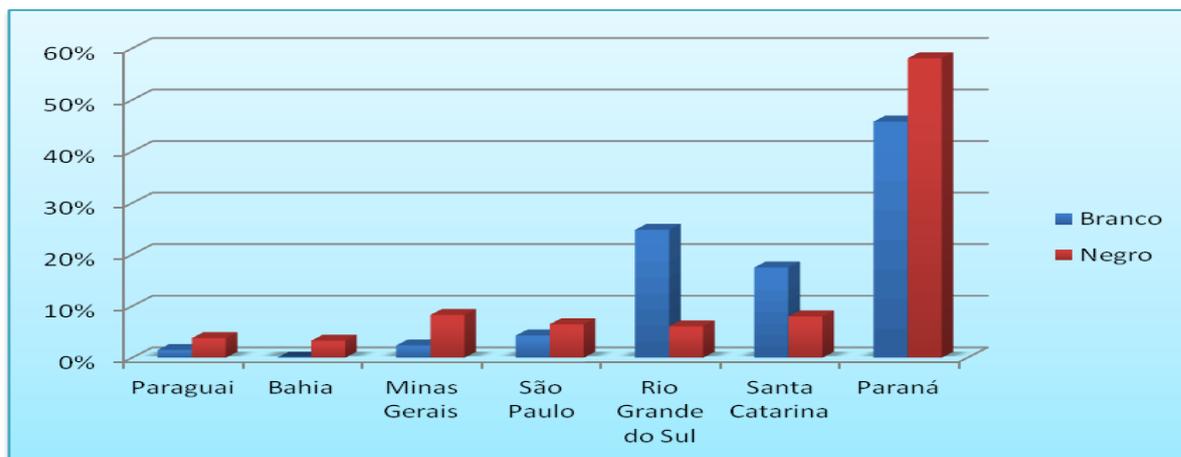


FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 2010.

Observando o gráfico acima, chama a atenção o percentual da população negra no município de Toledo. Entre todos é o que tem um menor número de pessoas que se declararam preta ou parda.

Quanto aos estados de nascimento da população branca e negra, o maior percentual é de nascidos no próprio Estado (Paraná), sendo que o percentual é seguinte: população negra, 58,1% e população branca, 45,8%. Demonstrando que 12,3% a mais da população negra é de naturalidade paranaense, portanto, a migração entre os estados ocorreu mais entre a população branca. Com relação aos outros estados, os que tiveram maior representatividade foram, conforme disposto no gráfico nº 6:

Gráfico 6 – Naturalidade da população negra e branca.



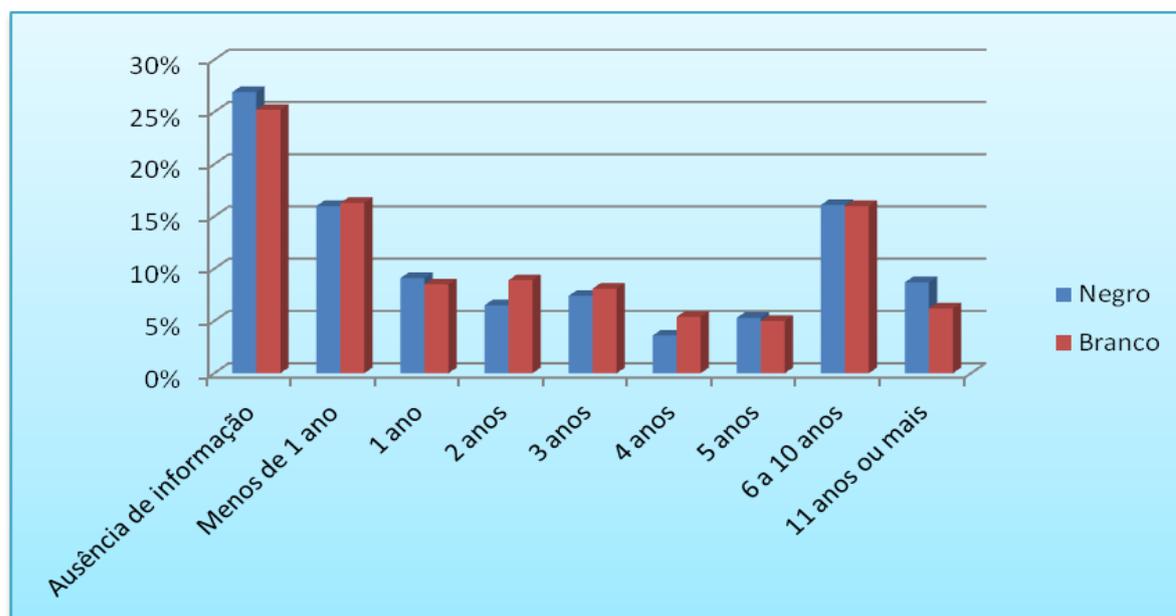
FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 1960.

A população negra, natural de Minas Gerais, representa 8,3%, enquanto que a população branca é de 2,4%. Do estado de Santa Catarina, são naturais 8% da população negra e 17,5% da população branca; já de naturalidade paulista, a população negra é de 6,5% e a população branca, 4,3%. Quando se analisa o Estado do Rio Grande do Sul, o percentual de negros é de 6,1%, enquanto que a população branca é de 24,8%. Quando se trata de países de naturalidade, o que obteve maior representatividade foi o Paraguai, em que 1,5% são brancos e 3,8% se declararam negros.

Com relação ao tempo de imigração, chama atenção o fato de que os percentuais de migração com menos de um ano, assim como os que possuem de seis a dez anos, são praticamente os mesmos. Uma hipótese para essa situação é o fato de que, entre os anos de 1950 e 1954, e em 1960, a região foi um local de forte atração.

Esse processo de atração ainda conta com a necessidade de mão de obra especializada e, segundo Rippel (2005), a necessidade de trabalhadores nas mais variadas funções e a demanda por bens, serviços e mercadorias fez com que a região, na década de 1950, se tornasse forte espaço de atração. Já nos anos intermediários, os índices de migração se mantiveram baixos, como pode ser analisado no gráfico nº 7.

Gráfico 7 – Tempo de migração.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 1960.

Questionados sobre suas residências anteriores, metade da população negra (50%) migrou de alguma cidade do próprio estado (Paraná), ao passo que a porcentagem da população branca é de apenas 32,9%. O grupo racial negro, natural da região oeste do Paraná, é 26,9%; e a população branca é de 25%.

Essas informações permitem dizer que a população negra que residia na região, diferentemente da população branca, teve um processo migratório maior dentro do próprio estado, e em menor percentual dos estados mais próximos como Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. Também se torna possível observar que a migração desse grupo racial não se fez de forma direta (do estado de naturalidade para a região), mas sim por etapas. O número de pessoas que saíram da região norte paranaense, liberados da cultura do café, que estavam sendo substituídas por outras atividades, foi elevado.

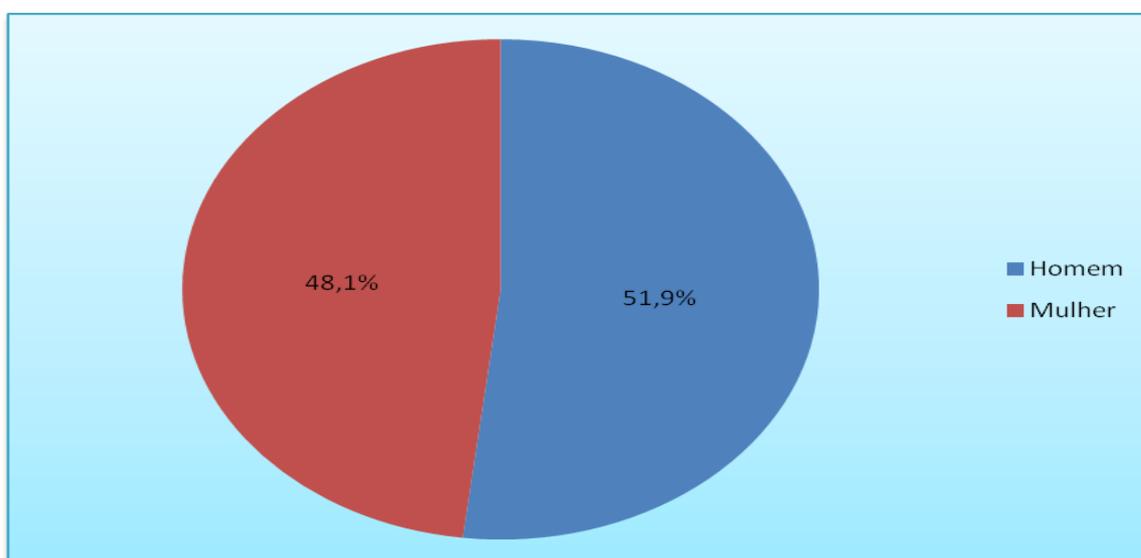
Uma hipótese que pode ser apresentada para exemplificar o fato de o processo migratório interestadual da população negra ter sido menor quando comparada com o processo da população branca é a relação de proximidade. Migrantes oriundos dos estados mais próximos, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo se beneficiaram dessa distância, quando comparada com Minas Gerais e Bahia, por exemplo, resultando em uma migração direta.

O censo demográfico de 1960 também quis saber se a procedência dos migrantes era da área rural ou urbana. O que se constatou é que, entre a população branca, 27,2% residiam em área rural, e, entre a população negra, 29,3%. Já com relação aos que já residiam em área urbana, o percentual da população branca era de 47,2% e o da população negra, 43,4%.

4.1.2 Sexo e educação

A composição da população por gênero no censo demográfico da década de 60, para a região oeste do Paraná, demonstra que a participação dos homens era levemente superior a de mulheres. Entre a população branca, 51,7% são homens e 48,3% são mulheres. Entre a população negra, encontra-se 53,5% de homens e 46,5% de mulheres. No que se refere à população masculina, 86,6% são brancos e 12,3% são negros; entre as mulheres, 88,1% são brancas e 11% são negras. O gráfico nº 8 apresenta a composição por sexo da região.

Gráfico 8 – Composição por sexo na região oeste do Paraná.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 1960.

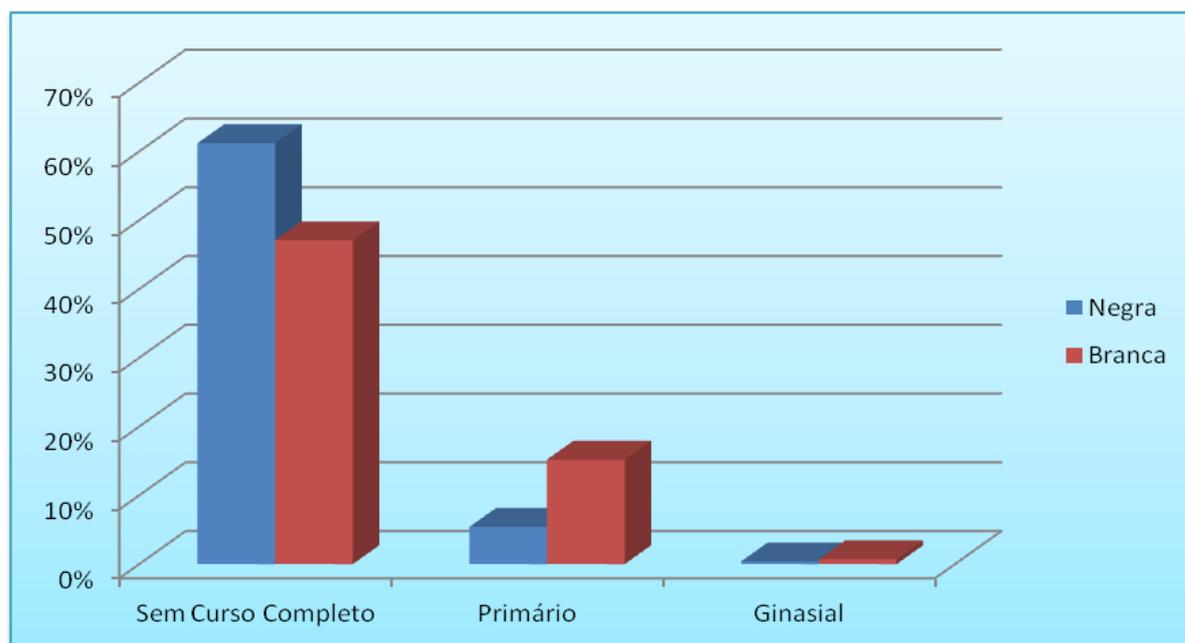
Outra característica investigada sobre as pessoas para o censo demográfico de 1960 é a alfabetização. Uma pessoa, para ser considerada alfabetizada, de acordo com o IBGE, deve saber ler e escrever, aquela que somente escreve o seu nome não pode ser considerada alfabetizada. Observando os dados referentes à

alfabetização de pessoas com 10 anos, ou mais, constata-se que a população branca era mais alfabetizada do que a população negra.

De acordo com os dados analisados, 10,2% da população branca sabiam ler e ainda frequentavam a escola, enquanto que a população negra era de 5,7%. Em relação à população alfabetizada, a proporção é de 42,3% de brancos e 30% de negros. Quanto à população não alfabetizada, a proporção é de 27,8% de brancos e de 46,9% de negros.

Ainda sobre o quesito educacional, o censo recolheu informações sobre o grau de escolaridade finalizado (Ensino Fundamental ou Médio). Constata-se que poucos conseguiram finalizar algum curso. Grande parte concluiu apenas o ensino primário. Essas informações podem ser analisadas no gráfico nº 9.

Gráfico 9 – Curso completo terminado.



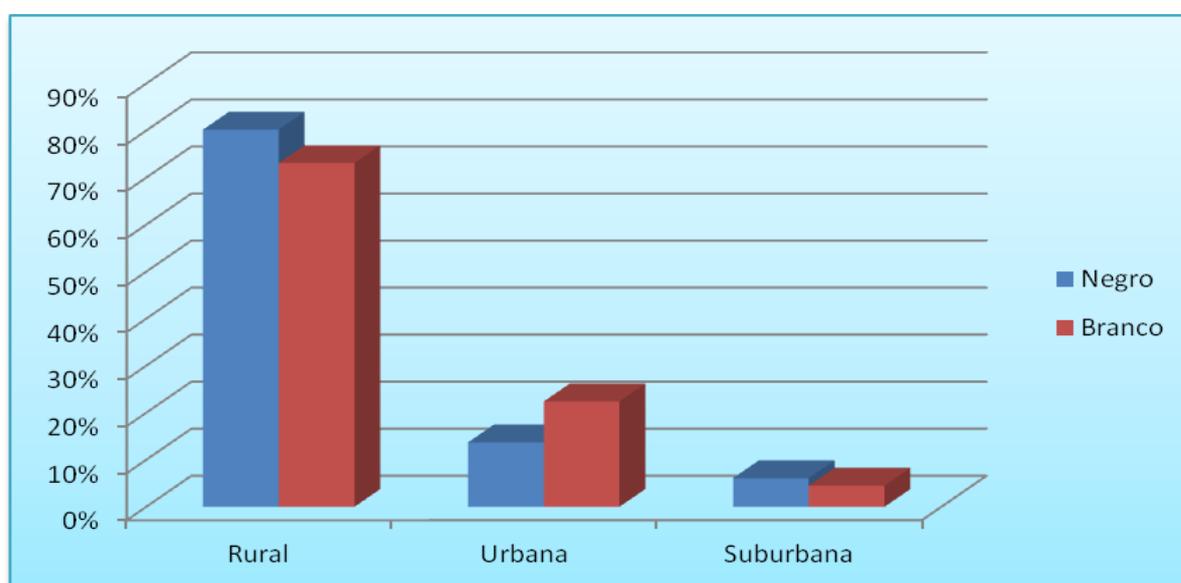
FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 1960.

4.1.3 Situação do domicílio

Este subtópico permitirá observar um panorama sobre as proporções de domicílios urbanos e rurais com respeito ao abastecimento de água, às condições sanitárias, ao acesso à distribuição elétrica e de bens duráveis.

De acordo com o censo demográfico de 1960, ao migrarem para a região oeste, a população negra e branca, em sua maioria, passou a residir em áreas rurais seguidas por área urbana e, em menor percentual, em área suburbana¹⁹. Comparando a população negra com a população branca observa-se que o maior percentual de negros residia na área rural e suburbana. A situação do domicílio para 1960 encontra-se assim distribuída, como pode ser observada no gráfico nº 11.

Gráfico 10 – Situação do domicílio.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 1960.

A investigação sobre os domicílios levou em consideração o tipo de construção, ou seja, domicílios duráveis (construídos para fins de residência) ou rústicos (improvisados). A população negra residente em domicílio durável era de 78,1%, enquanto a população branca era de 89,2%. Já a população negra que residia em domicílios rústicos totalizava em 19,2% e a população branca em 8,3%. Os negros estavam em maior percentual entre os que residiam em domicílio improvisado.

Em relação à ocupação do domicílio, o questionário do IBGE apresentou quatro opções: ignorado, próprio, alugado e outra²⁰. A população negra que residia em casa própria era de 62,4%, e a população branca, 72,2%. A população negra

¹⁹ Como quadros urbanos e suburbanos compreendem cidades ou vilas (IBGE, 1960).

²⁰ Inclusive os domicílios de trabalhadores agrícolas residentes nas fazendas onde exerciam suas funções (IBGE, 1960).

que responderam a alternativa "outra" era de 26,1% e a população branca, 15,5%. Quando se atenta para a definição do IBGE para a opção "outra" (nota de rodapé), percebe-se que um percentual significativo da população negra residia nos locais de trabalho e ocupava casas que pertenciam aos seus empregadores.

Em 43,3% dos domicílios da população negra o abastecimento de água ocorria por meio de poços/nascentes e sem canalização, enquanto o grupo racial branco era 50,4%. Já por outras formas (rios ou outras fontes públicas), o percentual da população negra era de 50,5%, e da população branca, 41,3%. Com relação às instalações sanitárias, 67,4% da população negra não possuíam, e, da população branca, 50,5%. A população negra com fossa rudimentar corresponde a 21,8% e a população branca, 31,6%.

A distribuição elétrica era algo raro e poucas pessoas tinham acesso, ou seja, entre o grupo racial negro, apenas 7,7% tinham iluminação elétrica, enquanto que a população branca era de 17,7%. Com relação aos que não tinham energia elétrica, o percentual de negros era de 88,8%, e o da população branca, 78,8%. Como consequência, itens de eletrodomésticos como, por exemplo, rádio, televisão e geladeira eram artigos presentes em poucas casas.

O rádio era um dos itens com maior percentual, tanto entre negros (14,8%) quanto entre brancos (31,3%), considerando a possibilidade de que eram aparelhos que funcionam a pilha, explicando, portanto, o seu maior seu percentual. Para a população negra, a geladeira estava presente em 1,4% dos domicílios; na população branca, estava presente em 6,1% dos domicílios. Enquanto a televisão era um artigo que não se encontrava entre a população negra, para a população branca observa-se poucos os casos que tinham, 0,1%. Para cozinhar, 87,1% da população negra utilizavam-se do fogão a lenha e 8,7% não tinham fogão. Para a população branca, o maior percentual (92,2%) utilizavam do fogão a lenha e apenas 3,3% não tinham. Diferentemente da população negra, a população branca (0,1%) já possuía fogão a gás.

Partindo das características dos domicílios da população negra e branca, pode-se concluir que a população negra consistia na maioria que possuía pouco acesso às utilidades domésticas como geladeira, televisão e rádio. Quanto à distribuição de energia elétrica, de modo geral, poucos tinham acesso, mas, o grupo racial branco saía em vantagem com alguns percentuais mais elevados. Acredita-se

que essa situação é resultado do maior número de residência da população branca em áreas urbanas, bem como do seu maior poder aquisitivo.

4.1.4 Trabalho e rendimento

O Oeste do Paraná, entre a década de 1950 e de 1960, tornou-se uma região de forte atração migratória, sendo que as pessoas buscavam trabalho, terras, melhores oportunidades de vida, entre outros. Assim, deslocaram-se para a região, além dos colonos, outros profissionais como operários, professores, engenheiros, arquitetos, médicos, e outros profissionais para atenderem às demandas por mão de obra especializada, ou não.

De acordo com o IBGE, além dos profissionais acima mencionados, os maiores percentuais da população que residiam na região tinham como ocupação habitual o trabalho agrícola, composto por atividades de agricultura, pecuária e exploração florestal (32,5% negros e 24,7% de brancos). Em menores percentuais encontravam-se as ocupações de motorista (negros 0,6% e branco 0,8%); trabalhadores braçais (negros 0,3% e brancos 0,1%); serventes de pedreiro e pedreiro (negros 0,4% e branco 0,3%).

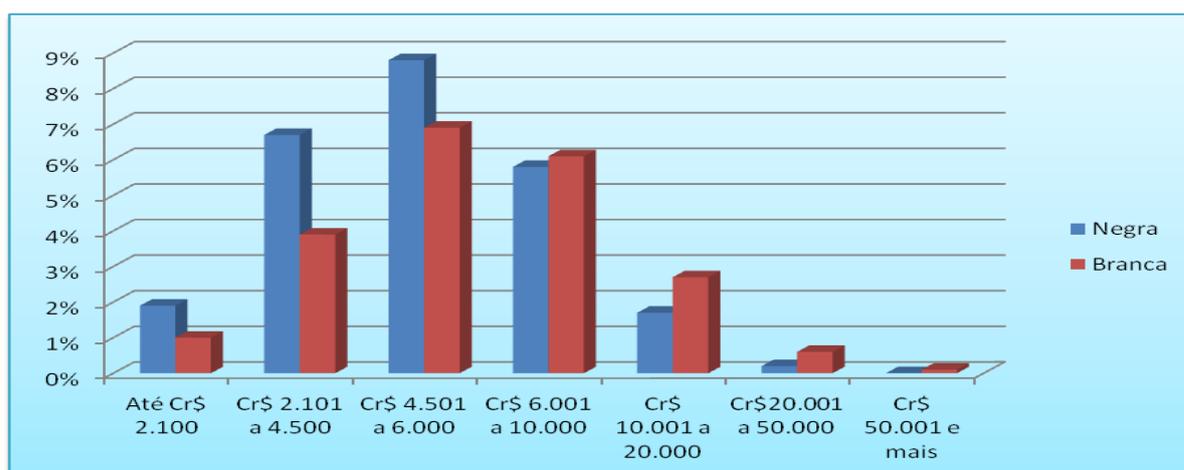
O ramo e a classe de atividade exercidas em 1960 são as seguintes: população negra, 0,9%, e a população branca (1,0%) praticam a cultura do algodão. A cultura do café é praticada por 2,8% da população negra e por 1,0% da população branca; a cultura de cana de açúcar é praticada por 5,1% da população negra e 3,4% da população branca. Com relação às outras culturas, encontra-se o maior percentual da população negra (23,6%), quando comparada com a população branca (19,4%).

Ainda no critério de renda, outra característica investigada foi a posição na ocupação. A população negra que trabalhava por conta própria representava 14,4% e a população branca 13,6%. Como empregado particular, observa-se que entre a população negra, o percentual era de 12,8% e a população branca 7,0%. Já entre os empregados públicos encontra-se 1,0% da população negra e 1,4% da população branca. Já os parceiros, ou meeiros, entre os negros representam 0,4% e a população branca 0,3%, por sua vez os empregadores entre os negros são de 0,2% e o grupo racial branco 0,5%. Esses dados demonstram que, entre os dois grupos

raciais observados, o maior diferencial ocorre com relação aos empregados particulares com uma diferença de 5,8% entre eles.

Nesse recorte temporal estudado, a moeda vigente era o cruzeiro (Cr\$). O valor correspondente a um salário mínimo era de Cr\$ 5,900,00 cruzeiros²¹. Observando o oeste do Paraná, a população negra, com 10 anos ou mais, que não tinha rendimento era 39,3%, já a população branca era de 41%. Com inferior a um salário mínimo encontra-se 8,8% da população negra e 6,9% da população branca. Já com rendimentos igual a um salário mínimo, ou a dois, a proporção da população negra era de 5,8%, enquanto que da população branca era de 6,1%. Acima de dois salários mínimos pode se observar que o percentual da participação negra (1,7%) passa a reduzir, observando maior concentração da população branca (2,7%). O gráfico nº 11 ilustra com mais detalhes essas informações.

Gráfico 11 – Rendimentos da população negra e branca.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 1960.

Quanto à população sem atividade econômica, observa-se o maior percentual da população negra acima de 10 anos de idade (41,2%) e branca (34,5%). Seguido por afazeres domésticos, população negra 20,4% e branca 21%. Já a população negra estudante representava 5,1%, enquanto que a população branca era de 7%.

A informação apresentada nesse subtópico permite conhecer um pouco mais a realidade econômica da população do Oeste do Paraná, e, no caso específico, da população negra. Os dados demonstram que este grupo, em maior percentual,

²¹ Tabela dos valores nominais do salário mínimo período - 1940 a 1999. Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm.

encontra-se recebendo abaixo de um salário mínimo e tem como ocupação trabalho autônomo ou, ainda, como empregados particulares. Também, é o grupo racial negro em que se concentra, em maior percentual, na área rural dedicando-se a atividades agrícolas, como na cultura de cana de açúcar, de café e de outros tipos.

4.2 PRETOS E PARDOS NO OESTE DO PARANÁ EM 1980

Em 1980, o Oeste do Paraná era uma região que sofria os efeitos positivos e negativos da década anterior. O primeiro fato está relacionado à modernização agroindustrial, à intensa mecanização, à entrada de insumos agrícolas e de maquinários que geraram um processo de repulsão populacional. Inicia-se, assim, um período de produção para exportação, em grande escala, de produtos como o milho e o soja os quais são, atualmente, os carros-chefes da economia regional, juntamente com a criação de suínos e da avicultura. Paralelamente, a região é marcada também pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu, que teve início na década de 70, e que foi um empreendimento que arregimentou pessoas de várias partes do país em seu processo de construção. Com o término da construção, muitos desses trabalhadores foram embora e outros, no entanto, permaneceram sendo absorvidos em outras funções.

Esses dois eventos são objetos de diversos estudos. Neste trabalho, interessa-nos apontá-los com o intuito de contextualizar o que acontecia na década de 1970 e que teve impacto em 1980, podendo-se concluir que o Oeste do Paraná era um espaço que, ao mesmo tempo em que expulsa, também atraía trabalhadores.

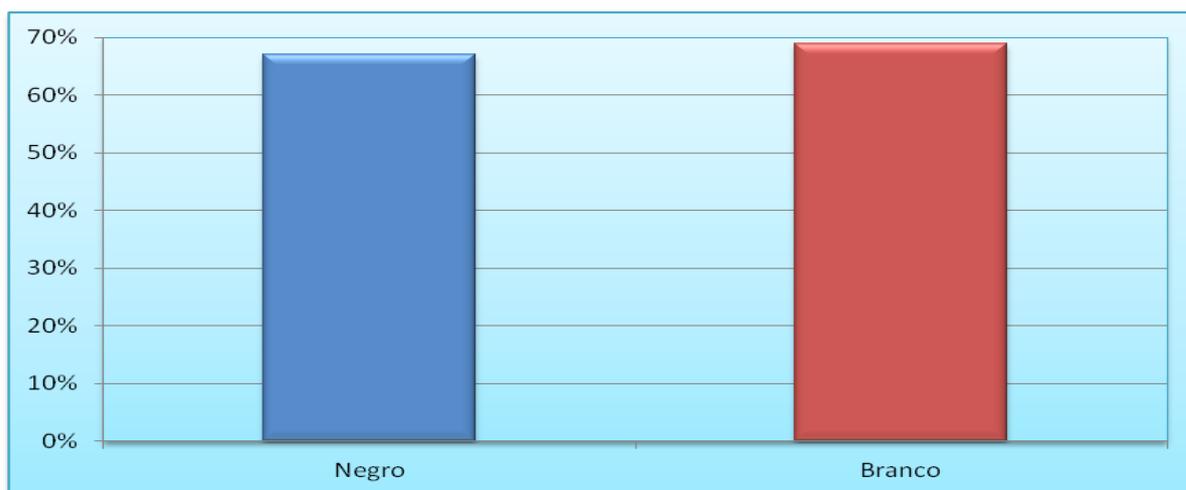
Ao abordar o levantamento referente à população negra no oeste do Paraná nesse período, deve-se levar em conta que a organização territorial era outra, contando com apenas 20 municípios, situação diferente, portanto, da atual divisão. Além disso, é necessário destacar que a própria organização do IBGE, para esse período, era diferente: o termo mesorregião não existia, era considerada, dessa forma, como uma microrregião. Constam nos microdados do IBGE as informações para o ano de 1980 desagregadas por Estado, por microrregião, por município e por distrito.

Como já mencionado na introdução, no ano de 1970 o censo não coletou a informação sobre cor e raça, alegando-se que seus resultados eram inconsistentes. Portanto, esse período não será analisado neste trabalho.

4.2.1 População residente e migração

Quando se observa a variável tempo de residência no estado paranaense, para o recorte da década de 1980, seja da população negra ou branca, o que se encontra é uma maioria de nascidos na UF. No entanto, a população que se declara branca, em comparação com a população negra, tem uma taxa maior de nativos paranaenses. Assim, é possível afirmar que os negros são os que mais migraram para o Estado do Paraná na década de 1970, conforme observa-se no gráfico nº 12.

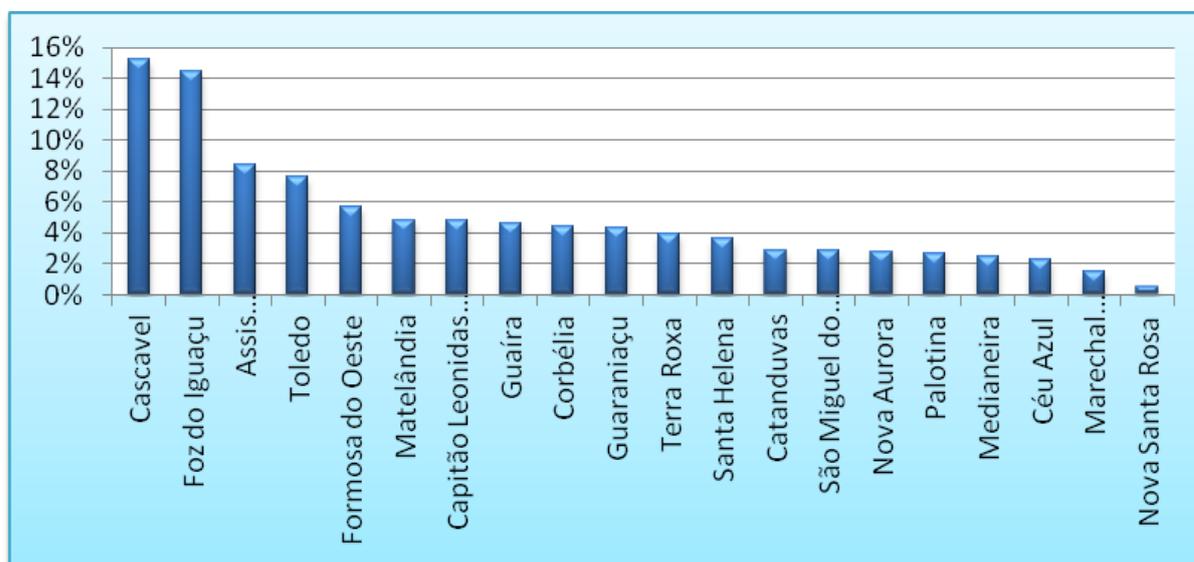
Gráfico 12 – Tempo de residência no Paraná.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 1980.

A composição demográfica na microrregião do Oeste do Paraná, para o período de 1980, encontra-se um maior percentual composto pela população branca, a qual representava 79,7%. Os que se declaravam negros (preto + pardo) era de 20,3%, amarelos 1,1% e 0,3% não declararam sua cor, totalizando em 1.876.014 habitantes. O gráfico nº 5 apresenta os percentuais de população negra entre os municípios da microrregião Oeste do Paraná.

Gráfico 13 – Municípios e população negra residente.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 1980.

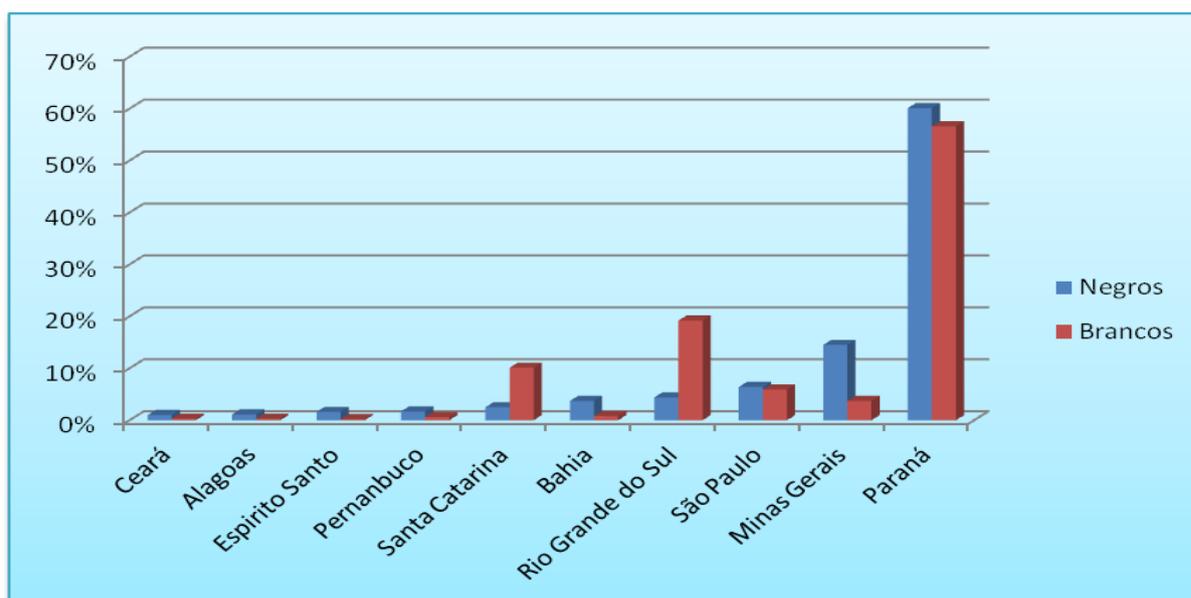
Esse gráfico demonstra que a maior parte da população negra se concentrava nas cidades polos, como Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo. Apesar de Assis Chateaubriand não fazer parte desse grupo (cidade polo), foi nessa cidade que se concentrou o maior número de pessoas que se declararam negras. Esse fato deve-se à sua colonização que, como visto no terceiro capítulo, teve forte presença de população de origem nordestina, a qual tem uma importante parcela de indivíduos negros (como se pode observar no gráfico nº 13). Os cinco municípios que apresentam maior proporção de negros na região são: Guaíra (28,6%), Guaraniaçu(26,7%), Matelândia (26,5%) Assis Chateaubriand (27,2%) e Corbélia (25,8%).

Analisando a população negra do Oeste do Paraná quanto ao estado de nascimento, observa-se que o maior percentual é de nascidos no Paraná (70,6%). Em relação aos outros estados, a distribuição ocorre da seguinte maneira: 0,8% nasceram no Ceará; 1,1%, em Alagoas; 0,5%, no Espírito Santo; 1,6%, em Pernambuco; 2,4%, em Santa Catarina; 3,4%, na Bahia; 2,2% no Rio Grande do Sul; 6,3% no Estado de São Paulo; 9,2%, em Minas Gerais. Observam-se, também, migrantes de demais estados em menor proporção²².

²² O censo de 1980 aponta, além dos estados citados acima, a procedência de pessoas de raça negra dos seguintes Estados: Rondônia, 115 pessoas, Acre, 79 pessoas, Amazonas, 129 pessoas, Roraima, 44 pessoas, Pará, 210 pessoas, Amapá, 12 pessoas, Maranhão, 443 pessoas, Piauí, 1359

Já em relação à população branca²³, os dados se modificam ao se tratar dos percentuais migratórios e origens. Os nascidos no Paraná somam 72,6%; no Rio Grande do Sul somam 5,9%; em Santa Catarina, somam 5,3%; em maior quantidade estão os nascidos em São Paulo, com 8,3%, seguido por Minas Gerais, com 3,8%. Outros estados não alcançam 1%.

Gráfico 14 – Estado de nascimento da população negra e branca.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 1980.

Ao analisarmos os dados da população negra referente ao estado de nascimento, chega-se à conclusão de que os denominados nordestinos, ou “pelo duro”, entre outras denominações utilizadas pela historiografia da região, são, em sua maioria, negros. Outro dado interessante é que os negros são provenientes predominantemente de estados ao norte do Paraná.

4.2.2 Sexo e educação

Analisando as características da população do Oeste do Paraná, com respeito ao gênero, observa-se, na microrregião, para este recorte temporal, uma proporção

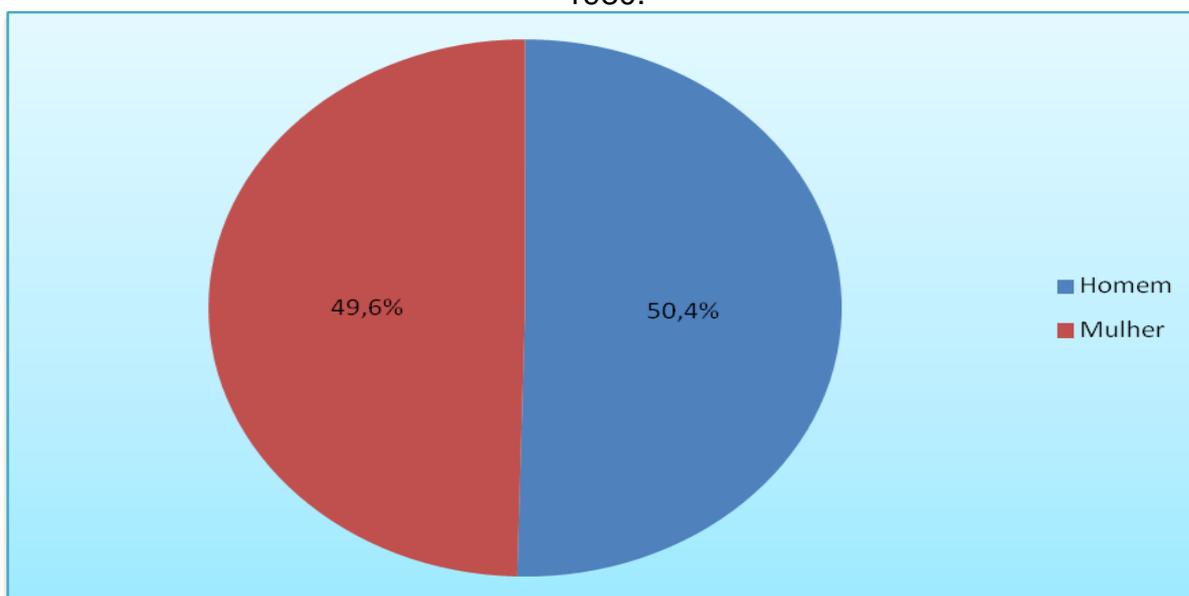
de pessoas, Rio Grande do Norte, 1458 pessoas, Mato Grosso do Sul, 1805 pessoas, Mato Grosso do Norte, 1890 pessoas, Goiás, 1055 pessoas, Distrito Federal, 184 pessoas, Brasil sem especificação, 964 pessoas.

²³ Como a população branca não é o foco principal da pesquisa, não se colocou a quantidade de pessoas que vieram dos outros estados, somente o de maior representação.

de homens (50,2%) levemente superior a de mulheres (49,5%). O percentual de homens que se declaravam brancos era de 50,6%, e, de mulheres, era de 49,4%.

Entre pessoas da raça negra: os homens representavam 52,2% e as mulheres 47,8%. Demonstrando que a migração de homens para a região tenha sido maior que de mulheres, o que possivelmente tenha decorrido do fato da região ser um local de atração de trabalho para o sexo masculino.

Gráfico 15 – Proporção de homens e mulheres do oeste do Paraná em 1980.



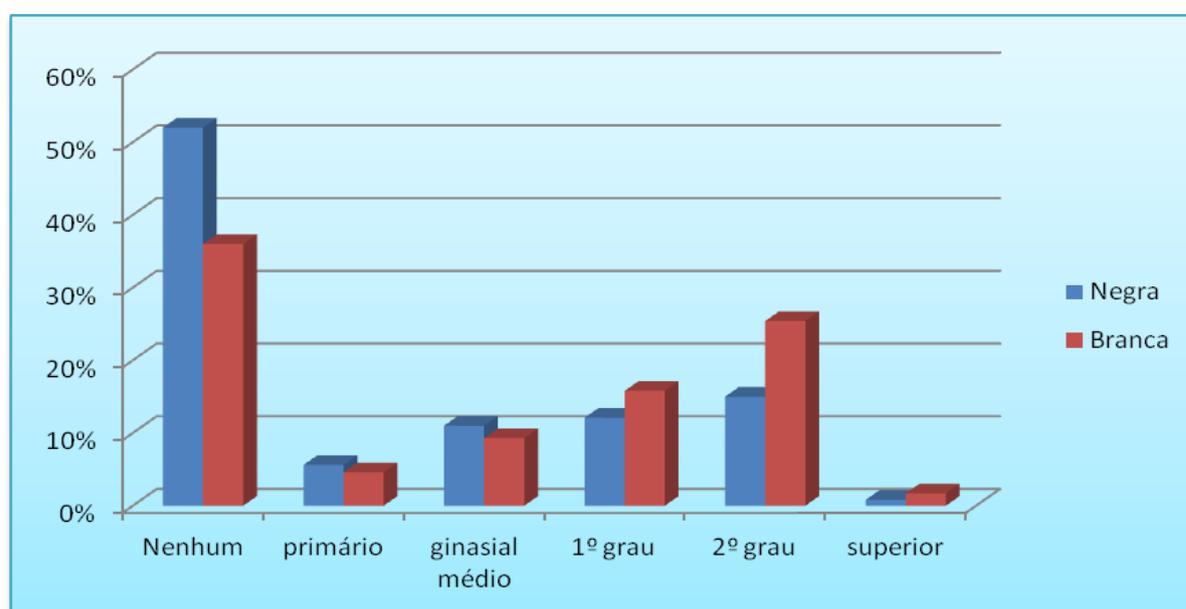
FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 1980.

O nível de instrução no censo de 1980 abrange os aspectos relacionados à alfabetização, aos anos de estudos, à frequência na escola e ao curso concluído. Dentro do quesito alfabetização, existem, ainda, duas categorias: alfabetizada, abrangendo aquele que saiba ler e escrever, e analfabeto, abrangendo aquele que apenas sabe escrever o nome próprio. Entre os que se declaram negros com 10 anos ou mais, a proporção dos que sabiam ler e escrever, ou seja, alfabetizados era de 67,5%, enquanto a população que se declarava branca era de 86,3%. Com relação aos não alfabetizados, os negros representam 31,9%, e os brancos eram somente 13,2%.

Quando se observa a última série concluída, entre o grupo negro, a maior parte (52%), não concluiu nenhuma série, situação que também pode ser percebida entre a população branca (36%). O maior diferencial entre esses dois grupos raciais

irá ocorrer entre o primeiro e o segundo grau. Enquanto 12% dos negros estudaram até o primeiro grau, o percentual da população branca é de 15,8%. Com referência à população que terminou o segundo grau, a proporção de negros era de 15%, e de 25,4% dos brancos. A proporção de negros com Ensino Superior era de 0,8%, enquanto que da população branca era de 1,7%. Concluindo, o percentual de brancos com mais anos de estudo é maior que o percentual da população negra.

Gráfico 16 – Última série concluída por negros e brancos.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 1980.

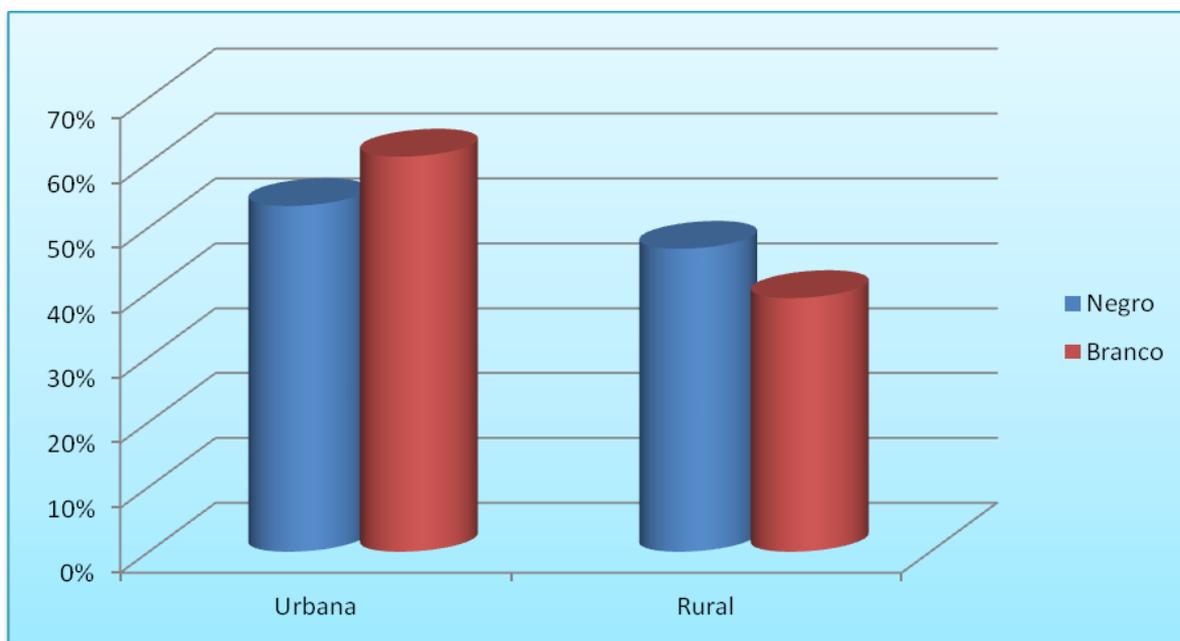
Essas informações demonstram claramente a desvantagem educacional em que a população negra do oeste do Paraná se encontra desde 1980, desvantagens que irão influenciar diretamente na função que tal população irá assumir e, conseqüentemente, em sua renda.

4.2.3 Situação de domicílio

Observando a variável situação de domicílio, o que se encontra é que a população negra reside, em sua maioria, na área urbana (51,8%), assim como a população branca (59,2%). No setor rural, tanto o negro como o branco encontravam-se em menor número. No entanto, são perceptíveis os maiores

números de negros que residiam no campo. Do total de moradores no setor rural 45,5% eram negros e 38,7%, brancos, como pode ser observado na ilustração nº 17.

Gráfico 17 - Situação de domicílio de negros e brancos.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 1980.

Demonstra-se assim que, nesse recorte temporal, a população autodeclarada negra residia em maior número na área rural quando comparada à população branca. Contudo, é necessário atentar para o fato que a população negra residente na área rural não é, necessariamente, proprietária, e sim trabalhadora nas terras em questão. Essa informação pode ser observada quando se analisa a variável referente à forma de ocupação da residência. Os dados demonstram que 23% da população negra ocupavam casas "cedidas", enquanto que, da população branca, o percentual, nessa condição, é de 13,5%. É possível deduzir que a não cobrança de aluguel dê-se por uma situação de laço empregatício, ou seja, os residentes em domicílios cedidos são, em sua maioria, trabalhadores rurais.

Em relação ao tipo de domicílio, 94,8% das casas da população negra eram constituídas de paredes e pisos de madeira, cobertas por telhas de barro. Para a população branca, existe uma maior variação nos tipos de casa, sendo que as residências de paredes de madeiras representam 75,2%, ao passo que 22,6% representa o número de casas com paredes de alvenaria. Quanto ao piso, há, em

maior quantidade, de madeira, seguido por piso de cimento e de cerâmica. Essas casas, em sua maioria, eram cobertas por telhas de barro.

Analisando os dados referentes ao abastecimento de água, entre o grupo racial negro 51,2% das residências utilizam poço sem canalização, enquanto que a população branca é de apenas 36,7%. Já com relação ao abastecimento de água com canalização da rede geral, o percentual entre os negros é de apenas 25%, e, para a população branca, é de 40,1%. Quanto à forma de escoadouro, observa-se que 60,8% das casas pertencentes à população negra possuíam fossa rudimentar e os que se declaravam brancos era de 55,4%. Os negros que não possuíam escoadouro representavam 18%, já os brancos, 10,1%.

No quesito referente aos meios e aos combustíveis usados para cozinhar, no censo demográfico de 1980, foi possível constatar, a partir das declarações, que a população negra utiliza, em maior número se comparado com as declarações da população branca, fogão a lenha para cozinhar. O diferencial entre esses dois grupos raciais será mais perceptível quando observado o fogão alimentado por gás. Nessa condição, a população negra representava 35,3%, enquanto que a população branca era de 47,3%.

Ao comparar as condições de saneamento entre a população negra e branca, o objetivo dessa pesquisa é apontar as desigualdades raciais no que diz respeito à qualidade domiciliar. Os dados evidenciam que os domicílios da população branca se encontravam em melhores condições de saneamento do que os domicílios da população negra. Ao observar esse quadro, há uma hipótese para a comodidade da população branca em relação à negra ser maior, ou seja, essa situação existe pelo fato de que a maior concentração de domicílio da população branca estava na área urbana, o que, por sua vez, favorece o acesso à água canalizada, à fossa séptica e aos mais variados tipos de casas. De acordo com Turolla (2002), o objetivo do governo federal, até 1980, era atender a 80% da área urbana com serviços de água e 50% com serviços de esgoto. Na área rural, ainda não existia políticas nesse sentido.

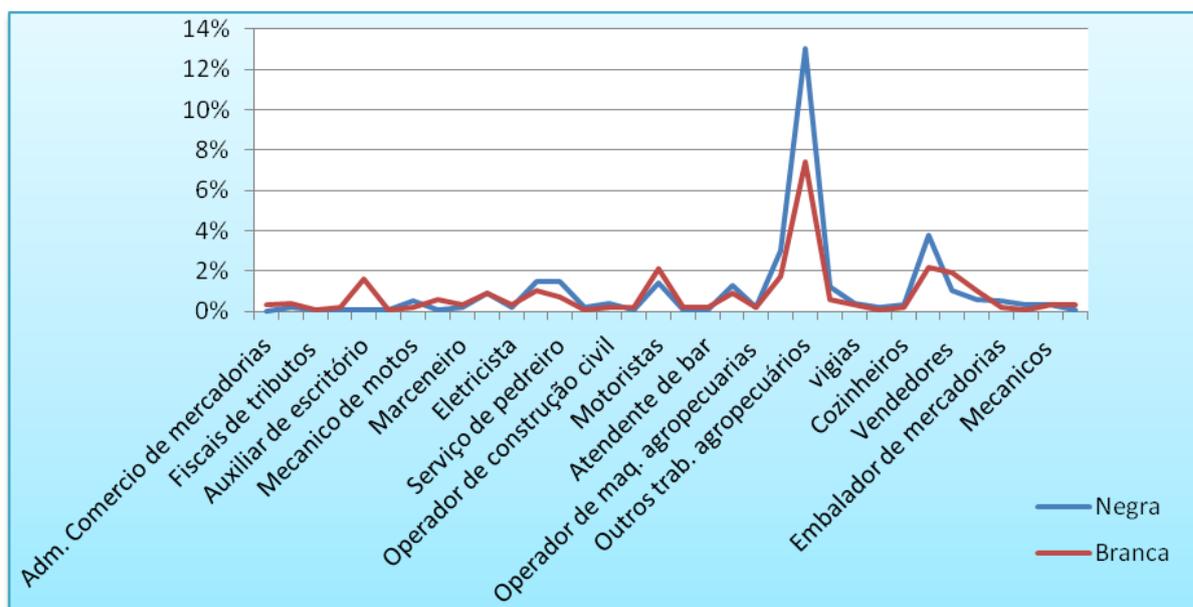
4.2.4 Trabalho e Rendimento

Em 1980, quando o IBGE traz, aos entrevistados, pergunta sobre trabalho nos últimos doze meses, observa-se que 38,9% da população negra responderam que haviam trabalhado, ao passo que a população branca representava 36,7%. A população negra que se declarava estudante contava com 8,0% e a população branca 10,2%. Com relação aos afazeres domésticos, o percentual de negros era de 19,6%, e de brancos 21,1%. Compreendendo que, para o IBGE, os afazeres domésticos estavam relacionados a atividades no lar, ou seja, às donas de casas. O número de mulheres negras que exerciam atividades fora de casa era levemente superior ao número de mulheres brancas.

A ocupação/cargo da população negra nos últimos doze meses, anteriores ao censo de 1980, diversificou-se em muitas áreas. Sendo assim, optou-se por apresentar as que possuíam maior representação, como: atendente de bar, cozinheiros, massagistas, comerciante, auxiliar de escritório, administrador agropecuário, encarregado administrativo, outros trabalhos agropecuários, jardineiros, exercício de lavoura, lixeiros, praça das forças armadas, guarda, vigia particular, lavadeiras e passadeiras, trabalhador braçal, empregado doméstico, serventes e pedreiros.

Esses são apenas alguns dos setores nos quais a população negra se encontrava nessa década. Quando se verificam os dados percentuais de algumas funções, comparando-os com a população branca, percebe-se que a porcentagem de negros nos trabalhos que exigem maior esforço físico e baixo nível de instrução, como em atividades agropecuárias (derrubada de mata, plantio, colheita), pedreiros, entre outras, é maior.

Gráfico 18 – Funções desempenhadas por negros e brancos.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 1980.

Essa situação confirma a argumentação de Fernandes (2007), segundo o qual, apesar do fim da escravidão e de se formar uma opinião pública de “democracia racial”, coube à população negra os piores locais de trabalho, ou o que se convencionou chamar de “trabalho de negro”.

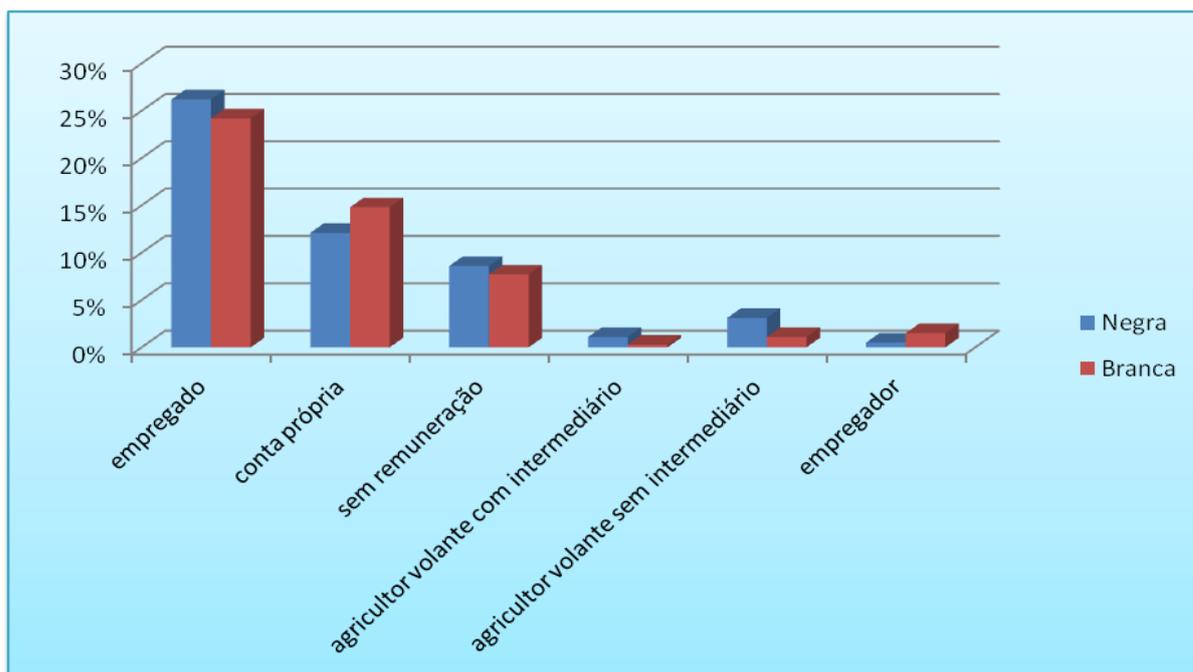
Quanto à posição no estabelecimento, observa-se que o maior percentual populacional seja negro (26,2%), ou branco (24,2%), encontrava-se como empregado. Na categoria de empregadores, o percentual de negros era de 0,5%, enquanto que a população branca representava 1,5%. A população negra que trabalhava por conta própria era de 12,1%, e a branca, 14,8%. Os agricultores volantes com intermediários²⁴ representam 1,2% da população negra e 0,4% da população branca. Entre o grupo racial negro, na condição de trabalho que não possuía intermediários, o percentual era de 2,6%, por sua vez, o grupo branco era de apenas 0,9%. Essa informação demonstra que o número de negros que exercia atividades de boia-fria, sem vínculo empregatício era maior que o da população

²⁴ Pessoa sem trabalho fixo, que prestasse serviço em um, ou em mais, estabelecimentos agropecuários, ou de extração vegetal, remunerado por tarefa, por dia ou por hora, contratada ou arregimentada por um intermediário, de quem receba pagamento (IBGE, 1980). Intermediário é quem oferece seus serviços diretamente ao responsável pelo estabelecimento e recebe dele seu pagamento. De acordo com a região, o volante, com ou sem intermediário, era conhecido como: boia-fria, volante, calunga, clandestino, capataz ambulante, etc. (IBGE, 1980).

branca. Assim como o número de empregadores brancos era maior que o de negros.

Esses dados com relação à população negra e branca podem ser observados no gráfico nº 19:

Gráfico 19 – Ocupação da população negra e branca na semana de referência.

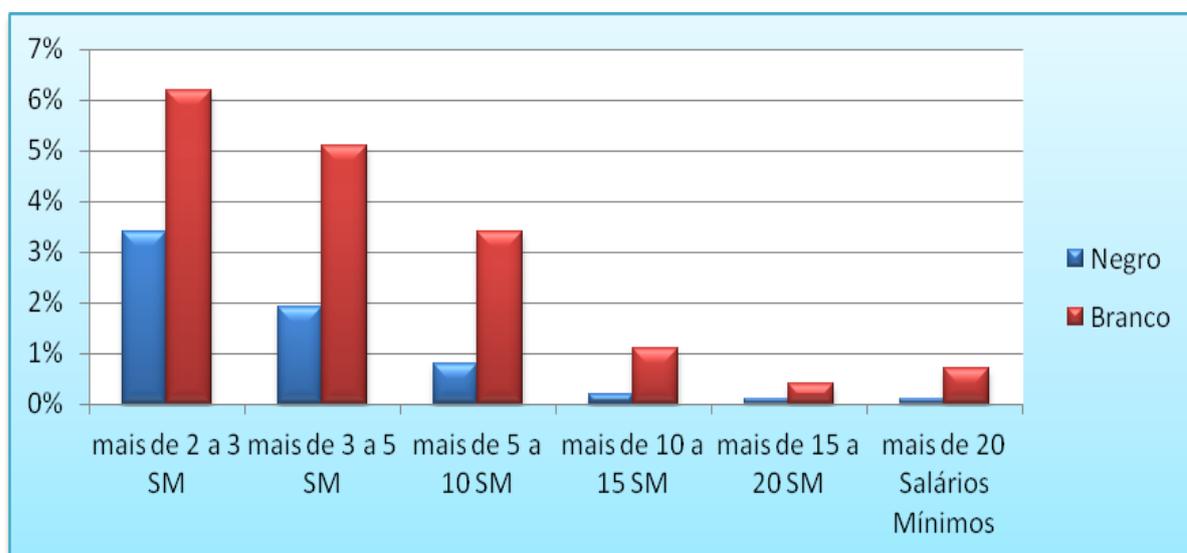


FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 1980.

Quando a variável questionada era a classe de renda total, observa-se que a população negra sem renda totaliza 35,4%, já a população branca, 37%. Com até um salário mínimo sobrevivem 15,2% da população negra e 12,5% da população branca. A maior concentração dos que se declaram negros está entre os que recebem até dois salários mínimos (negros- 13,2%, brancos – 11,8%), mas, acima desse valor, o que se encontra é uma inversão dessas informações ficando evidente, portanto, que a renda dos que se declaram brancos é maior que a dos negros.

Encontra-se assim distribuída a classe de renda total de negros e brancos a partir de dois salários mínimos:

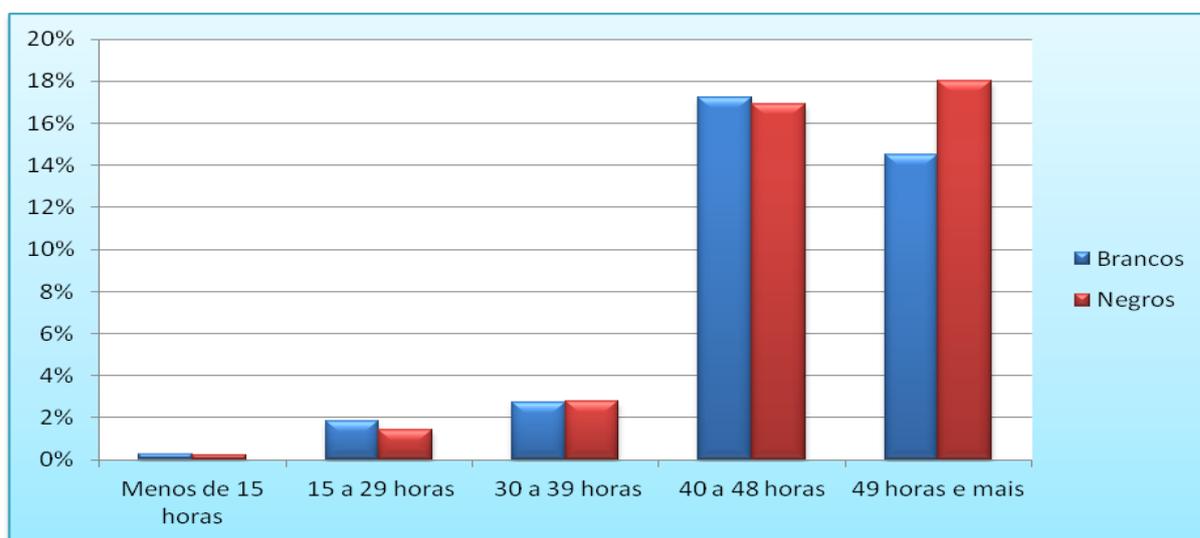
Gráfico 20 – Quantidade de salários mínimos.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 1980.

Outras informações coletadas pelo censo foram as horas trabalhadas em todas as ocupações no oeste do Paraná. Esses dados são referentes num total de 39,7% dos entrevistados negros, e um total de 36,6% dos entrevistados brancos.

Gráfico 21 – Horas trabalhadas da população negra e branca.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 1980.

A partir desses gráficos constata-se que as horas de trabalho da população negra são relativamente maiores que as horas de trabalho da população branca, principalmente acima de 49 horas de trabalho, pois, nas outras categorias, nota-se a

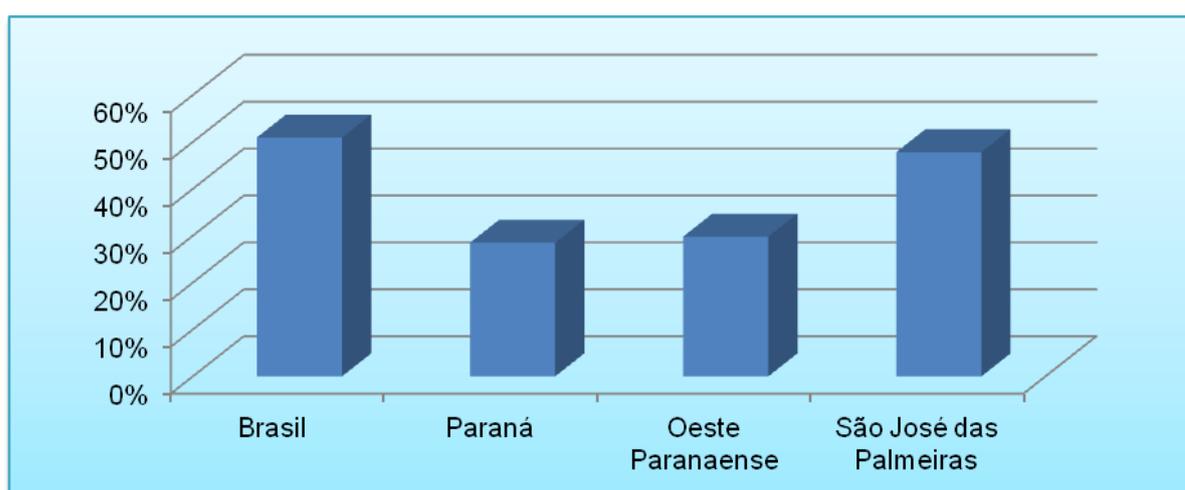
diferença entre os dois grupos pesquisados, mas não em níveis tão elevados, como é o caso da última categoria. Apesar das horas a mais de trabalho, essas não são convertidas em renda, uma vez que o maior percentual da população negra se encontra na faixa que recebe abaixo de dois salários mínimos.

Pode-se afirmar também que, nessa região, bem como no restante do país, as condições em que as populações preta e parda (negra) se encontram são de desvantagem econômica e educacional quando comparada com a população branca.

4.3 PRETOS E PARDOS NO OESTE DO PARANÁ EM 2010

Conforme os dados apresentados pelo censo de 2010, o número da população negra aumentou em todo o território nacional. Analisando o percentual de negros no Brasil, no estado do Paraná, especificamente no Oeste do Paraná e no município de São José das Palmeiras, a realidade apresentada é a de que a proporção de negros da região é maior que do que a do próprio estado. Quando se observa o município de São José das Palmeiras, a distribuição populacional de negros quase se iguala a do país, como mostra o gráfico nº 22.

Gráfico 22 – População negra por Federação, UF, Mesorregião e Município.

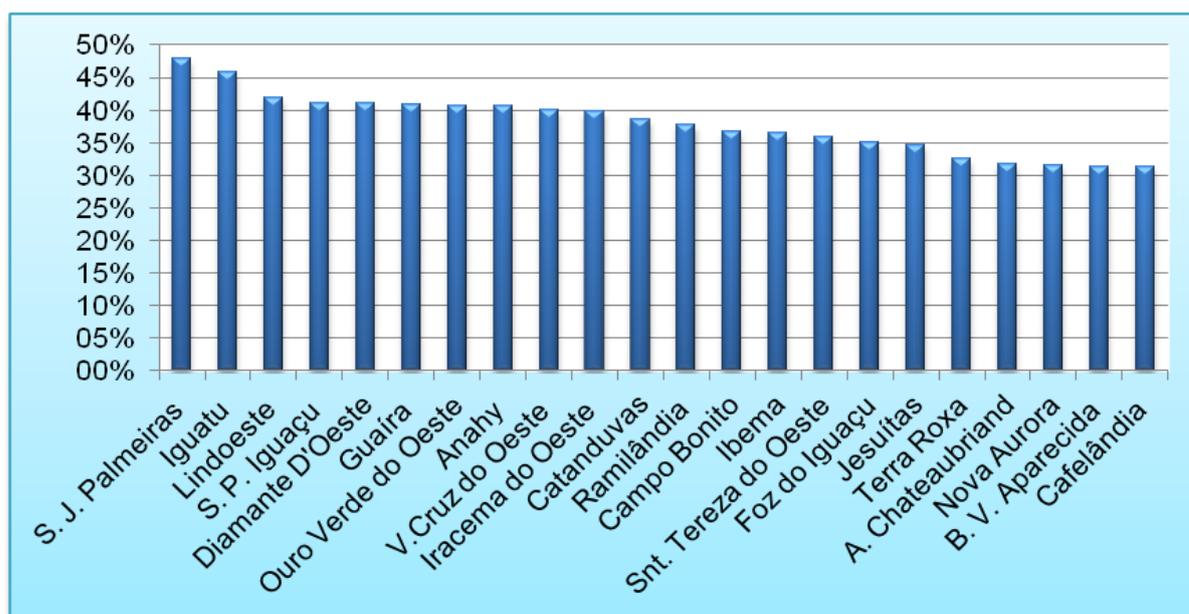


FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 2010.

4.3.1 População residente

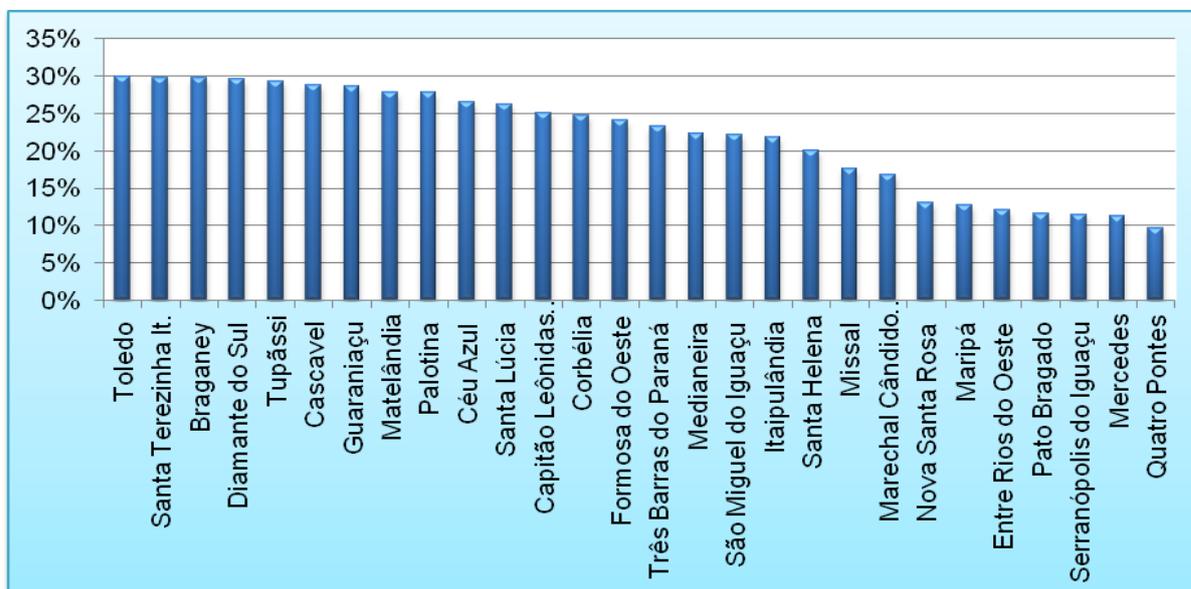
De acordo com o recenseamento de 2010, 29,79% da população que compõe a região oeste do Paraná se autodeclarava negra (lembrando que em 1980 eram 20,3% e 1960 eram 11,7%). Atualmente, as cidades com maiores concentrações populacionais que se declaram negras são aquelas que, de acordo com seu histórico, em seu processo de colonização não adotaram, por meio de suas colonizadoras, estratégias de ocupação que privilegiassem um grupo racial. E que tampouco não sofreram, durante esse processo, o monopólio de apenas uma empresa de colonização. Isto pode ser observado no gráfico nº 23.

Gráfico 23 – Municípios de maior concentração da população negra.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 2010.

Gráfico 24 – Municípios de menor concentração da população negra.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 2010.

A distribuição geográfica da população negra demonstra que essa passou a residir em locais mais afastados dos polos econômicos (Toledo, Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu, Cascavel), os quais se constituíram, enquanto polo, a partir de 1970. Se comparada com as informações de 1980, nota-se um processo inverso, pois, para aquele período investigado, o maior percentual negro residia justamente nas cidades polo.

4.3.2 Sexo e educação

Outro dado importante é referente ao sexo. Nas classificações raciais, a população branca feminina é superior à de homens, ao passo que, em relação às classificações de preto e pardo, ocorre o inverso, como se pode observar na Tabela nº 1:

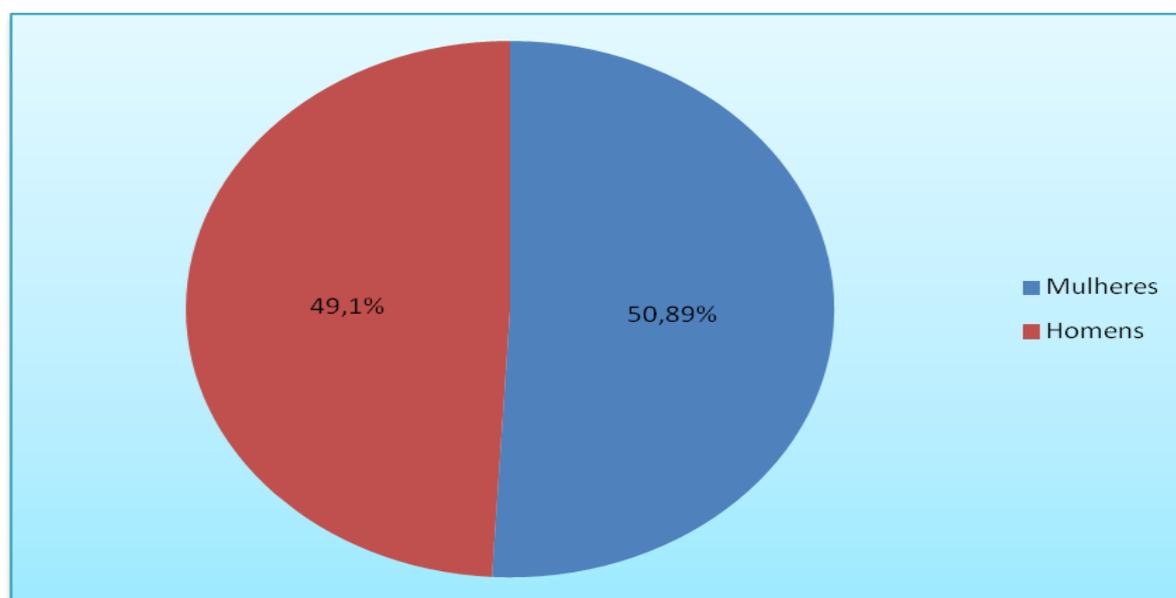
Tabela 1 – Classificação por cor/raça e sexo

Categoria	Masculino	Feminino
Preto	19.654	16.451
Pardo	163.111	161.697
Branco	409.104	435.242
Amarelo	5.521	5.843
Indígena	1.492	1.437

FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 2010.

Comparando o número de mulheres e homens em relação à população total do oeste do Paraná, apresenta-se uma leve superioridade feminina, pois, de 1.219.558 mil habitantes, 598.885 são homens e 620.673 são mulheres. Quadro diferente do que pode ser observado em 1980 e 1960, quando o número de mulheres era menor.

Gráfico 25 – Percentual de mulheres e homens da mesorregião.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 2010.

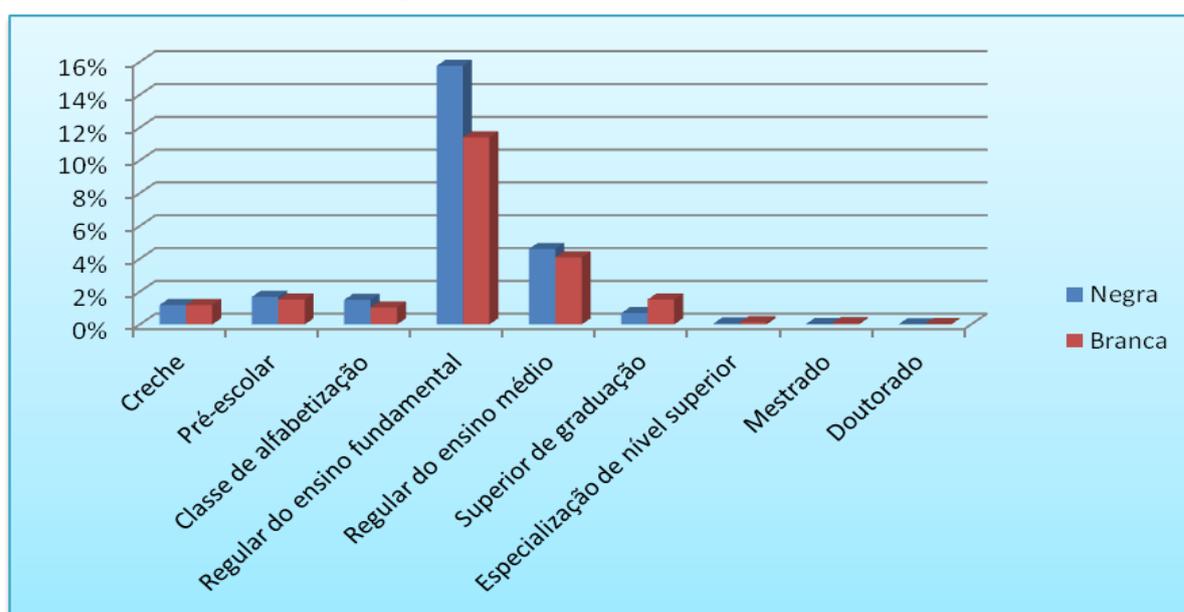
Outra dimensão que merece atenção é a educação. Como mencionado anteriormente, as discriminações que ocorrem no campo educacional afetam diretamente nas possibilidades futuras, principalmente no mercado de trabalho, ou

seja, as carências nessas áreas reduzem as chances de mobilidade social. A educação é tida como uma importante etapa de qualificação dos indivíduos.

Conforme Carlos Hasenbalg (1979) se torna possível compreender o processo de transmissão intergeracional e intrageracional da desigualdade social conhecendo os componentes da história de vida dos indivíduos, sendo que os negros estão “[...] expostos a um ‘ciclo de desvantagens cumulativas’ [...]” (HASENBALG, 1979, p. 220). Associando esse processo de desvantagem cumulativa aos mecanismos discriminatórios, vê-se que “[...] os não-brancos têm oportunidades educacionais mais limitados que os brancos da mesma origem social. [...]” (HASENBALG, 1979, p. 221).

Quando se analisa o nível educacional da população negra com 5 anos, ou mais, constata-se que 83,58% são alfabetizados, enquanto a proporção da população branca é de 88,33%. A proporção de não alfabetizados da população negra é de 9,71% e o grupo racial branco de 4,81%. Quando o IBGE questiona a frequência à escola ou à creche e o curso que frequentavam na rede pública de ensino no Oeste do Paraná, verifica-se que entre as pessoas que se declararam negras e brancas nos seguintes níveis de ensino são os que estão dispostos no gráfico nº 26:

Gráfico 26 – População negra e branca com frequência na rede pública de ensino.

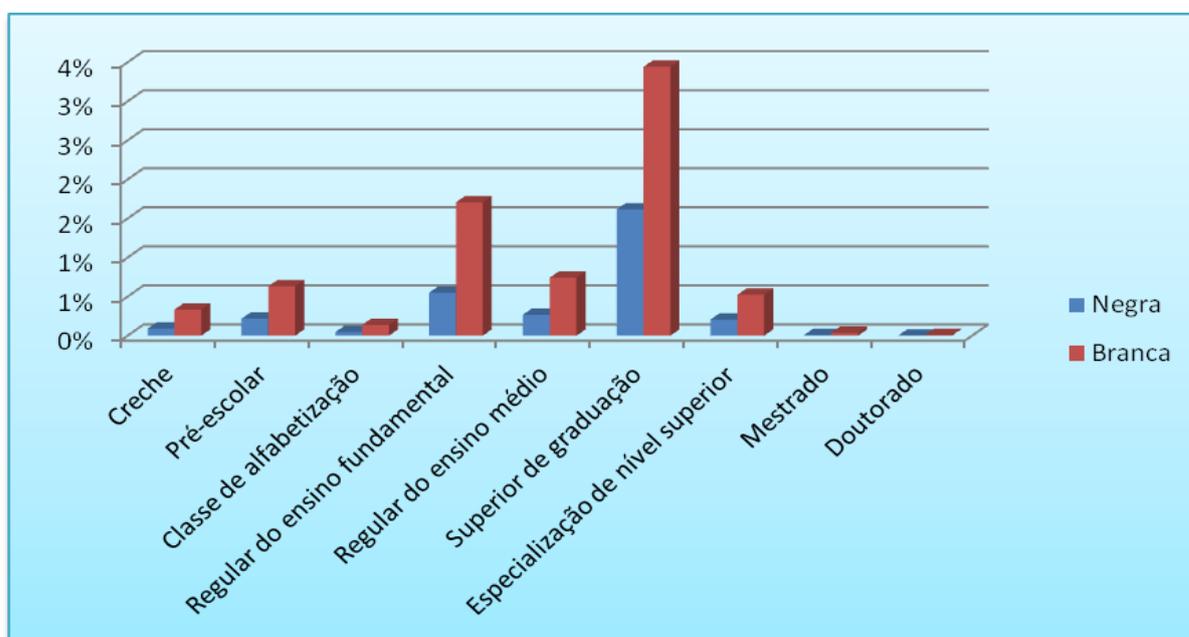


FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 2010.

Na análise desse gráfico, pode-se concluir que o maior número de estudantes, negro ou branco, destacava-se apenas no Ensino Fundamental, principalmente a população negra quando se trata do ensino fundamental. Fica claro também que a maior concentração de pretos e pardos (negros) na rede pública de ensino ocorre até o Ensino Médio. Quando se observa níveis superiores de ensino depara-se com uma redução da proporção desse grupo racial.

Observando essas mesmas informações, mas relacionando à rede particular de ensino, constata-se que na região oeste do Paraná existe o predomínio da educação pública sobre a particular, e que a proporção da população branca é maior do que a população negra nessa modalidade de ensino, gráfico nº 27.

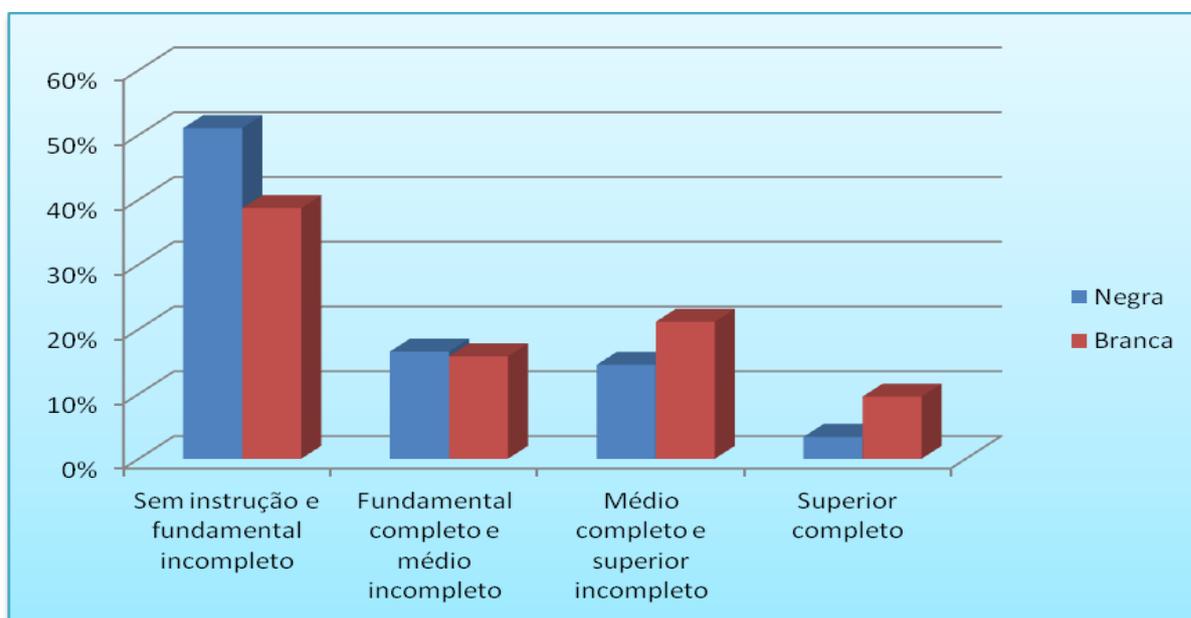
Gráfico 27 – População negra e branca com frequência na rede particular de ensino.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 2010.

Esses dados levam a conclusão de que, por mais baixo que sejam os índices de participação da população na educação particular, quando comparada à rede pública, a população branca está em maior percentual. Ainda no que diz respeito à educação da população negra, quando observa-se o nível de instrução, pode-se notar que a maior parte da população negra encontra-se nos grupos "sem instrução" e "Ensino Fundamental incompleto". Os percentuais de população negra reduzem-se conforme aumentam os anos de estudo. No gráfico nº 28 estão discriminadas as porcentagens para cada nível, comparando-as com a população branca:

Gráfico 28 – Nível de instrução da população negra e branca.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 2010.

Como visto, quando se analisa o nível de instrução, o comportamento das desigualdades raciais legitima a desigualdade de renda (tema que será visto adiante). Essa diferença de escolaridade explica somente uma parte dessa desigualdade salarial, sendo que outra parte significativa encontra suas origens na discriminação propriamente dita.

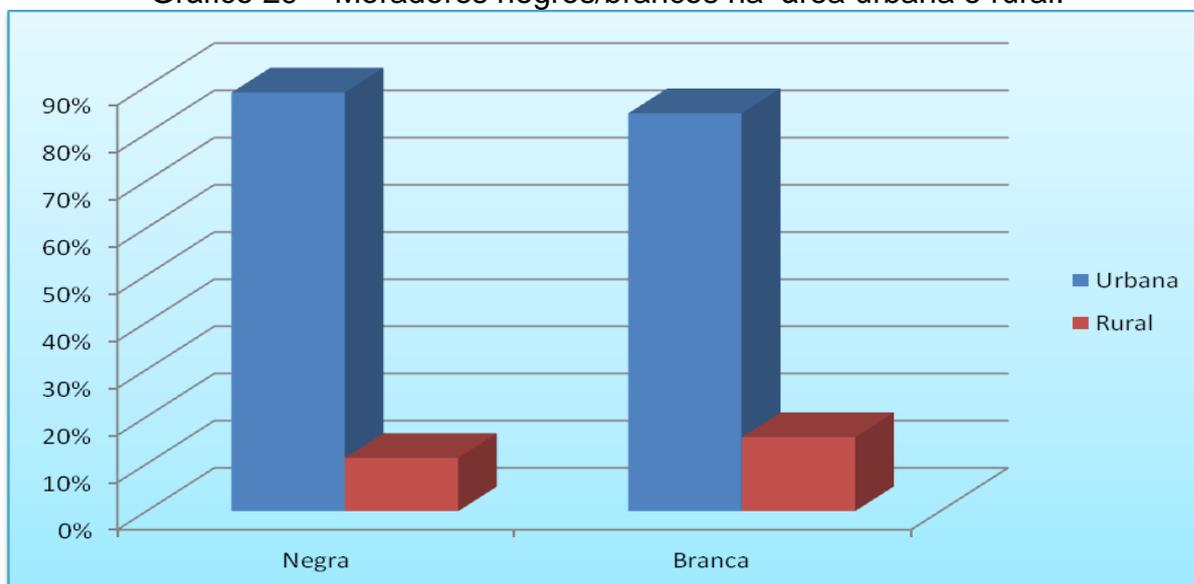
4.3.3 Situação de domicílio

A concentração de terras nas mãos de poucos, e o nível de urbanização da região torna-se evidente quando se observa o número de moradores nas áreas urbanas e rurais. Constata-se que a maior parte da população do Oeste do Paraná reside na área urbana. Para a população negra, esse dado também não seria diferente: 88,72% dos que se autodeclaram negro residem na área urbana e 11,28% estão na área rural. Entre a população que se declara branca, 84,32% residem na área urbana, enquanto que 15,68% estão na área rural.

Quando se analisa essa informação, se deve ter em mente que o morar não representa ser proprietário, como demonstra a realidade brasileira e a do Oeste do

Paraná. Muitos dos que se encontram na área rural hoje são trabalhadores rurais que residem em seu local de trabalho, exercendo as mais variadas funções.

Gráfico 29 – Moradores negros/brancos na área urbana e rural.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 2010.

4.3.4 Trabalho e rendimento

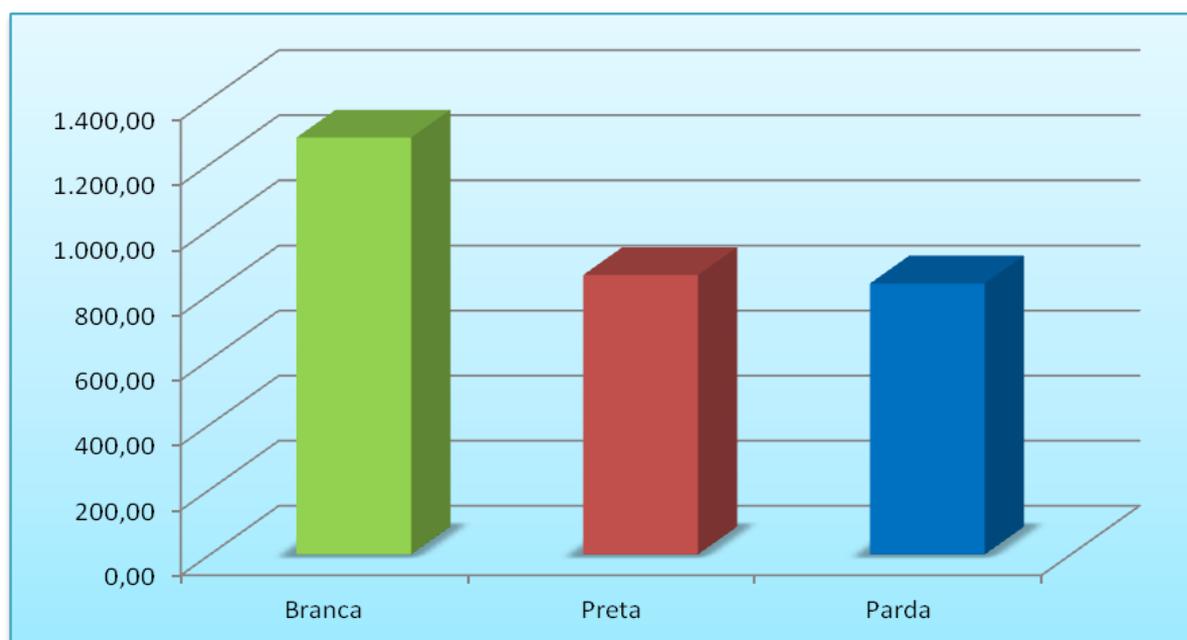
Para o IBGE, ao se questionar a variável trabalho e rendimento, o objetivo é conhecer a composição da força de trabalho brasileira, apontando as pessoas que procuram trabalho e os que possuem trabalho. Nesse contexto, a população não economicamente ativa são as pessoas que, durante os 12 meses anteriores à pesquisa, se encontravam inválidas, aposentadas, estudantes, detidos (população carcerária) e donas de casa.

A população com 10 anos ou mais, classificada como economicamente ativa, compõe a camada dos que trabalharam os 12 meses (ou parte deles) que antecederam ao censo e exerceram, ou não, atividade remunerada, ou seja, que ajudou alguém da família, entre outras situações.

Na pesquisa, ao se investigar estes dados econômicos, analisando a variável de pessoas com 10 anos de idade, ou mais, no oeste do Paraná, economicamente ativa, a população preta representava 20.235 habitantes, enquanto a população parda, 158.087 habitantes, e a população branca eram de 442.506 habitantes.

Dessa população, os rendimentos²⁵ dos que se declaravam pretos²⁶ eram, em média, R\$ 858,71 reais, sendo que da população parda era ainda menor, R\$ 832,91 reais. Já os rendimentos da população branca eram de R\$1280,96 reais, conforme disposto no gráfico 30.

Gráfico 30 – Rendimento de pessoas economicamente ativas.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 2010.

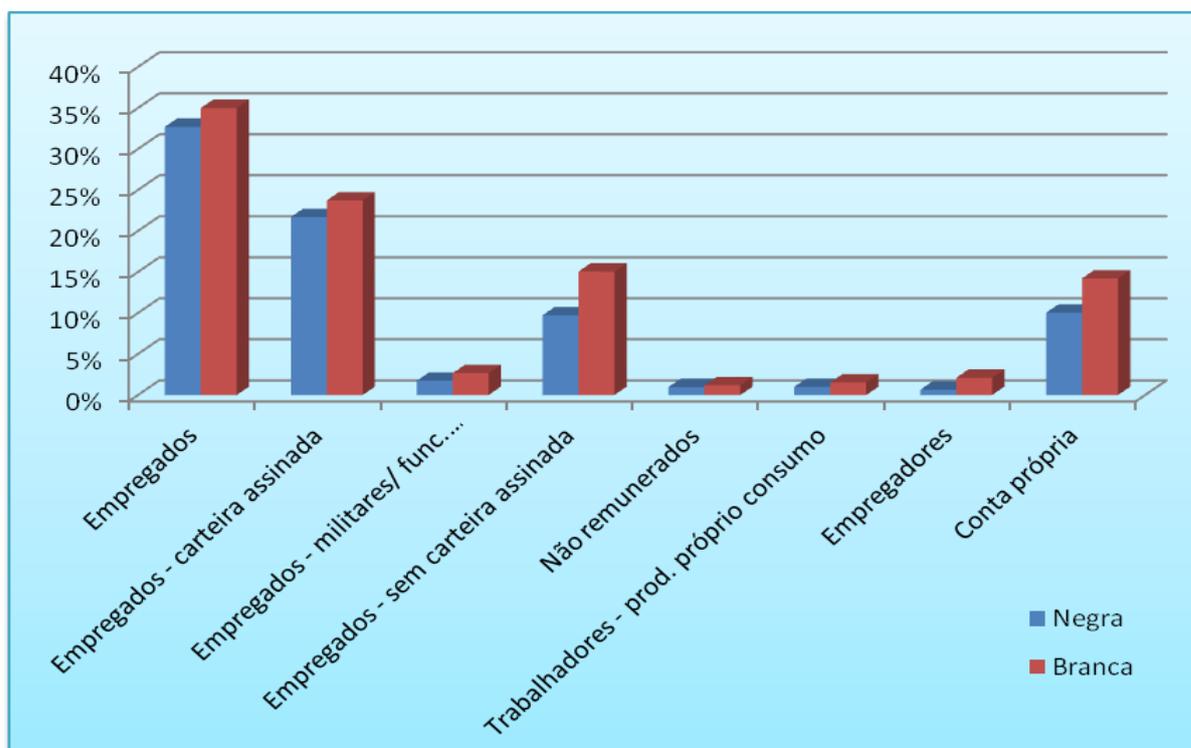
Por mais que se explique essa disparidade por nível educacional e o acesso de ensino de qualidade, ainda é de se questionar essa grande disparidade entre as categorias, sobretudo entre negros e brancos.

Ainda no que diz respeito ao nível econômico, observa-se que as pessoas com 10 anos, ou mais, ocupada na semana de referência, ou seja, emprego cargo, função, profissão que exerce habitualmente, que se autodeclara negra e branca, apresenta os seguintes níveis de ocupação, conforme o gráfico 31:

²⁵ Salário mínimo utilizado R\$510,00.

²⁶ Nesse momento desagregaram-se as categorias devido ao IBGE não disponibilizar a opção somatória de cor e raça para a análise dessa variável.

Gráfico 31 – Ocupação na semana de referência.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 2010.

O número de empregados entre a população branca é maior do que a população negra, situação observada também em todas as categorias. Mesmo apresentando essa diferença populacional, a maior concentração das distinções entre os dois grupos raciais estudados está na categoria de empregadores, por conta própria e sem carteira assinada.

Os dados desses gráficos, mesmo sendo produzidos em 2010, reproduzem a mesma realidade estudada por Borges (1967), e apresentado em seu livro *Cor, profissão e mobilidade: o negro e o rádio em São Paulo*, em que a maior desigualdade aparece entre os que trabalham por conta própria e os empregadores.

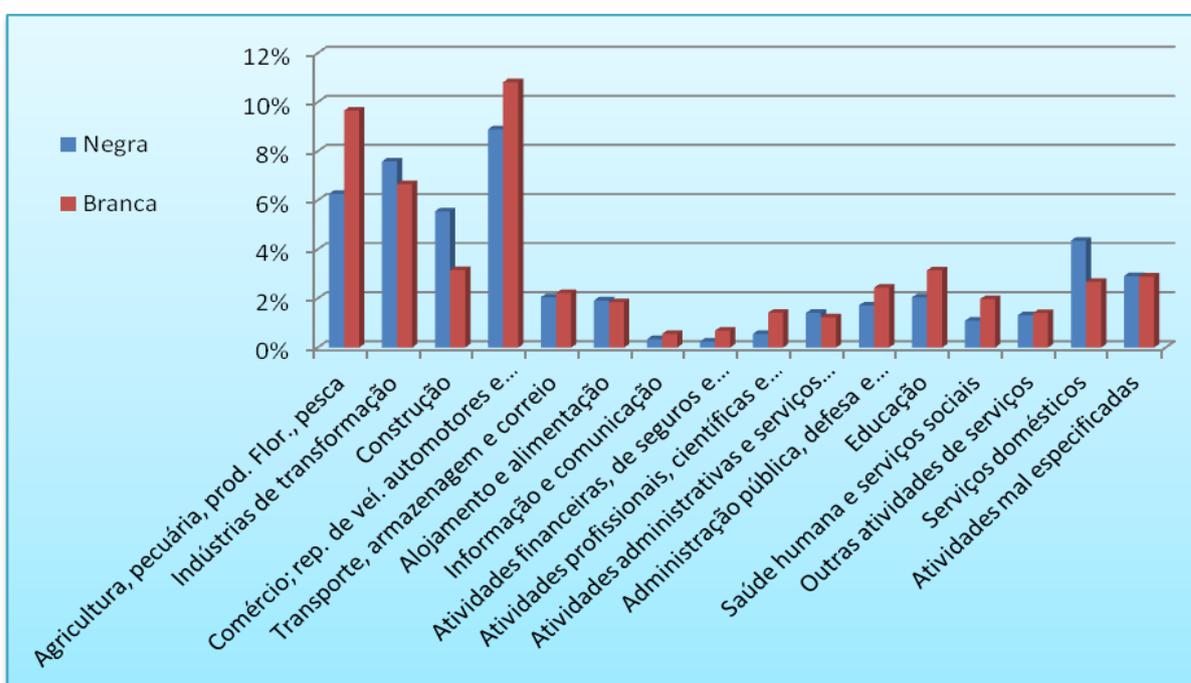
Analisando a categoria seção de atividade do trabalho principal da população negra e branca para o recenseamento de 2010, observa-se que a maior proporção da população negra se encontra no comércio, com atividades de reparação de veículos automotores e motocicletas (8,89%) e na indústria de transformação (7,58%). A proporção da população branca para essas duas atividades é de 10,81% (comércio) e de 6,63% na indústria de transformação.

Na agricultura, na pecuária, na produção florestal, na pesca e na aquicultura a maior proporção é da população branca (9,66), enquanto que a população negra

representa 6,26%. No setor de construção, a proporção de negros é de 5,54% e da população branca é de 3,15%. Outra atividade que a proporção de negros é maior do que a população branca é serviços domésticos (negros, 4,35%, brancos, 2,67%).

Quando se observa as atividades que requerem maior tempo de estudo, ou maior qualificação profissional, como, por exemplo, atividades profissionais, científicas e técnicas; administração pública, defesa e seguridade social e educação, percebe-se uma proporção maior de brancos do que da população negra (gráfico nº 32).

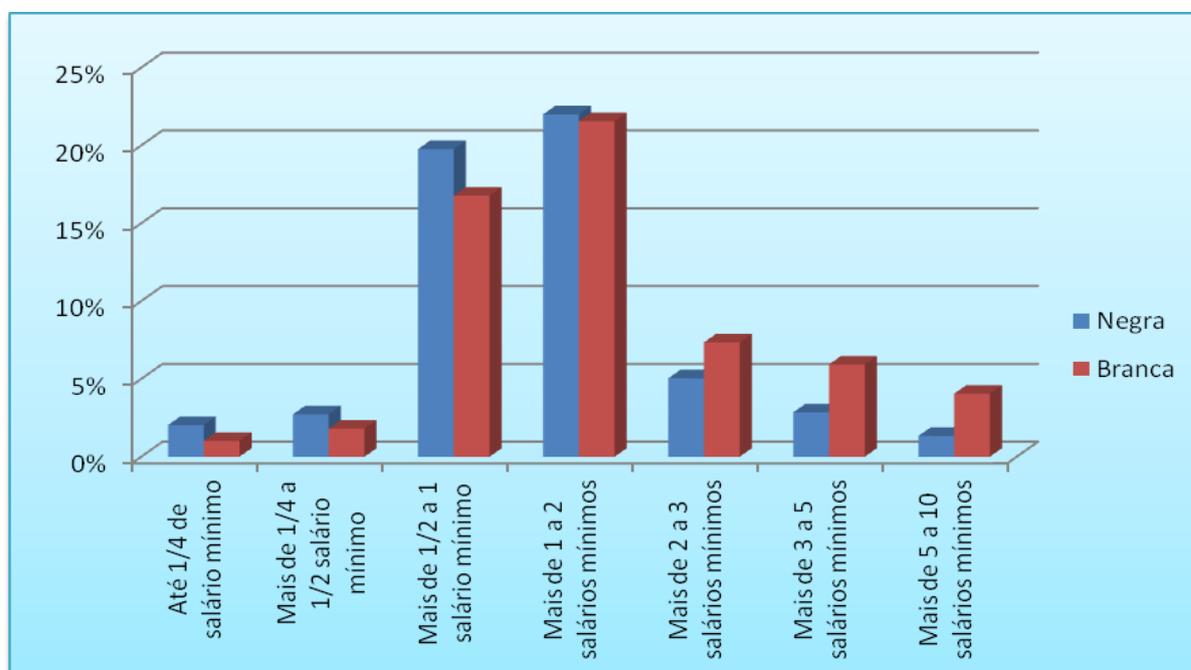
Gráfico 32 – Seção de atividade do trabalho principal da população negra e branca.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 2010.

Analisando o gráfico nº 33 (segue abaixo) a classe de rendimento mensal da população negra e branca, percebe-se, assim como nos censos anteriores, que a maior proporção negra se encontra na faixa de até dois salários mínimos. Com rendimentos acima de dois salários mínimos reduz a participação dos grupos raciais investigados, no entanto, a proporção de brancos é maior que a proporção da população negra.

Gráfico 33 – Classe de rendimentos da população negra e branca – 2010.



FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados do IBGE, 2010.

Com a análise dessa categoria foi possível constatar que a população negra encontra-se proporcionalmente mais representada nos seguimentos de menor rendimento econômico da região, sendo que sua participação vai reduzindo ao longo da distribuição de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo apresentar a composição demográfica da região Oeste do Paraná, fazendo uma abordagem mais detalhada nas condições da população negra (pretos e pardos) em comparação com a população branca. A importância desse estudo é proporcionar aos leitores o conhecimento das características socioeconômicas da população negra no território investigado. Amparado em uma série de dados disponibilizados pelo IBGE (a partir do censo de 1960, de 1980 e de 2010), pela produção historiográfica, retoma-se os resultados analisados com a intenção de focar o tratamento da questão inicialmente proposta, esclarecendo as hipóteses levantadas e apresentando novas questões que emergiram durante a pesquisa.

Assim, por meio de uma análise qualitativa (baseada na produção historiográfica regional e nacional) e quantitativa (dados censitários) buscou resgatar detalhes da formação populacional regional a partir desse foco. Ou seja, tratar de uma forma específica da população preta e parda (negra) que, predominantemente, aparece tratada na literatura de forma genérica, apresentados como: nordestinos, caboclos, pelo-duro, nortistas ou, simplesmente, “outros”.

Inicialmente foram analisadas informações contemporâneas (recenseamento 2010). Partindo dessas informações buscou-se evidenciar a relevante participação da população negra na composição demográfica regional (que inclusive ocorre em maior proporção que no próprio Estado do Paraná e na região sul do Brasil).

Frente a essas informações, esse trabalho assumiu que a ausência de estudos sobre a participação negra na composição demográfica regional, apesar de sua comprovada presença, pode ser compreendida por meio do conceito de invisibilidade: “[...] não é que o negro não seja visto, mas sim que ele é visto como não existente” (LEITE, 1991, p. 15). Ou ainda como “[...], não apenas através do silêncio da história oficial, mas também através de representações que alimentam práticas de discriminação no imaginário social” (GERMANO, 2009, p. 101-102).

Dessa forma, abordando dados da amostra do recenseamento referente ao Oeste do Paraná para a década de 1960 fica claro a importante participação da população negra residente na região há, pelo menos, dez anos (espaço Intercensitário 1950-1960). Nesse período, essa população desempenhou as mais

variadas funções principalmente concentradas na atividade agrícola. Essas informações, entre outras, possibilitaram a compreensão do objetivo geral do trabalho, tendo como prioridade apresentar a participação negra na composição demográfica regional e a posição social ocupada por eles no processo de povoamento.

Demonstrou-se que a população negra teve um acréscimo de 18% na região, uma vez que, em 1960, conforme o censo demográfico, a proporção de pretos e pardos (negros) era de 11,7%, enquanto que, para o período de 1980, o percentual era de 20,3%. O recenseamento realizado em 2010 demonstrou um percentual de 29,79% de pessoas que se autodeclaravam negras. Durante os vinte anos, que vão de 1960 a 1980, o acréscimo de pessoas que se declaravam negras cresceu mais que nos últimos trinta anos (1980-2010). Tendo como base tais informações, concluímos que esse acréscimo (entre os anos de 1960-80), coincide com o período de maior desenvolvimento regional, o qual atraiu grande número de trabalhadores tanto do Estado como de várias outras partes do país.

A participação desse grupo acompanha também o conjunto de modificações que a região Oeste passa nesse período. Ao se analisar a situação de domicílio, setor rural ou urbano, constatou-se um alto nível de urbanização ocorrido na região durante esse recorte de tempo.

No recenseamento de 1960, a população era predominantemente rural, já as informações do censo de 2010 apresentam maior percentual de residentes no setor urbano. Entre a população negra, em 1960, cerca de 80% residiam na área rural, ao passo que, em 1980, essa proporção passou para 51,7% ficando reduzida a 11,28% em 2010. Com relação à população branca, para esse mesmo período de 1960, o percentual era de 73,1%; no censo de 1980 esse percentual vai para 49,1%; em 2010, reduz para apenas 15,68%. Esses dados permitem constatar que até a década de 1980 o percentual entre os negros que residiam na área rural era maior que entre a população branca. Essa situação pode ser atribuída à ocupação da população em grande parte relacionada a atividades agrícolas. A população branca residia no setor rural simultaneamente, no entanto, ocupava as atividades no setor urbano, entre elas, as funções administrativas.

Essa transferência populacional do setor rural para o urbano se deve ao fato da modernização da agricultura, o qual resultou num intenso crescimento da

população na área urbana. No recenseamento de 1960, a população urbana negra era de 19,8% e a população branca era de 26,9%. Com relação ao censo de 1980 se observa um acentuado acréscimo populacional no setor urbano. A população negra passa a representar 48,3%, enquanto a população branca representa 50,9%. Por sua vez, o recenseamento de 2010 demonstrou que, entre a população negra, 88,72% residiam na área urbana, ao passo que, entre a população branca, esse percentual era de 84,32%.

Outra transformação importante analisada com base nos dados do IBGE foi a distribuição da população por sexo. No Oeste do Paraná, no computo geral, entre os anos investigados, houve um acréscimo da população feminina, chegando a 2010 com percentual levemente superior ao dos homens. Para a população negra observou-se que a diferença percentual foi reduzindo-se ao longo dos anos. Em 1960, a proporção de homens era 7% a mais do que a de mulheres; em 1980, esse percentual caiu para 4,4% e, no censo de 2010, a diferença reduziu-se para 0,38%. Essas informações, no que tange à população branca, o cenário é um pouco diferente, tendo em vista que a desigualdade entre homens e mulheres, no ano de 1960, era de apenas 3,4%. Para o censo de 1980, o percentual passa para 1,2%, em 2010, o percentual de mulheres ultrapassa ao dos homens, contando com 2,14% a mais de mulheres. Tal situação pode ser explicada pelas características diferentes do processo migratório entre os dois grupos.

Como demonstrado no capítulo anterior, a população branca que migrou para a região era, em sua maioria, constituída por famílias (31,6% casados e 28,4% solteiros). Portanto, inicialmente, a composição por sexo não variou muito. Um processo distinto ocorreu entre a população negra que, a princípio, migrava para ocupar postos de trabalho (atividades agrícolas) predominantemente exercidos pela população masculina (27,7% casados e 30,5% solteiros).

Quanto ao quesito educacional observa-se, entre negros e brancos, uma redução nas desigualdades durante os períodos investigados, mas não o seu fim, principalmente nos níveis superiores de ensino, seja ele público ou privado. A população alfabetizada cresceu em grandes percentuais ao longo dos períodos investigados, como consequência, a taxa de analfabetismo entre a população negra e branca teve uma acentuada queda. No entanto, as análises realizadas mostram

que, sistematicamente, as oportunidades educacionais são mais limitadas para a população negra do que para a população branca.

Em se tratando do nível educacional, o maior percentual de negros encontra-se na categoria “sem instrução e fundamental incompleto” com 51,05% (entre os brancos, a proporção é de 38,69%). Outra questão a ser apontada é o reduzido percentual da população negra nos graus mais elevados de instrução: na categoria “Ensino Superior completo” encontram-se 3,37% da população negra, enquanto que a proporção de brancos é de 9,6%. Essa situação influencia diretamente na composição da força de trabalho e de renda da população, como será tratado adiante.

O recenseamento de 2010 aponta que 21,99% da população negra concentram-se na faixa de rendimentos de até dois salários mínimos (entre os brancos, a proporção é de 21,55%). Na categoria “mais de 2 a 3 salários mínimos” observa-se que a proporção de negros (5,03%) é menor que a da população branca (7,34%). Acima de três salários mínimos há, novamente, uma redução da participação negra. A disparidade na proporção entre negros e brancos segue aumentando conforme aumentam as faixas de renda.

Essa mesma situação pode ser observada no decorrer dos censos analisados. Em 1960, a maior proporção da população negra estava na faixa de renda abaixo de um salário mínimo (8,8%), enquanto que a proporção de brancos, nesse grupo, é 6,9%. No censo de 1980, nessa classe de rendimento, 12,9% corresponde à população negra e 12% à população branca. No recenseamento de 1960, na faixa de renda entre 1 a 2 salários mínimos, a população negra representa 5,8%, enquanto a branca, 6,1%. Para o período de 1980 as proporções são de 13,2% de negros e 11,8% de brancos. Acima de 2 a 3 salários mínimos (censo 1960) a proporção de negros é de 1,7% da população, os brancos, 2,7%. Para o recenseamento de 1980, observa-se uma proporção de negros de 3,4%, nessa faixa de renda, enquanto a população branca representa 4,6%. Essas informações demonstram que, conforme aumentam os valores das faixas de rendimentos, diminui a participação da população negra.

Retomando o conceito de invisibilidade e considerando que, entre outros fatores, essa também é definida por condições inferiores na escala socioeconômica e, conseqüentemente, na participação política, é possível imaginar que tal

invisibilidade tenha sido um dos fatores responsáveis pelo número reduzido de estudos sobre esse grupo.

Outro fator que pode ter causado esse "vazio bibliográfico" foi a adoção, por parte de parte da historiografia, da versão histórica oficial construída pelo projeto das colonizadoras, em particular da Companhia Madeireira e Colonizadora Rio Paraná (Maripá). Essa empresa, por exemplo, explicitou sua estratégia de ação que buscava direcionar seus negócios, vendas de áreas de terras, à população sulista, predominantemente branca. A versão de que essa frente migratória foi predominante em toda região ainda é fortemente aceita. Essa situação, talvez, tenha desviado a atenção sobre outros grupos raciais, em particular aos pretos e pardos aqui entendidos como negros.

Esse estudo, no entanto, ressalta que outras frentes migratórias tiveram participação importante no desenvolvimento regional e que essa história ainda precisa ser contada com mais detalhes.

Cabe lembrar que esse trabalho é um momento de reflexão exploratória sobre informações que foram resgatadas do censo de 1960 e que seguiram sendo analisadas nos recenseamentos subsequentes. Espera-se, então, que esse estudo possa abrir terreno para novas e aprofundadas investigações sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. J. de. **Presença Negra – A história da caminhada de um povo em Londrina**. Londrina: Promic, 2004.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisa Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

BARROS, J. D' A. Sobre a feitura da micro-história. **OPIS**, vol. 7, n.9, jul-dez 2007. Disponível em: <
<http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/viewArticle/9336#.Uxd0aM7iOeY>>.
Acesso em: 28 fev. 2014.

BARBOSA, R. J.; MARSCHNER, M., FERRARI, D.; SILVA, P.; PRATES, I.; BARONE, L. S. Ciências sociais, censo e informação quantitativa no Brasil: entrevista com Elza Berquó e Nelson do Valle Silva. **Novos Estudos Cebrap**, n.95, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002013000100008&script=sci_arttext. Acesso em: 20 mai. 2015.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUENO, L. C. **A hortelã e a importância do seu ciclo econômico no Paraná (décadas de 60 a 70)**. Programa de desenvolvimento educacional do Paraná - PDE. Universidade Federal do Paraná. Curitiba 2010. Disponível em: <
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_ufpr_hist_pdp_luiz_carlos_bueno.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

CARNIEL, S. M. **O Oeste do Paraná e a Singularidade de São José das Palmeiras (1969-1985)**. 202 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2003.

COLODEL, J. A. **Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste do Paraná até 1960**. Santa Helena: Prefeitura municipal, 1988.

_____. Cinco séculos de história. In. (Org.) PERIS, A. F. **Estratégias de desenvolvimento regional: Região Oeste do Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

COLOGNESE, S. A.; GREGORY, V.; SCHALLENBERGER, E. **Tupãsi: do mito a história**. Cascavel/PR: Edunioeste, 1999.

COSTA, H. **Ilusão de ótica: presença negra e imigração para o sul do Brasil nas análises de Raymundo Nina Rodrigues e Silvio Romero**. 2001. Disponível em: <
<http://www.labhstc.ufsc.br/vencontro/pdf/COSTA,%20Hilton.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2014.

CRUZ, C.M; SILVA, G.L; SALLES, J.O; OLIVEIRA, V.P. Quilombos: referência de resistência à dominação e luta pela terra no Paraná. In: Paraná Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **História e cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico-raciais**. Curitiba: SEED-PR, 2006.

CUCHE, D. **A noção de cultura em ciências sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DURKHEIM, E. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ELIAS, N. SCOTSON, J. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. vol. 1 . São Paulo: Ática, 2007.

FINGER, I. **O processo de colonização em 1946 e a presença negra na colonização de Toledo no setor agrícola no período de 1946 a 1960**. 2003. 98 f. Monografia (Graduação em História) Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon/PR.

FREITAG, L. C. **Fronteiras perigosas: migrações e brasilidade no extremo Oeste do Paraná**. Cascavel/PR: Edunioeste, 2001b.

_____. **Extremo-Oeste do Paraná: história territorial, região, identidade e (re) ocupação**. 2007a. 245 f. Franca, Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista: UNESP, Franca/SP.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GERMANOS, I. G. Carnavais de Porto Alegre: etnicidade e territorialidades negras no Sul do Brasil. In. SILVA, G. F. (Org.); SANTOS; José A. **RS NEGRO Cartografias sobre a produção do conhecimento – Dados eletrônicos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

GIMENÉZ, G. Cultura, identidad y memória: Materiales para una sociologia de los procesos culturales em lãs franjas fronterizas. **Frontera Norte**, vol. 21, num. 41. Enero-junio de 2009.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940/70)**. Cascavel: Editora da Unioeste, 2005a.

_____. **Cultura e Identidade: A construção de memórias no Oeste do Paraná.** In. SCHALLEMBERGER, E. (org.). **Cultura e memória social: territórios em construção.** Cascavel: Coluna do Saber, 2006b.

GUTIÉRREZ, H. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **Revista História**, São Paulo, v. 25, n. 1, 2006, p. 100-122. Disponível em: < <http://www.e-carti.net/carte/358957>> Acesso em: 29 set. 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: PP&A, 2006.

HARTUNG, M. Muito além do céu: Escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. **TOPO I**, v.6, nº 10. Jan.-Jun. 2005, pp.143-141. Disponível em: <revistatopoi.org.>. Acesso em: 25 out. 2014.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em Jan./Jun. 2014.

IBGE. **Censo Demográfico – 1960.** Paraná: IBGE, 1960.

IBGE. **Censo demográfico 2010.** Disponível em: < http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religião_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf >. Acesso em: 10 set. 2015.

IBGE. **Dicionário de dados 1960.** Paraná, IBGE, 1997.

IBGE. **Dicionário de dados 1980.** Paraná: IBGE, 1997.

IBGE. **Metodologia do censo demográfico de 1980.** Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

IBGE. **Microdados censo demográfico – 1960.** Paraná: IBGE, 1960.

IBGE. **Microdados Censo Demográfico – 1980.** Paraná: IBGE, 1980.

IBGE. **VII Recenseamento geral do Brasil – 1960.** Estado do Paraná: Sinopse preliminar do censo demográfico. Rio de Janeiro, 1962.

IPEA. **Situação social da população negra por estado.** Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. – Brasília: IPEA, 2014.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: Conceitos, fonte de dados e aplicações.** 3. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2001.

LANGARO, J. F. **Para além de pioneiros e forasteiros**: outras histórias do oeste do Paraná. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG.

LAVERDI, R. **Tempos Diversos, Vidas Entrelaçadas**: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

Disponível em:

<http://books.google.com.br/books?id=XzkGobgw5q4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 10 abr. 2014.

LIMA, D. M. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos – NAEA**, vol. 2, nº 2 - dezembro 1999. Disponível em: <

http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3125/1/Artigo_ConstrucaoHistoricaTermino.pdf >. Acesso em 10 abr. 2015.

LEITE, I. B. (Org.). **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis, Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.

_____. Descendentes de africanos em Santa Catarina: Invisibilidade e segregação.

Textos e debates: Núcleo de estudos sobre identidade e relações interétnicas. Ano 1, nº 1-1991. UFSC. Disponível em: <

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/126236/Textos%20e%20Debates%20No%201.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em 04 mar. 2014.

LOPES, J. R. Os caminhos da identidade nas Ciências Sociais e suas metamorfoses na Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**; v. 14, n.1, p. 7-27; jan./jun.2002.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, R. C. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

OSÓRIO, R. G. O Sistema Classificatório de “Cor ou Raça” do IBGE. **Textos para Discussão IPEA**, n.996. Brasília: IPEA, novembro de 2003.

PASSOS, A. A. Cartografia cabocla: possibilidades para a escrita da história.

Revista Expedições: Teoria da história & historiografia. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 134 – 146, julho 2011. Disponível em: <

www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/250/226 >.

Acesso em: de mar. 2015.

PIZA, E.; ROSEMBERG; F. Cor nos censos brasileiros. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 40, p. 122-137, dezembro/fevereiro 1998-99. Disponível em: <

www.usp.br/revistausp/40/13-edithpiza.pdf >. Acesso em: 20 mai. 2015.

RIPPEL, R. **Migrações e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná**: Uma análise de 1950 a 2000. 2005. [s. p.] Tese (Doutorado em Demografia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP,

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SCHNEIDER, C. I. **Os senhores da terra**: produção de consensos na fronteira (oeste do Paraná, 1946 – 1960). 2001. 157 p. Dissertação (Mestrado em história) Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR,

SILVA, M. C. R. **Cidade “Morada Amiga” no Oeste do Paraná**: memórias das tensões em Assis Chateaubriand/PR (1960/2010). 2011. 112 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. Fato e Mito: Descobrendo um Problema Racial no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 79, nov./1991, p. 5-16. Disponível em: <www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/961.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2014.

TELLES, E. E. **O significado da raça na sociedade brasileira**. (Tradução: Ana Arruda Callado). 2012. Disponível em: <<http://www.princeton.edu/sociology/faculty/telles/livro-O-Significado-da-Raca-na-Sociedade-Brasileira.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2014.

TOMAZI, N D. **Norte do Paraná**: História e fantasmagoria. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1997.

TUROLLA, Frederico A. **Política de saneamento básico**: Avanços recentes e opções futuras de políticas públicas. Texto para discussão Ipea, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4155>. Acesso em: 06 mar. 2015.

WACHOWICZ, R. **Obrageiros, Mensus e Colonos**: História do Oeste do Paraná. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

YOKOO, E. N. Processo da dinâmica das frentes de ocupação territorial e da paisagem agrária na mesorregião centro-ocidental paranaense. 2014. **IV Encontro de Produção Científica e Tecnológica**. Disponível em: <www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/.../02_YOKOO.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. Gênese do processo da apropriação das terras, o caso das companhias ferroviárias e dos ervateiros no Oeste do Paraná. 2014. **IV Encontro de Produção**

Científica e Tecnológica. Disponibilizado em: <
www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/.../02_YOKOO.pdf>. Acesso em: 15 mai.
2015.